

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ISAIAS HOLOWATE

**A EUGENIA NAS PÁGINAS DO JORNAL *DIÁRIO DOS CAMPOS*, PONTA GROSSA
(PR) 1908-1916**

PONTA GROSSA

2018

ISAIAS HOLOWATE

**A EUGENIA NAS PÁGINAS DO JORNAL *DIÁRIO DOS CAMPOS*, PONTA GROSSA
(PR) 1908-1916**

Dissertação apresentada no Mestrado em História, Cultura e Identidades, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Ponta Grossa como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marco A. Stancik

PONTA GROSSA

2018

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Holowate, Isaias

H754 A eugenia nas páginas do Jornal Diário
dos Campos, Ponta Grossa (PR) 1908-1916/
Isaias Holowate. Ponta Grossa, 2018.
152f

Dissertação (Mestrado em História -
Área de Concentração: História, cultura e
identidades), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio
Stancik.

1.Diário dos Campos. 2.Eugenia.
3.História Cultural. 4.Representações.
I.Stancik, Marco Antonio. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em História. III. T.

CDD: 981.62



TERMO DE APROVAÇÃO

ISAIAS HOLOWATE

A EUGENIA NAS PÁGINAS DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 1908-1916 .

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 15 de agosto de 2018, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. MARCO ANTONIO STANCIK (UEPG)
(Orientador)

Prof. Dr.ª SILVIA DE ROSS (UFPR)

Prof. Dr. JOSÉ AUGUSTO LEANDRO (UEPG)

Ponta Grossa, 15 de agosto de 2018.

Essa Dissertação é dedicada aos ilustres desconhecidos. Pessoas que em seu tempo viveram, sonharam, amaram e acreditaram. Seus ossos se tornaram pó. Mas seus sinais permaneceram escondidas no pé de página ou nas entrelinhas de um discurso. Não cabe a mim julgar se estavam certos ou errados. Apenas desejo que as representações que estes desconhecidos do passado produziram ajude os desconhecidos do futuro a refletir sobre si próprios e sua relação com o mundo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Dr. Marco Antonio Stancik (UEPG), pela sua capacidade de dirimir minhas dúvidas que tantas vezes se mostravam insolucionáveis. Todas as vezes que me dirigi a ele, retornei com resultados satisfatórios. Agradeço também pela paciência, competência e respeito que marcou toda a orientação.

Aos professores que tive durante o Mestrado em História da UEPG. Não os nomearei, para não correr o risco de esquecer algum nome. Na UEPG tive como professores alguns dos pesquisadores que mais admiro e cujas obras eu estudo cotidianamente. Cada aula do PPGH foi uma experiência de reflexão e aprendizagem valiosíssima.

Ao corpo acadêmico do Departamento de História da UEPG, pela transparência e capacidade de sua atuação. Agradeço pelo esforço contínuo de formar bons professores e historiadores. É realmente impressionante observar como respiram o ensino e a pesquisa mesmo em tempos difíceis. São profissionais dentro e fora da sala de aula.

Reforço também meus agradecimentos aos funcionários da UEPG, pela educação com que sempre fui tratado e pelo esforço em manter organizada todas as atividades durante o curso.

À equipe de funcionários da Casa da Memória de Ponta Grossa, pela transparência, dedicação e seu compromisso em ajudar na formação dos historiadores. A disponibilização das fontes e o cuidado com que tratam da História Local é elogiável.

À iniciativa da Hemeroteca Digital brasileira da Biblioteca Nacional, que digitalizou mais de 10 milhões de páginas de periódicos. Essa pesquisa deve em muito à essa genial iniciativa. Muitos dos cruzamentos, análises e reflexões só ocorreram pela existência da Hemeroteca Digital.

A CAPES e ao CNPQ pelo suporte financeiro. Sou muito grato pelo apoio que possibilitou me dedicar inteiramente, nesses dois anos à pesquisa.

Aos meus amigos. Desde a muito tempo aprendi que nenhuma pesquisa se faz sem eles. Essas pessoas nos acalmam em momentos de estresse, nos estimulam quando a esperança se esvai, que nos confortam quando estamos fracos. Amigos nos fazem acreditar em nós mesmos, nos fazem acordar no dia seguinte com vontade de escrever mais, mesmo tendo dormido com dor de cabeça na noite anterior. Agradeço a todos eles. Essa Dissertação não existiria sem as conversas fúteis e valiosas que tivemos.

A todos os aqui citados, meus mais sinceros agradecimentos. Por toda vossa ajuda, considerem-se como coautores dessa pesquisa.

“A história virou lenda, a lenda virou mito e algumas coisas que não deveriam ter sido esquecidas foram perdidas.”

Peter Jackson

RESUMO

A presente dissertação investiga a construção e as complexidades das representações sobre a eugenia na sociedade ponta-grossense entre os anos de 1908 e 1916. A eugenia foi um movimento científico e social desenvolvido na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, a partir das obras do antropólogo inglês Francis Galton. Inicialmente, o discurso eugenista tinha por objetivo defender a possibilidade do aprimoramento da espécie humana. Porém, ao ser apropriado por entusiastas das mais diversas regiões do mundo, a eugenia foi representada de forma a atender às necessidades dos grupos que se utilizavam dela, dando origem a uma diversidade de correntes de representações sobre o tema. Assim, as representações sobre a eugenia construídas em ambientes próprios, embora produzidas em relação ao discurso galtoniano, também apresentavam particularidades e peculiaridades. No Brasil, e especificamente, em Ponta Grossa, os discursos eugênicos foram apropriados e representados de forma a atender as necessidades de explicação de grupos locais e nacionais, especialmente de uma classe média e alta formada por entusiastas e intelectuais médicos, juristas, professores, escritores e comerciantes. Ponta Grossa, no início do século XX, estava passando por um período de intensas transformações sociais e culturais com o desenvolvimento de uma sociedade urbana local. Nessa cidade, assim como a instalação das ferrovias, energia elétrica e urbanização, a fundação do jornal *Diário dos Campos* era vista como sinal do avanço em direção ao progresso. Nas páginas do impresso, os signos e significados do discurso eugenista foram amalgamados a conceitos presentes na identidade da população e utilizado de forma a responder às necessidades locais próprias. Tais processos de reconstruções discursivas deram origem a construções de sentidos próprias para o discurso eugênico, de forma com que entre as representações sobre a eugenia no meio local, nacional e internacional haviam divergências, convergências e peculiaridades. A pesquisa é conduzida através de um estudo embasado nos princípios da História das Representações e utilizando como fonte as publicações do jornal ponta-grossense *Diário dos Campos* entre os anos de 1908 e 1916, realizando o levantamento, análise e reflexão das representações sobre a eugenia presentes nos artigos do jornal *Diário dos Campos* e na busca por sinais, vestígios e indícios nos interstícios dos textos e fontes complementares que auxiliam na compreensão dos debates e construções representativas sobre a eugenia no jornal local. Assim, a partir disso, se tornou possível compreender e apontar os processos que envolveram a produção representativa e os sentidos adquiridos pela eugenia no impresso local ponta-grossense.

Palavras-chave: *Diário dos Campos*; Eugenia; História Cultural; Representações.

ABSTRACT

The present dissertation investigates the construction and complexities of the eugenics representations in the ponta-grossense society between the years 1908 and 1916. Eugenics was a scientific and social movement developed in the second half of the 19th century and the first half of the 20th century, the from the works of the english anthropologist Francis Galton. Initially, the eugenics discourse had as objective to defend the possibility of the improvement of the human species. However, when eugenics was appropriated by enthusiasts from the most diverse regions of the world, it was received new meanings in order to meet the needs of the groups that used it, giving rise to a diversity of current of representations on the theme. Thus, the representations about eugenics built in their own local culture, although produced in relation to the galtonian discourse, also presented peculiarities. In Brazil, specifically in Ponta Grossa, eugenic discourses were appropriated and represented in order to fit the explanatory needs of local and national groups, especially of a middle and upper class made up of enthusiasts and medical intellectuals, jurists, teachers, writers and merchants. Ponta Grossa, at the beginning of the 20th century, was undergoing a period of intense social and cultural transformation with the development of a local urban society. In this city, as well as the installation of railroads, electric power and urbanization, the foundation of the *Diário dos Campos* newspaper was seen as a sign of progress toward progress. In the published pages, the signs and meanings of the eugenicist discourse were amalgamated with concepts present in the identity of the population and used to respond to their own local needs. These processes gave rise to constructions of meanings for the eugenic discourse, so that among the representations on eugenics in the local, national and international concepts there were divergences, convergences and peculiarities. The research is conducted through a study based on the principles of the History of Representations and using as a source the publications of the newspaper *Diário dos Campos* between 1908 and 1916, carrying out the survey, analysis and reflection on the representations on eugenics present in the *Diário dos Campos* newspaper articles and in the search for signs, traces and clues in the interstices of the texts and complementary sources that help in the understanding of the debates and representative constructions on eugenics in the local newspaper. Thus, from this, it became possible to understand and point out the processes that involved the representative production and the senses acquired by eugenics in the ponta-grossense journal.

Keywords: *Diário dos Campos*; Eugenics; Cultural History; Representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Excerto do artigo “Uma apreciação”, de 11 de dezembro de 1914. Uma das raras ocasiões em que o termo eugenia aparece (no caso “eugenismos”).....	25
Figura 2: Facsímile primeira edição do Hereditary Genius	30
Figura 3:A Redenção de Cam: Aprimoramento brasileiro e peculiaridades	40
Figura 4:Planta Ponta Grossa: Início do século XX.....	43
Figura 5:Ponta Grossa, visão panorâmica, década de 1920	45
Figura 6: Foto de Hugo dos Reis por ocasião de uma homenagem prestada pelos colaboradores do jornal em 29 jul. 1914.	56
Figura 7:A árvore eugênica.....	67
Figura 8: A diagramação do artigo “A esterilização humana”	90
Figura 9: A Germanização do sul do Brasil:	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Os artigos no Diário dos Campos que apresentavam a disputa entre o médico F. Barbosa Maciel e os membros da redação do periódico	97
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
EUGENIA E PONTA GROSSA: TEXTOS E CONTEXTOS DO DESENVOLVIMENTO DOS DISCURSOS DA CIÊNCIA DO APRIMORAMENTO HUMANO	25
A CONSTRUÇÃO E DIFUSÃO DA EUGENIA.....	29
PONTA GROSSA: APELOS EM UMA CIDADE QUASE MODERNA.....	42
DISPUTAS, NEGOCIAÇÕES E MEDIAÇÕES: O <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> E A QUESTÃO DO APRIMORAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	54
A REDAÇÃO DO <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> E O APRIMORAMENTO DA POPULAÇÃO	60
OS COLABORADORES DO <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> E A QUESTÃO DO APRIMORAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	69
A QUESTÃO DO BRANQUEAMENTO NOS DEBATES SOBRE RAÇA E EUGENIA NO JORNAL	71
OS VENENOS RACIAIS EM DEBATE NAS PÁGINAS DO <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i>	78
AS REPRESENTAÇÕES DE EUGENIA NEGATIVA NO JORNAL.....	85
OS MEMBROS DA REDAÇÃO DO <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> CONTRA BARBOSA MACIEL: O APRIMORAMENTO NACIONAL EM QUESTÃO.....	97
AS TESES DE MACIEL EM “A GERMANIZAÇÃO DO SUL DO BRASIL”	103
A REAÇÃO DA REDAÇÃO DO JORNAL: OS COLABORADORES SE POSICIONAM.....	109
“A SOCIOLOGIA É TUDO; A BIOLOGIA ENTRA COMO EXCEÇÃO”: A “CARTA ABERTA” DE GUIMARÃES E A QUESTÃO EUGÊNICA	113
A DISPUTA SE ACIRRA: OS COLABORADORES CONTRA MACIEL	118
AMÁLGAMAS DISCURSIVOS: EUGENIA E RAÇA NAS REPRESENTAÇÕES DOS CONTENDORES	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
FONTES.....	136
FONTES JORNALÍSTICAS	136
FONTES IMAGÉTICAS	140
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE.....	150

INTRODUÇÃO

Essa dissertação investiga as representações sobre a eugenia publicadas nas páginas do jornal *Diário dos Campos* entre os anos de 1908 e 1916, objetivando compreender os sentidos que esse discurso adquiriu ao ser representado nesse meio social específico, as complexidades, peculiaridades, divergências e convergências das representações eugênicas que circularam no meio local e suas relações com os discursos eugenistas nacional e internacional.

A eugenia foi um movimento cultural construído a partir do final do século XIX com status de ciência inicialmente na Europa e a seguir nos EUA, obtendo ampla aceitação nos meios intelectuais, tendo vasta influência nos debates científicos e sociais colocando em foco questões como a raça, a nacionalidade, a saúde e doença (BLACK, 2003; DIWAN, 2007).

Desenvolvida partir das teorias do antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911), a eugenia, pensada como a “Ciência do aprimoramento humano” (GALTON, 1869), era apresentada como uma possibilidade de aceleração da evolução dos grupos humanos através da utilização de métodos e ferramentas que alterariam as relações no meio social, estimulando, agilizando e controlando a evolução da espécie em direção aos “super-humanos” (GALTON, 1869, p. 1).

Além desse status científico da eugenia, os defensores desse discurso colocavam-se enquanto um movimento social atuante na tentativa de aplicação na sociedade dos princípios do aprimoramento humano. Nas suas representações, embasavam-se não apenas em Galton, mas também o amalgamavam com outros discursos e descobertas científicas da época, adaptando-os às necessidades próprias do meio social em que eram apropriados. Assim, com uma capacidade camaleônica de adaptação, os discursos eugenistas foram aceitos em diversas regiões do globo, estando presentes em culturas tão distintas como Brasil, Japão, EUA, México e Alemanha (BASHFORD; LEVINE, 2010). Eles apresentavam uma inegável dívida para a produção de Galton, mas também produziam respostas próprias na busca da solução para o que consideravam ser o problema para melhoria de cada raça (STEPAN, 2005).

Nesse aspecto, muitos cientistas adotaram a classificação de Saleeby (1909) que, em conversação com Galton, classificou a ciência eugênica em eugenia positiva e eugenia negativa, de acordo com as práticas que esses discursos defendiam. A eugenia positiva tinha por objetivo estimular um aumento da quantidade de indivíduos que eram considerados aptos para o melhoramento da espécie. Seus discursos defendiam a seleção eugênica através da orientação dos casamentos, estímulo à procriação e cuidados com os “bem-nascidos”. No viés da eugenia positiva, essa seleção visava estimular a reprodução de indivíduos representantes

da “synthese feliz de qualidades superiores de temperamento e de inteligencia” (VIANA, 1930, p. 3).

A eugenia negativa tinha por objetivo evitar a propagação indivíduos considerados pelos eugenistas como inaptos. O processo ocorreria através de um controle mais rígido sobre os casamentos e a reprodução, defendendo a exigência de exames pré-nupciais, desaconselhando o casamento entre indivíduos que apresentassem características disgênicas, como idade avançada, consanguinidade ou disfunções - físicas ou mentais - às quais os eugenistas julgavam passarem características negativas hereditariamente, como a sífilis, a tuberculose, entre outras. Em algumas representações, defendiam também o aborto eugênico, a segregação e esterilização de doentes mentais e outros indivíduos julgados como degenerados (MAI e ANGERAMI, 2006, p. 254).

Contudo, após a Segunda Guerra Mundial o termo “eugenia” perdeu espaço na pesquisa científica, algo que foi motivado pela descoberta das práticas de eugenia restritiva no governo hitlerista, e notadamente, o Holocausto judeu (BLACK, 2003). A diminuição da produção acadêmica sobre a temática também fez com que, na área de História, apenas após a década de 1980 a eugenia voltasse a ser um objeto mais amplamente pesquisado¹ (JANZ JUNIOR, 2012, p.12).

No meio historiográfico, esse novo olhar para a História da eugenia, ocorreu em um período de transformações nas perspectivas de pesquisa dos historiadores, motivados pela difusão de princípios de produção historiográfica apontados pela Terceira Geração dos Annales, que defendiam a diversificação das fontes e métodos de pesquisa.

A terceira fase dos Annales abre-se a uma ampla diversificação de objetos e dimensões de estudo. [...] A ampliação de campos históricos e de temáticas possíveis aos historiadores já não tem limites nesses novos tempos. Há uma história para tudo o que é humano (BARROS, 2013, p. 144).

Atualmente, a eugenia segue a ser um tema largamente estudado, em decorrência da sua relevância para a compreensão de diversos fenômenos contemporâneos como os racismos e a questão ética nas pesquisas envolvendo a genética.

¹ O termo “eugenia” entrou em ostracismo após a descoberta dos campos de concentração nazista. Nas páginas de algumas publicações ele ainda continuou a aparecer, embora mais raramente e defendido apenas por alguns antigos entusiastas. Porém, enquanto discurso científico e movimento social, ele perdeu força (BLACK, 2003). A eugenia passa a ser chamada, inclusive, de pseudociência por diversos autores (CASSATA, 2015). Na Historiografia o movimento eugênico foi pouco pesquisado até o desenvolvimento da História Cultural. Entre os diversos motivos, pode-se apontar o fato de que os historiadores, no período imediato após 1945, estavam mais voltados para a História Econômica, Social e mentalidades (BURKE, 1997).

A eugenia, em seu período de desenvolvimento, era reconhecida no meio científico ocidental com o status de Ciência, e carregava nos seus discursos, um forte viés de intervenção social. Em um período de descoberta e sistematização dos novos conhecimentos científicos, como os avanços na área biológica com a descoberta da microscopia e a sistematização dos seres vivos a partir das teorias evolucionistas (HOLOWATE, 2016, p. 18), os profissionais da eugenia ancoravam seus discursos também em princípios da Biologia, Sociologia, Antropometria e Medicina, os quais eram, muitas vezes, amalgamadas aos ideais da eugenia. Com isso, os eugenistas, ancorados por uma teia de saberes científicos, imiscuíam-se em questões sociais as quais consideravam que deveriam apresentar a solução para o que julgavam ser os problemas da humanidade

Seus discursos, ao serem apropriados por entusiastas das mais diversas regiões do globo deram novos significados à ciência eugênica, utilizando-a de forma a atender as necessidades de explicação de sua própria realidade. Tal foi o caso das representações sobre a eugenia no meio brasileiro, que envolveram o amálgama com outros discursos científicos e/ou populares que estavam presentes no arcabouço cultural das regiões afetadas pelas ideias de aprimoramento eugênico (SCHWARCZ, 2004, p. 380).

Assim, com a espacialidade gigantesca do território brasileiro² e durante os cem anos que marcam o desenvolvimento da eugenia e sua saída de cena, os discursos eugenistas assumiram diversos significados e atendiam às variadas necessidades de acordo com os padrões culturais historicamente construídos nos ambientes em que ela teve contato e foi divulgada.

A presente pesquisa estuda a presença e as representações produzidas sobre a eugenia em um ambiente específico: O jornal ponta-grossense *Diário dos Campos*. Para isso, se utiliza das edições do referido jornal durante o período de 1908 a 1916, quando se chamava *O Progresso*, como fonte histórica, buscando compreender as complexidades dos discursos sobre a eugenia no meio local, suas construções, negociações e restrições que motivavam o aceite e a publicação de tais discursos no jornal.

No período estudado o *Diário dos Campos*, mantinha o formato *standard*, de 4 páginas diagramadas em seis colunas verticais. Na maior parte do tempo, as duas primeiras eram dedicadas à publicação de editoriais, artigos e notícias, enquanto que as duas últimas

² Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, ocupando 8.515.759,090 km² (IBGE, 2016).

eram preenchidas com propagandas de medicamentos, estabelecimentos comerciais e indivíduos que promoviam sua atuação profissional na publicação³.

O período inicial do recorte temporal coincide com a entrada do jornalista Hugo Mendes de Borja Reis no *O Progresso*, em fins de 1908, logo após ele ter se instalado em Ponta Grossa. Reis nasceu em Valença, Estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1884, e migrou para Ponta Grossa por recomendação médica para cuidar de um problema de saúde (HOLZMANN, 2004; CHAVES 2011, p. 29).

Durante sua participação no jornal, ele acompanhou os desafios e as mudanças na sociedade local, as quais buscou refletir e intervir na sociedade local através dos textos nas páginas da publicação. Também se envolveu constantemente em disputas políticas e sociais da Ponta Grossa de sua época, tendo participado de diversas campanhas, entre as quais pela fundação da Sociedade Operária Beneficente (REIS, 28 mar. 1913, p. 1), promulgação do espiritismo, povoamento do interior e reflorestamento da região, que já era alvo das indústrias madeireiras (HOLZMANN, 2004, p. 261-317).

Da mesma forma que Euclides da Cunha acompanhou a quarta expedição contra Canudos, Hugo dos Reis, enquanto enviado especial do *Diário dos Campos* visitou as áreas de confronto durante a Guerra do Contestado – que o *Diário dos Campos* chamou seguidamente nos textos publicados de Canudos do Sul - na fronteira entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, observando os resultados da atuação do exército na região e notando a pobreza e as más condições sanitárias e sociais da população, abandonada pelo poder central.

Estando a cidade em um processo de urbanização, Reis, assim como outros membros de uma classe investidora local, também se aventurou em outros negócios paralelos ao jornal, atuando como representante comercial, investidor e acionista de diversas empresas em Ponta Grossa (HOLZMANN, 2004).

Sua participação política, bastante ligada ao grupo capitaneado pelo Dr. Elizeu de Campos Melo⁴ resultou nos primeiros anos em perseguições e uma tentativa de empastelamento do *O Progresso* em 1910 (CHAVES, 2001, p. 37). Porém, ao mesmo tempo em que o jornal foi conquistando espaço e se colocando enquanto uma ferramenta discursiva

³ No decorrer do período analisado, ocorrem pequenas modificações nessa estrutura da publicação, variando de momentos em que parte da página 3 ainda apresentavam alguns textos sobressalentes, e períodos de maior quantidade de patrocinadores, em que até mesmo boa parte da página 2 acabava sendo utilizada para propaganda.

⁴ Político, advogado e membro da elite local ponta-grossense. Foi inclusive um dos principais investidores da *Companhia Typographica Pontagrossense*.

valiosa, Reis conquistou reconhecimento na sociedade local, sendo tratado inclusive como “consolidador do jornalismo” em Ponta Grossa (HOLZMANN, 2004, p. 317).

Entre os anos de 1908 e 1916, e especialmente após 1910, Reis dava o tom dos discursos publicados no jornal. A redação do periódico buscava sempre afirmar a existência no jornal de uma certa permissividade em relação ao que os colaboradores escreviam (DIÁRIO DOS CAMPOS, 19 fev. 1913, p. 1). Contudo, a existência desse discurso não significa que na prática não haviam normas e regras que estipulavam o que e como seriam publicados os artigos no jornal. As regras existiam e serão analisadas nessa pesquisa, inclusive, em casos específicos de submissão ou de estratégias de fuga a essas normas.

Os anos de 1908 a 1916 também atraem pela variedade de posicionamentos dos colaboradores do periódico em relação as mais diversas questões sociais e políticas. O ponto final no recorte temporal é motivado por transformações no discurso de aprimoramento no meio local e nacional desenvolvidos a partir da publicação do manifesto sanitarista “O Brasil é um imenso hospital” de Miguel Pereira, que nos meses seguintes foi muito repercutido no *Diário dos Campos* e deu início ao desenvolvimento do movimento sanitarista no meio local. O fortalecimento do sanitarismo não significou o fim da eugenia no jornal. Porém, causou uma alteração drástica nos signos e significados, transformando a predominância do discurso eugênico-racial para um discurso eugênico-sanitário-racial⁵.

Assim, a temporalidade escolhida foi a época de chegada e construção de discursos da eugenia em uma cidade que apresentava características próprias e por ser o período em que os discursos estavam presentes em constantes debates nas páginas do jornal. Consequentemente, em muitos casos, alguns dos colaboradores defendiam visões de mundo que se colocavam como francamente opostos aos princípios defendidos pelos criadores da nova Ciência, o que gerou diversos debates e discussões no jornal, em meio à negociações, restrições e ausências discursivas.

Contudo, vale lembrar, o recorte temporal não é fixo, alterando-se de acordo com as necessidades da fonte analisada. Algumas representações só podem ser entendidas se contextualizadas com processos ocorridos décadas antes de 1908 e outras precisam ser articuladas em relação à acontecimentos até mesmo de meados do século XX. Assim, a temporalidade da pesquisa, embora recortada, é principalmente, uma escolha em diálogo com as fontes.

⁵ Às alterações no discurso se somam as mudanças na sociedade local após 1920, que motivam inclusive a saída de Reis do *Diário dos Campos* em 1921 e sua retirada de Ponta Grossa em 1925.

As edições do *Diário dos Campos* durante o período analisado foram disponibilizadas pela Casa da Memória de Ponta Grossa, as quais o pesquisador teve acesso inicialmente em 2014 de forma digitalizada para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, focado, na época, em fazer um levantamento da ocorrência de representações sobre a eugenia na cidade de Ponta Grossa.

O processo de digitalização do jornal estava inconcluso naquele momento, de forma que alguns períodos não possuíam a totalidade de edições disponíveis tanto em seu formato físico quanto digitalizadas. Nos anos seguintes, lacunas documentais foram sendo corrigidas principalmente graças ao trabalho da equipe da Casa da Memória, que embora pequena, tem buscado tornar possível a disponibilização cada vez mais completa e de forma acessível as fontes relativas a História Local.

O *Progresso/Diário do Campos* embora não tenha sido o primeiro jornal publicado em Ponta Grossa⁶ tem a vantagem de ser a publicação com maior estabilidade de circulação. Foi fundado pelo maestro da banda Lyra dos Campos, Jacob Holzmänn, um imigrante russo-alemão que chegou à cidade no final do século XIX, com o título de *O Progresso*.

Contudo, o periódico não possuía investimentos adequados para expansão ou ao menos a manutenção de um superávit financeiro, tornando os primeiros anos da imprensa ponta-grossense em que “a receita mal cobria a despesa” tempos difíceis para o jornalismo local (HOLZMANN, 2004, p. 287). Em virtude do déficit orçamentário, em 1913 a propriedade do jornal foi assumida pela *Companhia Typographica Pontagrossense*. Com novos proprietários, o periódico a ser uma publicação diária, com o título de *Diário dos Campos*.

A falta de retorno monetário continuaria a ser um problema para o *Diário dos Campos* durante todo o período estudado pela pesquisa. Em 1913 a Câmara Municipal ponta-grossense retirou seu apoio ao jornal e chegou a patrocinar uma publicação rival intitulada *O Município* (HOLOWATE, 2015).

Em 1915 a *Companhia typographica pontagrossense* foi liquidada e o impresso foi assumido pela *Hugo dos Reis & Cia*, uma associação entre Hugo dos Reis e sua esposa, que manteve o periódico até 1921, quando novamente por falta de apoio financeiro tanto do setor público quanto de particulares, o jornal foi vendido aos irmãos Cadilhe (HOLOWATE, 2015, p 8).

⁶ O Primeiro jornal publicado em Ponta Grossa foi o *Campos Geraes*, de 1893 e que teve curta existência (PILOTTO, 1973, p. 1).

Contudo, apesar das dificuldades, o jornal manteve a mesma política editorial - marcado pela personalidade de Hugo dos Reis - e atendeu, durante os anos estudados, os mesmos grupos sociais, e, mesmo que no espaço de tempo estudado, tenha ocorrido um processo de mudanças nos discursos sobre a sociedade, política e até mesmo a eugenia – pois as estruturas culturais e sociais não são estáticas e estão em constante modificação – a processualidade dos discursos, e as permanências de foco e escopo da publicação validam a escolha.

Outro aspecto importante para a utilização do *Diário dos Campos* é a relevância que o periódico teve nas primeiras décadas do século XX, sendo o jornal da cidade mais influente naquele período, e que, segundo os discursos de seus colaboradores, se apresentava como um veículo que buscava contribuir para o “engrandecimento” da cidade, promovendo o progresso e lutando por uma modernização, tanto na questão intelectual quanto social (HOLZMANN, 2004, p. 263-264).

Assim, por compreender a relevância de uma pesquisa sobre a formação dos discursos sobre a eugenia no meio local, a produção das representações e as transformações e permanências que o discurso sofreu no meio ponta-grossense, o trabalho buscou responder às seguintes questões: Como eram construídas as representações sobre a eugenia no *Diário dos Campos* entre 1908 e 1916? Quais signos e significados da eugenia eram veiculados com maior e menor frequência nas páginas do jornal? Quais limites, estímulos e restrições que tais discursos enfrentavam? E de que forma as representações no jornal se colocavam em relação aos discursos sobre a eugenia do meio nacional e internacional?

A hipótese que se buscou comprovar é que os discursos sobre a eugenia em Ponta Grossa constituem representações complexas, não se filiando apenas a uma ou outra corrente eugênica. Elas apresentavam variações, convergências e divergências em relação aos discursos nacionais e internacionais. Eram produzidas em meio a apropriações e veiculadas em uma configuração delimitada por interações sociais mediadas por negociações, debates e enfrentamentos, de forma que, as complexidades e peculiaridades das representações sobre a eugenia no meio local respondiam as necessidades individuais e da sociedade na qual eram produzidas e circulavam.

Para responder a essas questões buscou-se fazer um estudo das representações sobre a eugenia nas páginas do jornal *Diário dos Campos* entre 1908 e 1916, possibilitando compreender nos signos e significados, as complexidades do discurso, as representações predominantes e as exceções, as construções, as normas, restrições e ausências observáveis sobre o tema em Ponta Grossa.

Para isso, no estudo das construções de sentidos nas publicações, os artigos do jornal são percebidos como representações da realidade. Estas, não são cópias exatas da realidade social da época em que foram escritas, mas afirmam realidades discursivas, ou seja, tratam-se de construções individuais feitas em um determinado momento histórico, social e cultural. A representação é, assim, compreendida através da relação signo - significado “entendida, deste modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme” (CHARTIER, 1991, p. 184).

As representações são produzidas em meio a processos de transformações sociais da cultura e de modificações culturais da sociedade, se constituindo enquanto criações e elementos transformadores dessa realidade. Dessa forma, elas são também elementos ativos que constantemente modificam a vivência de um grupo.

Tais representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, de uma realidade que lhes fosse exterior. Elas possuem uma energia própria que convence de que o mundo, ou o passado, é realmente aquilo que dizem que é. Produzidas em suas diferenças pelos distanciamentos que fraturam as sociedades, as representações, por sua vez, as produzem e reproduzem (CHARTIER, 2010, p. 26).

Por serem produzidas em um contexto próprio – no caso para serem divulgadas nas páginas do jornal – as representações são específicas e dialogam com a cultura e a sociedade as quais fazem parte, atendendo a interesses locais, pois “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17).

O ambiente social da redação do jornal é pensado como uma configuração social com padrões de ações aceitas, permitidas ou proibidas, tal como um jogo (ELIAS, 2008, p. 141-142). Essa configuração social constituída pelo espaço e indivíduos que acessavam a redação do *Diário dos Campos* apresentava prêmios e restrições específicas do espaço em questão.

Essas especificidades ocorrem constantemente no processo de apropriação e produção das representações, sendo a apropriação constituída nos “usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1991, p. 180) pelas quais o indivíduo internaliza o discurso com base na sua vivência individual.

Embora sejam processos criadores e transformadores de signos e sentidos discursivos, é preciso notar também, no estudo da construção e divulgação de discursos sobre a eugenia em um meio local, que as representações apresentam uma historicidade de constituição, ou

seja, são historicamente construídas. Da mesma forma, em diferentes temporalidades existem variações nas representações, pois “nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas” (CHARTIER, 1991, p. 180).

Por conseguinte, no estudo das representações da eugenia nas páginas do jornal, elas são compreendidas como produções em um meio social e cultural datada de um tempo e espaço e “construída na descontinuidade das trajetórias históricas” (CHARTIER, 1991, p. 180).

Tais representações estudadas, são encontradas em discursos nas páginas da publicação, os artigos do jornal. Estes, são pensados enquanto representações culturalmente construídas da realidade, produzidas em meio as “práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2008, p. 159) que articulam sua função enunciativa. Como foi dito, esses discursos produzidos no meio local alteram os significados que apresentavam anteriormente, de forma que, um texto ao ser reconstruído em um ambiente específico – como o jornal –, sofre alterações de signos e sentidos.

[...] não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturante os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis a vontade dos produtores de discursos e de normas (CHARTIER, 1990, p. 136).

Assim, o estudo das representações sobre a eugenia em um jornal apresenta-se enquanto um desafio e uma atraente possibilidade. A utilização dos periódicos como fonte de pesquisa não é algo muito antigo na historiografia. Foi com as transformações promovidas pela História Cultural que as pesquisas historiográficas com base em fontes jornalísticas foram se tornando mais comuns, especialmente a partir do final da década de 1970, com a popularização de novas fontes, problemas e abordagens de pesquisa (LE GOFF e NORA, 1978).

O uso dessa variedade de documentos - muitas vezes produzidas involuntariamente - deu origem a uma massificação das fontes e abriu novas perspectivas de pesquisa.

A nova história privilegia a documentação massiva e involuntária em relação aos documentos voluntários e oficiais. Nesse sentido, os documentos são arqueológicos, pictográficos, iconográficos, fotográficos, cinematográficos, numéricos, orais, enfim, de todo tipo. Todos os meios são tentados para

vencer as lacunas e silêncios das fontes, mesmo, e não sem risco, os considerados como antiobjetivos (REIS, 1994, p. 126).

A cultura, pensada como “um padrão historicamente transmitido de significados incorporados em símbolos” (GEERTZ, 1989), se tornou o objeto primordial das pesquisas dos historiadores, que buscam compreender “o mundo das ideias, interpretações, valores, regras, comportamentos, linguagens, representações, sentidos, projetos, lembranças, desejos e sonhos de uma sociedade” (DENIPOTI, 2013, p. 12-13).

Com os avanços nos estudos, os jornais se tornaram uma importante fonte de pesquisa para diversas áreas (LUCA, 2011, pp 111-153), pois as páginas das publicações apresentam discursos em que determinados grupos sociais divulgam significados sobre o meio cultural e social ao qual fazem parte. O estudo dessas fontes possibilita uma reconstrução de fatos históricos e culturais de uma sociedade.

A imprensa é fonte significativa de matérias e dados para a historiografia. Desde os diversos cantos ideológicos ela tem sido testemunha chave de boatos e fatos, de conspirações e consensos, de fracassos e sucessos, de tristezas e felicidades. Cada jornal, todo dia, recolhe amostras da dispersão desse desenvolvimento histórico. Ela atua na recordação ou no esquecimento de acontecimentos, sociedades e personagens no tempo (PARRA MONSALVE, 2014, p. 1).

Por isso, pensa-se o jornal como uma ferramenta que constrói uma realidade (ALSINA, 2009, p.45), atuando como um instrumento político de legitimação e de contestação social ao mesmo tempo em que é influenciado pelo meio social, realizando uma constante troca de informações.

Trata-se de uma produção voltada para seu público, consistindo de uma relação dialógica em que ao mesmo tempo em que influencia a opinião de seus leitores, também é influenciado pelos grupos que acessam à publicação, sejam eles os patrocinadores, produtores, colaboradores ou consumidores.

Tendo a capacidade de mobilizar ou de garantir a construção subjetiva do “informado” o jornal deve ser visto como um campo de disputas políticas, econômicas e, principalmente, culturais. Os grupos são influenciados pelos jornalistas e também se articulam para exercer influência na mídia noticiosa [...]. A mídia noticiosa possui um próprio modo de afirmar a realidade que retrata/constrói e isso acontece em negociação com os receptores (PONTES e SILVA, 2012, p. 52).

Contudo, a utilização dos jornais enquanto fonte histórica também envolve desafios, pois muitos dos colaboradores de uma publicação aparecem e desaparecem quase sem deixar vestígios. Nessa pesquisa, inclusive, foi bastante comum encontrar autores de apenas um artigo da publicação no qual discutia representações centrais da questão do aprimoramento eugênico e que muitas vezes, eram assinados apenas pelo pseudônimo ou não assinados e assumidos como responsabilidade da redação. Além disso, o círculo de colaboradores foi sendo constituído por diletantes em meio a círculos locais, sendo composto em sua maioria por estudantes, professores, comerciantes, médicos, etc, o que dificulta, por exemplo, a identificação das origens de diversos colaboradores do jornal.

Tendo em vista a necessidade de expandir os cruzamentos e reflexões na pesquisa, e as ausências e dificuldades que a fonte apresentava, foi necessário também diversificar as fontes utilizadas, de forma a cobrir lacunas e apurar mais aprimoradamente as construções discursivas presentes no jornal. Assim, os anuários do *Almanaque Laemmert* e as publicações do jornal *Diário da Tarde* disponibilizadas digitalizadas pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional funcionam como fontes auxiliares na pesquisa.

O *Almanaque Laemmert* era um anuário publicado no Rio de Janeiro de 1844 a 1940 e que continha informações sobre aspectos de cada cidade brasileira - incluindo Ponta Grossa -, como número de habitantes, estrutura administrativa, produção agrícola interna e de exportação, situação da indústria, comércio e o detalhamento das profissões da cidade.

Já o *Diário da Tarde* era um jornal curitibano de circulação estadual, e apresentava uma relação de proximidade com o *Diário dos Campos*, existindo uma constante troca de notícias e informações entre as redações de ambos os periódicos. Ao mesmo tempo, personalidades de um jornal eram citados no outro e alguns colaboradores do *Diário dos Campos* também publicavam no de Curitiba. Assim, em situações diferentes, mas de formas complementares, ambas essas fontes também foram essenciais para perscrutar e acrescentar informações a pesquisa sobre as representações no jornal ponta-grossense.

Em consequência disso, se fez necessária uma diversificação metodológica para abarcar as construções discursivas e a busca por indícios nas presenças e ausências do texto com o objetivo de desvendar da melhor forma possível complexidades documentais e as possibilidades das fontes pesquisadas.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. [...] em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas. [...] A

ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou a revista pretende atingir (LUCA, 2011, p. 140).

Assim, o método que orienta a pesquisa é a realização de um estudo das construções discursivas do texto, entendidas como semelhantes sistemas de dispersão entre certo número de enunciados e uma regularidade do discurso entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas (FOUCAULT, 2008, p. 43 e 66).

Ao mesmo tempo, as necessidades do objeto obrigam a aplicação, em situações específicas, de outros métodos de pesquisa, de forma que, ao mesmo tempo em que o estudo das representações é realizado de forma dialógica e reflexiva, também alguns aspectos do paradigma indiciário de Ginzburg se fazem necessários para a partir do estudo do “rastreamento de sinais, indícios, signos” (GINZBURG, 1989, p. 177) possibilitar a compreensão dos significados presentes e/ou ausentes nas fontes.

Dessa forma, a pesquisa foi conduzida a partir de diversos estágios de investigação, apoiando-se nos diálogos metodológicos para a processualidade do estudo. Em seu aspecto primordial, a pesquisa se trata de uma investigação tanto das representações presentes quanto das aceções nos interstícios do texto e que só podem ser compreendidas através da compreensão do contexto histórico de sua produção.

Por isso, o primeiro passo da pesquisa consistiu no levantamento e análise das representações presentes no *Diário dos Campos*. Essa fase consistiu do levantamento, seleção e análise de mais de 1500 edições dessa publicação. A partir dessa análise, centenas de textos encontrados apontavam para a existência de signos e significados da eugenia, seja individualmente ou enquanto conjunto simbólico, presentes nos textos do impresso analisado. Em seguida, eles foram selecionados e foi realizada a reflexão sobre as representações presentes em relação ao seu contexto de produção e circulação tanto local quanto nacional e internacional.

Além do levantamento e análise das representações em relação ao tempo e espaço de sua produção, foi preciso também ficar atento às normas e regras que engendravam as produções discursivas sobre a eugenia. Não se publicava tudo o que queria, no momento desejado e da forma que se almejava. E por isso, para compreensão das regras de produção e circulação dos discursos, essa pesquisa também envolveu a investigação dos diálogos, normas, proibições, negociações e subversões que engendravam a produção desses discursos.

Por conseguinte, a pesquisa, embora se utilize primordialmente do estudo das construções textuais e contextuais do discurso, enfoca também na desconstrução da fonte para

a compreensão dos lugares, dos sentidos e significados dessas produções. Assim, buscou também compreender os sentidos que a eugenia teve nos debates locais, envolvendo assim, em um estudo histórico e historiográfico, a seleção e classificação de fontes em suas dispersões, regularidades, sinais e ausências, além da reflexão sobre os signos e significados presentes no texto e nas entrelinhas, e suas relações com o meio social e cultural em que eram produzidos.

Por conseguinte, o presente trabalho é dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “Eugenia e Ponta Grossa: textos e contextos do desenvolvimento dos discursos da ciência do aprimoramento humano” tem por objetivo esmiuçar a construção da eugenia enquanto ciência, suas apropriações e os sentidos próprios que os discursos assumiram circularem em diferentes espaços sociais. A parte final do capítulo trata do período entre o final do século XIX e início do século XX de Ponta Grossa, uma época em que a sociedade local passou por intensas transformações com a urbanização e chegada de símbolos de modernização, em contraponto com uma estrutura citadina na sua maior parte ainda com características tropeiras, dando espaço para disputas entre as representações do urbano e do progresso com práticas tradicionais locais.

O segundo capítulo chamado “Disputas, negociações e mediações: o *Diário dos Campos* e a questão do aprimoramento da população brasileira” trata da presença dos discursos eugenistas nas páginas do jornal e as disputas e negociações que envolviam a produção dessas representações no periódico ponta-grossense, marcado pela influência da redação no que era publicado, na forma com que era inserido e como era aceito ou refutado no jornal. Também são estudados os posicionamentos da redação e colaboradores do jornal nos discursos e embates com relação as questões centrais do aprimoramento da população, como as representações da eugenia e racismo, imigração, venenos raciais e eugenia negativa.

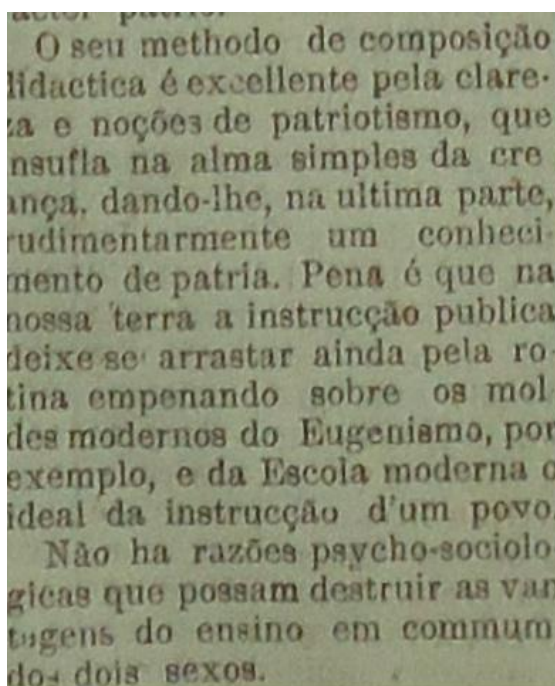
O terceiro capítulo denominado “Os membros da redação do *Diário dos Campos* contra Barbosa Maciel: O aprimoramento nacional em questão” trata da contenda entre o médico Francisco Barbosa Maciel, recém-chegado da Alemanha e os colaboradores mais próximos do jornal. Nessa diatribe, o aprimoramento da população foi colocado em debate, dando origem a uma calorosa discussão sobre os signos e significados do que era e do que deveria ser o futuro do país. A disputa envolveu estratégias discursivas, a manipulação de configuração social e a utilização de subterfúgios que extrapolavam as normas e regras da publicação e que permitiram a enunciação de representações um tanto quanto peculiares em relação ao que era constantemente publicado pela redação do jornal.

Dessa forma, o desenvolvimento das correntes eugenistas e as condições de apropriação desses discursos no jornal local são apresentados no primeiro capítulo e dão ensejo, no capítulo seguinte, à discussão sobre as estruturas, normas e regras que perpassavam a produção sobre a eugenia no *Diário dos Campos*. Esses sentidos mutáveis são desenvolvidos e analisados em relação a posição da redação, os discursos majoritários e as exceções, a aceitação, as restrições, as normas, negociações e subversões nos textos produzidos na configuração discursiva do jornal. E finalmente, as representações sobre a eugenia no jornal local, com suas condições e estrutura de produção, são rastreadas e compreendidas em meio a diatribe ocorrida dentro da própria configuração social do jornal, entre um médico e os colaboradores do *Diário dos Campos*. Essa discussão possibilitou a ocorrência de dezenas de textos no jornal ponta-grossense em que posições e concepções próprias sobre a eugenia da sociedade brasileira foram postas em questão, debatidas, aceitas ou negadas, de acordo com o posicionamento de cada colaborador e suas relações tanto com os discursos ao qual se apropriava quanto com seus diálogos com o meio local ponta-grossense.

EUGENIA E PONTA GROSSA: TEXTOS E CONTEXTOS DO DESENVOLVIMENTO DOS DISCURSOS DA CIÊNCIA DO APRIMORAMENTO HUMANO

Pesquisar as representações sobre a eugenia nas páginas do *Diário dos Campos* especificamente entre os anos de 1908 e 1916 envolve alguns desafios essenciais: O primeiro deles é a quase ausência de utilização do termo “eugenia” ou seus derivados nas edições da publicação. O segundo é pensar não a veiculação no jornal enquanto um discurso acadêmico⁷, mas, os discursos recém-chegados da eugenia no meio local amalgamando-se e entrando em choque com outros signos e significados presentes nesse meio cultural.

Figura 1: Excerto do artigo “Uma apreciação”, de 11 de dezembro de 1914. Uma das raras ocasiões em que o termo eugenia aparece (no caso “eugenismos”)



O termo “eugenismos” aparece em meio a um posicionamento sobre a questão da instrução popular. Sua significação nesse excerto se aproxima de um ensino científico voltado para a evolução social da nação brasileira (Diário dos Campos, 11 dez. 1914, p. 1). FONTE: Casa da Memória, Ponta Grossa

⁷ Um discurso acadêmico, por exemplo, requer a referência do autor de um texto ou conceito. Os discursos no jornal na maioria das vezes não referenciavam e em alguns casos até mesmo creditavam ideias de um autor para outro. “A tutela coletiva” por exemplo, fala da teoria do aprimoramento humano como uma produção de Darwin (O PROGRESSO, 8 jun. 1911, p. 1). Até mesmo Reis fala de seleção da raça e associa a ideia a “alguns famosos evolucionistas, catedráticos monistas” sem citar Galton (REIS, 10 nov. 1914, p. 1).

Por isso, tal como Darnton analisando o anúncio “Fiji \$ 499”⁸, é preciso também nessa pesquisa buscar a compreensão do signo no contexto em que foi produzido para apreender os sentidos do discurso. A quase ausência do signo “eugenia” e seus derivados, por exemplo, era um ponto que chamava a atenção, pois à primeira vista, poderia dar entender um desconhecimento dessa ciência por parte dos colaboradores do jornal.

Entretanto, a ocorrência de dezenas de referências ao “aprimoramento da raça”, “evolução social”, “seleção social”, “seleção moral”, “processos evolutivos da raça” e combate aos “males raciais”, “venenos raciais”⁹ e tantos outros termos cujos significados próximos aos utilizados em outros contextos eugênico-raciais possibilitaram perceber que havia sim a existência de defesa de discursos eugenistas nas páginas da publicação.

Esses signos encontrados nas páginas do jornal local chamam a atenção para o fato que não apenas os significados são alterados ao serem apropriados em um meio social próprio, mas também os signos podem sofrer transformações. Com isso, podem se tornar menos ou mais utilizados. Ou ainda, tendo em vista as alterações no processo de produção das representações, estas podem sofrer alterações tão drásticas de forma a outros signos passarem a ter sentidos próximos ou mesmo análogos à significados anteriormente divergentes. Por isso, no estudo da presença das representações, é preciso também buscar nas entrelinhas e rastrear os sinais de suas ocorrências.

O termo eugenia, por exemplo, cunhado por Galton, era originado do grego “*eu*” “*genos*” e sua transliteração seria “bem-nascido” (GALTON, 1883). Porém, em um meio próprio - como o jornal ponta-grossense – também outros discursos permeariam a discussão sobre aprimoramento da espécie. E por isso, o estudo sobre a eugenia em um ambiente específico é indispensável compreender não apenas das ocorrências de suas representações, mas também dos porquês de terem sido representados em tal forma.

Tornava-se necessário, também, buscar entender as especificidades do circuito de produção analisado, por se tratar de um jornal popular e uma cidade interiorana em vias de transformação que embora se apropriasse do discurso de “progresso” dialogava com um público constituído majoritariamente por indivíduos da própria região.

⁸ O Anúncio “Fiji \$ 499” dá ensejo à reflexão do historiador Robert Darnton, no texto “História e Antropologia”, na qual o autor estuda os significados através da relação do signo e seu contexto de produção (DARNTON, 1990, p. 170-181).

⁹ Em todas as ocasiões em que ocorrerem o emprego desses termos, sua utilização remete às expressões do período em análise. Compreende-se, no entanto, que no século XXI, não faz sentido a sua utilização, pois quaisquer diferenças de aparência não podem e não devem dar ensejo a valorações de caráter afirmativo ou depreciativo.

Dessa forma, pode ser compreendido que não era necessário a utilização de uma terminologia “acadêmica” nas páginas de uma publicação voltada para um público leitor que a própria redação frisava ser composto de operários, comerciantes, industriais e membros da classe média liberal local (HOLZMANN, 27 abr. 1915, p. 1). Ao mesmo tempo, o próprio grupo dos colaboradores da publicação foi sendo construído no decorrer do avanço da publicação e em meio as relações entre um círculo social de membros próximos ao jornal.

Nota-se, tal qual Davis ao apontar as relações entre a palavra impressa e o público leitor, que a linguagem publicada no jornal voltado para o público leigo complexificou as relações discursivas entre os membros do circuito comunicativo jornalístico (DAVIS, 1990, p. 157-185), pois ao mesmo tempo em que o colaborador do jornal escrevia para um veículo próprio – o *Diário dos Campos* – também estava produzindo para ser lido por indivíduos que poderiam encontrá-lo e discutir o tema com ele nos botecos, cinemas e na convivência diária cidadina¹⁰.

Assim, os signos e significados que apontam para a presença da eugenia não aparecem nas páginas de um jornal da mesma forma com que se apresentam em um livro acadêmico, anais de congressos científicos ou em discursos compilados de uma comunicação oral em frente a uma plateia, pois o meio em que é apresentado influencia e inclusive pode moldar a estrutura com que os discursos sobre a eugenia são publicados nas diferentes plataformas.

No caso de um jornal, o estudo das representações sobre a eugenia envolve também a compreensão das construções discursivas presentes nas publicações, pois se trata de um veículo informativo que também é uma mercadoria (SARTRE, 1979, p. 53). O periódico é produzido por alguém com algum objetivo, ou mais precisamente, por diversos “alguéns” com interesses variados que muitas vezes são negociados ou impostos, pois o espaço de sua circulação é um espaço de relação entre pessoas que negociam, organizam-se e muitas vezes concordam ou discordam. Ao mesmo tempo, o jornal também é um veículo que informa, diverte, interpreta e guia seu leitor (GENRO FILHO, 1987, pp. 39-52).

As disputas de interesses em uma publicação são aparentes inclusive, na própria diagramação de uma edição. A aceitação ou negação de um artigo também pode ser notado analisando a sua posição que ocupa na hierarquia do conteúdo da edição. O jornal é publicado em diversas páginas que são divididas em colunas preenchidas com elementos textuais, imagéticos e/ou iconográficos. No mundo ocidental ele é lido de cima para baixo e da

¹⁰ Inclusive, uma das funções do jornal era divulgar acontecimentos impressionantes ou pitorescos que agradassem o público leitor, tais como a chegada de um circo, a vinda de políticos ou de colegas do circuito jornalístico, movimento comercial e espetáculos cinematográficos e teatrais na cidade, além de ocorrências policiais e mesmo boatos sobrenaturais.

esquerda para a direita. Consequentemente, a hierarquia discursiva obedece a esse mesmo padrão e quanto mais nas primeiras páginas, no topo e à esquerda, maior a importância dada pelo jornal ao artigo (DAMASCENO, 2013).

[...] o estabelecimento de elementos dominantes nas páginas é essencial, uma vez que representam a hierarquia do conteúdo. Uma notícia principal deve ser sinalizada para o leitor pelo posicionamento na página, usualmente no topo, com o maior título, com a maior imagem e com a maior largura de coluna. Em contrapartida, os demais temas devem ocupar menos espaço na superfície, apresentando seus elementos em escalas menores (títulos, fotografias, largura das colunas). Essas noções evidenciam o valor do contraste na composição porque um arranjo deve ficar claro o suficiente para não criar ambiguidades e, com isso, confundir o leitor. A hierarquia entre as notícias é comunicada pelas diferenças (DAMASCENO, 2013, p. 29).

Assim, nota-se que a compreensão de seus significados depende do estudo tanto dos signos presentes no seu próprio texto quanto das acepções subjetivas ao texto e que só podem ser compreendidas através da análise do contexto histórico de sua produção

Em dois tempos: um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico. Assim, o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico (SOSA, 2007, p. 11-12).

Nesses meandros do estudo do discurso jornalístico “a linguagem é a palavra-chave tanto para o ato de fala como para o contexto” (POCOCK, 2003, p. 35), pois, as representações, produzidas em um meio social complexo como o jornal, tendem a ser pluralizadas e heterogêneas. Ao mesmo tempo, os autores, são produtores e membros de um circuito comunicativo, disputando espaços, negociando, influenciando e sendo influenciados (BARROSO, 2015, p. 176).

[...] atos de fala que se tornam conhecidos e que evocam respostas, com elocuições que são modificadas à medida que se tornam perlocuições, conforme a maneira como os receptores respondem a elas, e com respostas que tomam a forma de novos atos de fala e de textos em resposta. O próprio leitor se torna um autor [...]. Devemos saber que mudanças ocorreram no discurso dos outros, à medida que respondiam às enunciações desse autor e executavam lances em resposta aos lances dele. Nesse ponto, nos movemos do autor para o leitor, mas o leitor visto como autor. (POCOCK, 2003, p. 43).

Por conseguinte, para compreensão da complexidade dos processos que engendram a construção das representações sobre a eugenia em um veículo específico, como é o caso do jornal, se faz necessário a apreensão tanto do contexto de formação dessa ciência e as relações entre os discursos produzidos por seus idealizadores quanto dos sentidos que explicam as apropriações no meio local, entendidos em um cenário de produção de representações próprias e configurações sociais específicas.

A CONSTRUÇÃO E DIFUSÃO DA EUGENIA

Pode-se tomar como marco inicial para o desenvolvimento da ciência eugênica os trabalhos do antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911), primo abastado de Charles Darwin (1809-1882) e um estudioso em diversas áreas, como Antropologia, Biologia e Estatística. Galton se utilizou de princípios científicos em voga naquele período – entre eles a Teoria da evolução de Darwin¹¹ - e os ressignificou, articulando ideias, como a seleção natural darwiniana, a heterogeneidade da escala evolutiva dos grupos humanos - que, segundo ele, se encontravam em níveis diferentes de evolução – e a possibilidade de intervenção artificial no processo evolutivo humano. Com isso, ele deu o pontapé inicial para o desenvolvimento dos discursos que defenderiam o aprimoramento da espécie humana através da eugenia (DIWAN, 2007, p. 29).

O primeiro livro¹² que marca o desenvolvimento da eugenia foi o *Hereditary Genius*¹³, publicado em 1869. Nele, Galton defendeu que assim como as qualidades dos animais são herdadas, também as humanas – que são animais, inclusive - poderiam ser passadas para as gerações futuras. Por esse princípio, o aprimoramento humano poderia ocorrer através de uma

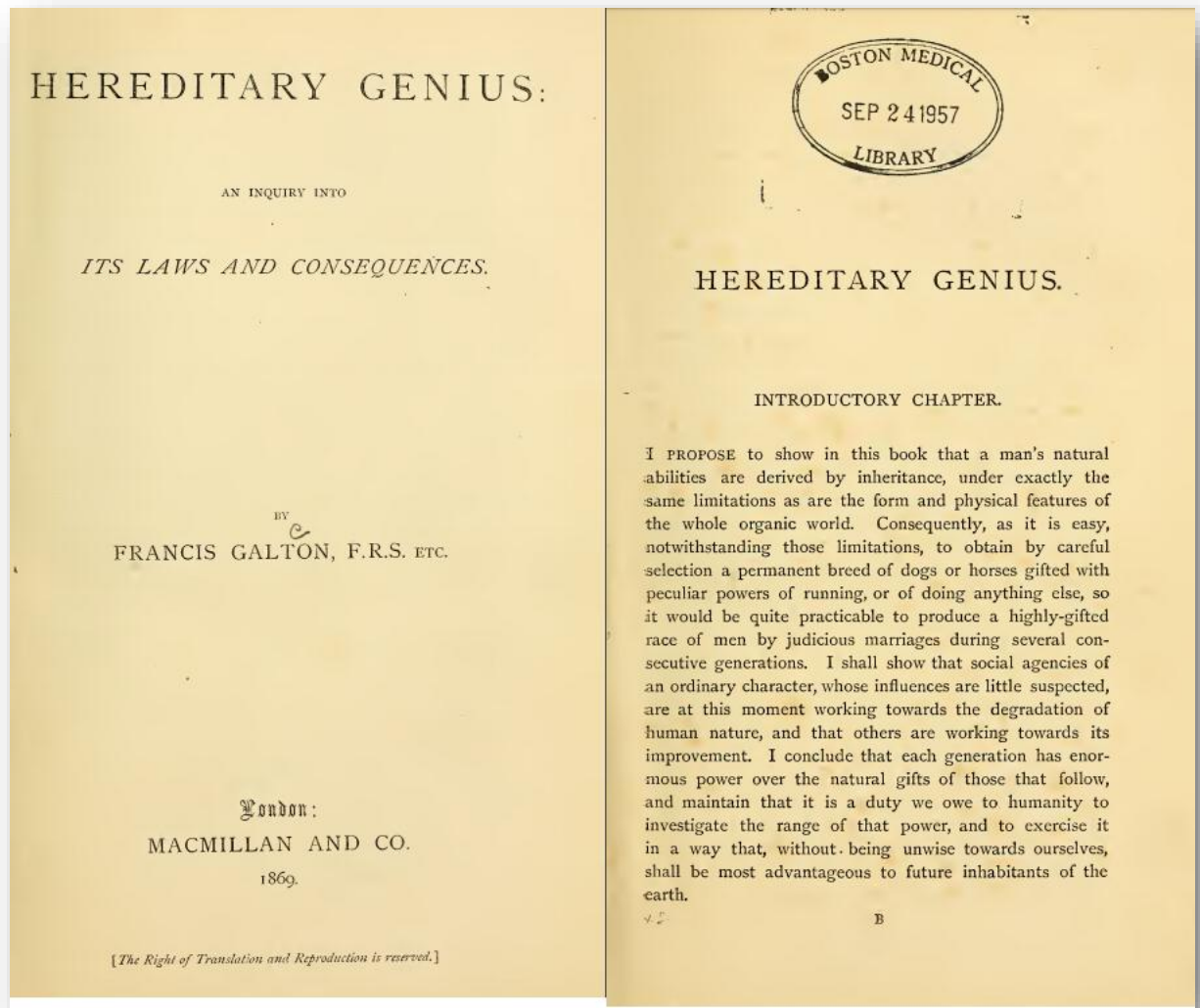
¹¹ A Teoria da Evolução por Seleção Natural afirmava que em um determinado ecossistema o número de indivíduos tende a se manter relativamente equilibrado. Esse equilíbrio se mantém em virtude da relação comunidade x alimento. Como os seres vivos tem propensão a se reproduzirem, a tendência é que o meio natural regule a quantidade dos seres no ambiente através da escassez de alimento, que ocorre quando a quantidade de indivíduos aumenta demasiadamente no habitat. Os indivíduos presentes em uma comunidade, mesmo sendo da mesma espécie, não são idênticos, havendo variações nas suas características biológicas. Aqueles cujas características são mais adequadas a determinado ambiente terão menos dificuldade para se adaptar a esse espaço e consequentemente sobreviverão com mais facilidade, produzindo mais descendentes e expandindo a sua espécie. Os menos adaptados terão dificuldades de sobrevivência e reprodução no local, e por isso, irão produzir descendentes que terão dificuldades para sobreviver até a idade adulta. Com pouca reprodução, sua população irá diminuir e não terá chance de competir com os mais adaptados, sendo, portanto, eliminados (DARWIN, 1859).

¹² Quatro anos antes Galton publicou um artigo na revista *Macmillan's Magazine* com o título *Hereditary Talent and Character*, na qual fazia um esboço genealógico de algumas personalidades proeminentes de sua época, o que já dava indícios de que ele se aproximava das conclusões que publicaria no livro de 1869 (SILVA; TEIXEIRA, 2017, p. 64-65).

¹³ A produção bibliográfica de Galton utilizada nessa pesquisa está disponível em versão digitalizada no site galton.org.

seleção que promovesse o estímulo à reprodução e sobrevivência dos indivíduos detentores das características consideradas como as mais adequadas.

Figura 2: Facsímile primeira edição do *Hereditary Genius*



A eugenia em seus primórdios: definição, escopo e objetivos da nova ciência
 FONTE: galton.org

Esses preceitos essenciais da ciência ao qual se propunha criar aparecem já nas primeiras linhas da obra.

[...] as habilidades naturais de um homem são derivadas por hereditariedade [...]. Consequentemente, assim como é fácil [...] obter por meio de cuidadosa seleção uma raça de cães ou cavalos dotada de capacidade peculiar para correr, ou de qualquer capacidade, seria também perfeitamente praticável reproduzir uma raça de homens altamente dotada promovendo casamentos

criteriosos ao longo de várias gerações consecutivas (GALTON, 1869, p.1).¹⁴

Ainda nesse livro, ele defendia convictamente que era não apenas possível, mas também necessário o desenvolvimento de uma ciência dedicada ao aprimoramento da espécie humana. Esse princípio apontava para a combatividade da eugenia. Ela não deveria ser apenas uma ciência teórica, mas principalmente, um conhecimento científico voltado para a ação no aprimoramento da espécie.

O termo que deu nome à ciência, a “eugenia”, apareceu apenas em 1883, na obra *Inquiries into Human Faculty and Its Development* também de autoria de Galton. Nesse período inicial, a concepção de aprimoramento da espécie, aparece constantemente na forma de uma seleção a partir do estímulo à reprodução dos indivíduos considerados como os “mais aptos” (GALTON, 1883).

Entretanto, é preciso notar que já nas primeiras obras subsequentes ao *Hereditary Genius*, algumas terminologias apontavam para a existência de significados contextuais, ou seja, que precisam ser compreendidos no período em que foram publicados. Assim, o signo “aprimoramento da espécie”, que aparece já no *Hereditary Genius* (1869) não significa em momento algum um esforço para o aprimoramento de todos os indivíduos da espécie humana, mas a melhoria pela seleção dos grupos considerados por ele como “mais aptos”. Desde os seus primórdios, a eugenia era seletiva e marginalizava grupos considerados como “inaptos”, tendo, portanto, como um de seus aspectos fundamentais, uma seletividade excludente.

[A eugenia] Era, essencialmente, um movimento político, em sua esmagadora maioria composto de membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana (HOBSBAWN, 1988, p. 221).

Embora uma parte considerável dos princípios da eugenia tenham sido desenvolvidos já a partir das primeiras obras de Galton, o conjunto discursivo eugenista foi sendo consolidado em um processo histórico que ocorreu durante todo o final do século XIX e início do século XX. As ideias, assim como as práticas a elas associadas passaram, nesse período, por uma série de transformações que foram moldando e constituindo significados próprios para essa ciência.

¹⁴Tradução livre do inglês. As citações em línguas estrangeiras serão apresentadas traduzidas para o português.

Essa processualidade no desenvolvimento da eugenia é um dos aspectos essenciais para a compreensão da sua influência e abrangência na sociedade ocidental daquela época. Assim, mesmo após as primeiras obras publicadas, ela não deve ser pensada como uma teoria rígida, mas como um conjunto de princípios que foi sendo constituído em relação às características e necessidades dos entusiastas que se apropriavam desses discursos em circulação e os ressignificavam.

Galton foi, durante toda a segunda metade do século XIX e inícios do século XX a autoridade acadêmica mais respeitada com relação a ciência eugênica. Durante sua carreira, em seus artigos, livros, ensaios, foi complexificando o espectro de atuação da eugenia, disputando e ocupando espaços de debate em relação às questões sociais e defendendo a eugenia como um “remédio” para questões de grande complexidade no meio social (GALTON, 1873).

Um exemplo das modificações que a eugenia passou no decorrer do tempo pode ser notado na utilização do termo “raça” por Galton. Esse signo não aparece no *Hereditary genius* mas apenas após 1873, com a publicação do *Hereditary improvement* (GALTON, 1873). Isso pode ser compreendido pelo fato de que no seu primeiro livro sobre eugenia ele ainda não havia feito a associação entre aprimoramento artificial da espécie e melhoria da raça. Contudo, sendo a questão racial um motivo de intensos debates naquele período, nas obras subsequentes, Galton se apropriou da terminologia em questão e seus significados.

O racismo, inclusive, é anterior a eugenia. Desde o século XVIII a raça aparecia nas classificações biológicas dos seres humanos, estabelecendo características psicológicas e sociais aos diferentes grupos humanos (LINNAEUS, 1758, p. 21)¹⁵. Porém, na segunda metade do século XIX, o racismo passou também a ser considerado uma teoria científica com aplicação social¹⁶ (SEYFERTH, 2002, p. 25). Com isso, ambos os discursos se aproximaram, pois, ao mesmo tempo em que a eugenia discutia como selecionar os mais aptos, o racismo reforçava a ideia da existência de uma desigualdade biológica entre grupos humanos e a existência de qualidades e defeitos inatos a cada grupo de indivíduo.

¹⁵ A pesquisa no “Sistema Naturae” de Linnaeus, inclusive, foi um dos casos em que o pesquisador foi surpreendido pelo local e a qualidade com que a fonte foi encontrada. A primeira edição da obra, publicada em latim em 1758, foi digitalizada e disponibilizada pela Wikipédia estadunidense em sua totalidade e em excelente estado, o que em muito contribuiu para a pesquisa sobre as primeiras classificações raciais.

¹⁶ As classificações raciais foram se tornando cada vez mais complexas a partir da publicação de diversas obras, que passaram também a estabelecer a existência de sub-raças ou raças nacionais, que inclusive em muitos casos, confundiam-se com os sentidos de nação e de estado nacional. Na maioria dos casos, essas obras defendiam a superioridade desta ou daquela raça. Assim, entre grupos alemães e alemães, por exemplo, havia um esforço para afirmar que a raça alemã era o topo da pirâmide racial. Ao mesmo tempo, era comum entre os grupos racistas a crença de que as populações negras que ocupavam a África subsaariana e Oceania eram as raças mais atrasadas (HOLLOWAY, 2016, p. 18-19).

[A] raça, passava, agora, a ser entendida como força definidora a priori; força que move os homens, entendidos pelo conceito de raça entre homens civilizados [...] e barbárie, lugar-comum em que são postos todos os “povos inferiores”. Uma vez instaurada a lógica darwinista, a própria ideia de nacionalidade passaria a ser uma variação antropológica do conceito de raça, dessa forma naturalizando a cultura e compreendendo-a dentro de um espectro cientificista e racializado, que tornou possível a identificação de tipos raciais e de escalas valorativas entre eles (SILVEIRA, 2005, p. 32).

O racialismo, pensado enquanto teoria científica oriunda da biologia, era também uma ciência que atendia aos interesses da burguesia em ascensão e marginalizava diversos grupos considerados como racialmente inferiores, servindo ainda para corroborar as ações da ascendente classe dos homens de negócios e apoiando as políticas de expansão europeia.

Sob a forma de racismo, cujo papel central no século XIX nunca será demais ressaltar, a biologia era essencial para uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois deslocava a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a “natureza”. Os pobres eram pobres por terem nascido inferiores (HOBBSAWM, 1988, p. 221).

Assim, a obra de Galton deve ser pensada também como um esforço para aparar as arestas da eugenia e reforçá-la enquanto ciência acadêmica e discurso social. Em meio a discussões sobre a relevância da herança biológica e influência social para o aprimoramento da raça ele defendeu, no *Hereditary Improvement* (1873), que a herança racial (biológica) era superior à influência social, do meio ambiente e da educação. Também afirmou que esses fatores, considerados na sua perspectiva como secundários, teriam influência apenas se o indivíduo possuísse uma hereditariedade que o predispuísse ao bom desenvolvimento eugênico. No seu combate aos defensores de uma valorização igual ou superior da influência do meio social no indivíduo – a “nurture” –, Galton defendeu que a hereditariedade era o essencial e a influência social funcionava apenas como um fator colaborativo.

Considero a raça muito mais importante do que a criação.¹⁷ A raça tem um duplo efeito, cria indivíduos melhores e mais inteligentes, e estes se tornam mais competentes do que seus predecessores para fazer leis e costumes, cujos efeitos devem reagir favoravelmente sobre sua própria saúde e sobre a educação de seus filhos (GALTON, 1873, p. 116).

¹⁷ Os termos utilizados por Galton são “nature” e “nurture”, cuja transliteração é, respectivamente, “natural” e “nutrir”. Porém, o termo “criação” pareceu ser a melhor tradução, pois se aproxima do sentido que Galton dava a ele nas suas obras e sua relação com o grupo ao qual Galton estava combatendo. A principal diferença do termo “criação” em relação ao “nutrir” é que o primeiro não apenas significava uma influência do meio social no indivíduo, mas também a reação ativa do indivíduo à essa influência.

Embora Galton se utilize nesse livro da “raça” como um dos pilares da ciência eugenista (GALTON, 1873), estava falando apenas de uma parcela da sociedade, que compunha, segundo a sua visão, uma raça superior e dos cuidados para se ter em favor dos indivíduos considerados como aptos. Ao mesmo tempo, a utilização desse signo, associada a eugenia, também reforçava as representações eugênicas enquanto discurso científico em associação com uma ciência – o racismo científico - que naquele período era aceita. A mesma situação ocorria em relação a outras ciências como a Sociologia, Biologia, Estatística com as quais a eugenia também dialogava.

Dessa forma, com o passar do tempo, a eugenia conquistou contornos mais complexos atingindo aspectos cada vez mais abrangentes da sociedade. Em 1905, ela era definida como “A ciência que trata dos agentes sociais que influenciam, mental ou fisicamente, as qualidades raciais das gerações futuras” (GALTON, 1905). Como se observa, nesse momento, para Galton, caberia a eugenia cuidar e controlar esses agentes que poderiam influir de forma positiva ou negativa no aprimoramento dos grupos humanos.

Para auxiliar a evolução da raça, a eugenia, em seu processo de consolidação, também foi dialogando, dando origem e reforçando outras nascentes ciências, como é o caso da Antropometria¹⁸, da qual a obra *Inquires into Human Faculty and Its Development* foi uma das responsáveis pelo desenvolvimento, tendo o autor apresentado diversas ferramentas e técnicas metodológicas para a pesquisa antropométrica, tais como a análise das digitais e os testes de inteligência (DIWAN, 2007, p. 24).

Porém, muitos dos aspectos fundamentais aos quais a eugenia assumiu, foram oriundos de continuadores de Galton, alguns dos quais eram bastante próximos do antropólogo inglês e compartilhavam suas ideias e outros que apresentavam um pensamento um pouco mais divergente dele em relação à eugenia. O médico inglês C. W. Saleeby, que estabeleceu a distinção entre eugenia positiva e eugenia negativa, era um dos correspondentes próximos de Galton e em sua obra *Parenthood and Race Culture* (1909) defendeu no meio acadêmico a diferenciação entre as práticas de estímulo para a reprodução e aprimoramento dos mais aptos e estratégias de restrição dos considerados como inaptos.

¹⁸ A Antropometria, que buscava analisar as raízes do crime e suas causas, através do estudo das diferentes formações cranianas e dos membros humanos foi uma das principais auxiliares teóricas para as ações eugenistas. Surgida a partir do *Inquires into Human Faculty and Its Development*, ela teve nos estudos de Cesare Lombroso (1835-1909) e Enrico Ferri (1856-1929) seus principais continuadores, e partia do princípio de que o criminoso era biologicamente determinado para o mal, tendendo naturalmente para o crime. Segundo eles, a criminalidade era um mal hereditário. Contudo, eles também acreditavam que fatores sociais como o clima, o grau de cultura e civilização, a densidade de população, o alcoolismo, a prostituição e a religião influenciavam na formação dos criminosos (LOMBROSO, 2001).

É necessário ser razoável e na busca do super-humano, permanecer pelo menos humano. Se quisermos alcançar qualquer sucesso imediato, devemos dividir claramente nossas propostas, como o atual escritor fez há alguns anos, com a aprovação do Sr. Galton, em duas classes: eugenia positiva e eugenia negativa. Aquela que procuraria encorajar a paternidade dos mais desejáveis, o outro para desencorajar a paternidade dos menos desejáveis (SALEEBY 1909, p. 199).

Outra das contribuições que em muito auxiliaram no fortalecimento dos discursos eugênicos foi o desenvolvimento da genética. O marco dessa ciência foi a redescoberta das leis da hereditariedade de Mendel em 1900. A partir disso tornou-se cada vez mais comum entre os estudiosos da Europa e dos EUA analisar a eugenia sob um aspecto mendeliano, defendendo que o ambiente não teria influência na melhoria da raça (STEPAN, 2005, p. 32).

Assim, os discursos eugenistas foram lidos, apropriados por pensadores das mais diversas regiões do mundo e ressignificados às necessidades dos ambientes ao qual foram introduzidos. Observa-se também que a eugenia foi uma ciência e prática social em constante mutação na qual sua difusão faz parte da sua própria formação, como no caso da apropriação da ciência eugenista em países latino-americanos como o Brasil.

Nesse país, a eugenia se constituiu enquanto uma ciência com o objetivo de explicar o que se considerava ser um atraso social e cultural em relação à Europa e EUA, e ao mesmo tempo, funcionar como um remédio para essa situação (JANZ JUNIOR, 2012, p. 8). No Brasil, ela esteve desde cedo ligada ao racismo científico, pois a partir do final do século XIX e início do XX os discursos que afirmavam a existência de um atraso nacional compreendiam, como princípio fundamental, a multiétnica da formação social do país, constituído por um amálgama de grupos e culturas que por escolha própria ou forçadamente, migraram para o país (SCHWARCZ, 1993, p. 13).

Havia nessa época, um discurso que buscava legitimar e ao mesmo tempo exigia ações dos cientistas com o intuito de provocar modificações nesse “atraso” da nação. A questão da raça tinha se tornado um fator determinante para se pensar a evolução social. Ao mesmo tempo, o aprimoramento racial passou a ser percebido como a possibilidade de promover a construção de uma nação brasileira.

Nessa época, a visão corrente no exterior sobre o Brasil era a de lugar racialmente miscigenado e degenerado, ao qual qualquer perspectiva de melhoramento da raça deveria levar em conta a multiplicidade étnica existente.

O país era visto como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo de cruzamento e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco (SCHWARCZ, 1993, p. 12).

A população brasileira era considerada na virada do século XIX para o XX, como não tendo formado sua própria raça, sendo julgado um país miscigenado e atrasado em relação aos países civilizados europeus (HOFBAUER, 1999). Nessa época de fortalecimento e divulgação dos discursos que afirmavam a existência desse atraso social e racial brasileiro, diversos viajantes europeus estiveram no Brasil estudando a fauna, flora e a constituição social e racial do país. Um desses pesquisadores, o francês Arthur de Gobineau¹⁹ (1816-1882), foi um dos responsáveis pela divulgação de discursos do racismo científico em relação a população brasileira. Gobineau afirmava que o povo brasileiro era uma população racialmente miscigenada, culturalmente atrasada e incapaz de progredir, tendo em vista os vícios que a acometiam.

Aos olhos de Gobineau, além de se mostrarem “esteticamente repugnantes”, os brasileiros carregavam defeitos ainda mais graves, como o de serem avessos ao trabalho, “evitam mover uma palha para fazer qualquer coisa de útil, até mesmo para se afogarem”, dados a vícios e, também, eram pouco férteis e fisicamente enfraquecidos, o que garantiria sua diminuição e aniquilamento em menos de dois séculos (SOUSA, 2013, p. 23).

Assim, no final do século XIX coexistiram uma diversidade de ideias sobre o aprimoramento racial, de forma que, segundo a historiadora Nancy Stepan as representações sobre eugenia e raça produzidas no Brasil possuíam características próprias, em muitos aspectos até mesmo opostas às ideias originais (STEPAN, 2005, p. 213).

Deve-se compreender que não se tratavam de derivações simples, mas de representações próprias produzidas no âmbito dos debates que ocorriam no nacional. Tal é o caso, por exemplo, dos significados atribuídos ao conceito de “aprimoramento da raça”, muito comum nas discussões sociais brasileiras do início do século XX. Os sentidos que esse termo assumiu no Brasil envolviam o racismo brasileiro e a eugenia, associando, assim, o aprimoramento de Galton às carências do discurso racista brasileiro.

O racismo científico brasileiro foi constituído enquanto uma representação produzida em diálogo e negociação com os textos de naturalistas e viajantes europeus que afirmavam

¹⁹ O francês Joseph Gobineau (1816-1882) foi um dos viajantes estrangeiros que pensavam a sociedade brasileira como misturada e degenerada, tendo sido o autor do livro “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, publicada entre os anos de 1853 e 1855. Segundo sua obra, a queda das civilizações estava intimamente ligada à miscigenação da população, e esta deveria ser proibida (JANZ JUNIOR, 2012, p. 32).

uma inferioridade racial brasileira e também pela ressignificação desses discursos ao ambiente brasileiro, de forma a atender aos interesses de produção de um discurso nacional.

A substituição da ordem escravocrata por outra ordem hierárquica, a “cor” passou a ser uma marca de origem, um código cifrado para raça. O racismo colonial fundado, sobre a ideia da pureza de sangue dos colonizadores portugueses, cedeu lugar depois da independência do país à ideia de nação mestiça (GUIMARÃES, 1999, p. 48).

Essa concepção do aprimoramento da raça foi amplamente difundida no Brasil no início do século XX e utilizada de forma a legitimar uma variedade de discursos de controle e disciplinarização através dos quais “os cientistas brasileiros tentavam tornar possível, ou pelo menos concebível, o reposicionamento de seu país e deles próprios no então chamado concerto das nações” (CARRARA, 2004, p. 430).

As diferenças raciais da população vinham assim, determinar as desigualdades sociais como “naturais” - física e biologicamente – e justificar a dominação dos homens brancos sobre o conjunto de mestiços, como uma questão hierárquica – a república dos mais aptos não excluía os não-brancos, mas os mantinha sob o jugo da tutela, sob a vigilância de um sem número de instituições que saberiam intervir quando solicitadas (MARQUES, 1992, p. 16).

Assim, as representações sobre a eugenia assumiam características próprias, amalgamando discursos muitas vezes bastante divergentes. Uma das influências principais nos discursos de melhoria da raça no solo nacional era a tradição Neolamarckista dos cientistas brasileiros. O Lamarckismo era uma teoria da Evolução das espécies que se apresentava como uma alternativa à Teoria da Seleção Natural de Darwin. Desenvolvida a partir dos estudos do francês Jean Baptist Lamarck (1744-1829) e apresentada em 1809 no livro *Philosophie Zoologique*, ela afirmava que os seres vivos tendem a se aperfeiçoar, dos menos complexos até os mais complexos. O estímulo para a evolução seria externo, ou seja, do meio em que os organismos vivem. A evolução, assim, não ocorria por si mesma, mas sim através da lei de uso e desuso, em que um órgão ou uma parte do corpo utilizado constantemente tenderia a evoluir, enquanto que outro que não fosse utilizado tenderia a se atrofiar. Segundo ele, a evolução do indivíduo seria passada a seus descendentes (GALERA, 2009, p. 129-140).

Ao se utilizar de um discurso que defendia que alterações no meio social iriam influir no indivíduo e aprimorar as gerações futuras, as representações que associavam a eugenia e o

neolamarckismo colocavam em cheque a ideia de Galton de que apenas modificações no aspecto biológico humano poderiam promover alterações na hereditariedade. Porém, isso não significava que os defensores de um discurso eugênico neolamarckista não se utilizassem também de pressupostos darwinistas e mendelistas em seus textos. Nos discursos eugênicos brasileiros “o estilo eclético de boa parte das obras sobre a eugenia [...] indicam que muito poucos médicos viam qualquer incompatibilidade entre o neolamarckismo e outros tipos de hereditariedade” (STEPAN, 2005, p. 90).

Ao mesmo tempo, a eugenia no Brasil não se limitava apenas a uma corrente discursiva única. Outras linhas de discurso eram apropriadas e utilizadas nas discussões sobre a melhoria da raça em solo brasileiro. Tal é o caso, por exemplo, da eugenia matrimonial, bastante presente na América latina e que unia características da eugenia positiva e da restritiva.

Os latino-americanos se indagavam se seria possível construir uma eugenia da reprodução e do matrimônio que, mesmo sendo negativa, fosse compatível com as restrições bem reais – políticas e de outra ordem – que a sociedade latino-americana impunha a uma reconfiguração radical da sexualidade e da reprodução. O resultado foi uma forma especial de eugenia negativa, a “eugenia matrimonial”, que estabelecia novas formas científico-hereditárias e controles da reprodução que não implicavam métodos cirúrgicos radicais. Elementos desta eugenia matrimonial faziam parte da eugenia em outras partes do mundo (STEPAN, 2005, p. 116).

Além disso, outras pesquisas sobre a eugenia (DIWAN, 2007; SILVEIRA, 2005; STEPAN, 2005; STANCIK 2006; JANZ JUNIOR, 2011) apontam para a existência, naquele período, de uma variedade de debates sobre o tema no Brasil. Tais discussões caracterizam-se por uma heterogeneidade de representações na qual “a eugenia ocupou papel importante nas discussões sobre as condições de vida [...] estando presente nos ideais daqueles que almejavam “modernizar” o estado” (JANZ JUNIOR, 2012, p. 149-150).

Outro aspecto peculiar do discurso de aprimoramento racial no meio nacional foi a defesa do branqueamento entre os pensadores brasileiros. Os entusiastas dessa corrente representativa defendiam o caldeamento da raça através da miscigenação, pois consideravam que as características das raças que julgavam serem superiores sobrepunham as inferiores e que com a miscigenação a raça negra seria suplantada pela branca e desapareceria (SEYFERTH, 1996).

Um dos principais divulgadores dessa teoria foi Silvio Romero (1851-1914), que defendia o branqueamento como uma solução racial para o problema do atraso - econômico,

tecnológico, político - do país e afirmava que “O povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, se não constitui uma só raça compacta e distinta, tem elementos para acentuar-se com força e tomar um ascendente original nos tempos futuros. Talvez tenhamos ainda de representar na América um grande destino histórico-cultural” (ROMERO, 1888, *apud* SKIDMORE, 1976, p. 53). A ideia de superioridade da raça branca era mantida, e os “resultados positivos” do futuro condicionados à sua hegemonia “Pela seleção natural (...) o tipo branco irá tomar a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo” (ROMERO, 1880, *apud* SKIDMORE, 1976, p. 53).

Assim, o branqueamento defendido como uma das ferramentas para a solução da questão racial, sendo a miscigenação através da promoção de um caldeamento racial em que os “genes” da raça branca, por serem considerados como superiores, iriam sobrepujar os “inferiores”. Ou seja, contrariamente a versão que pressupunha o cruzamento como um problema (GALTON, 1869, p. 1), muitos pensadores brasileiros viam nesta prática a possibilidade de branqueamento racial através da eliminação gradual do elemento mestiço (SCHWARCZ, 2011, pp. 231-232).

Essa linha discursiva que defendia o branqueamento como uma estratégia que iria promover o aprimoramento da nação brasileira, foi inclusive apresentada no Congresso Universal das Raças de 1911, na qual o diretor do Museu Nacional João Baptista de Lacerda (1846-1915) apresentou uma comunicação sobre a melhoria da raça no Brasil (HOLOWATE, 2017, p. 248). Na ocasião ele se utilizou da pintura “A Redenção de Cam” de Modesto Brocos Y Gomez (1852-1936) ao qual anexou a legenda “o negro passando ao branco em três gerações por efeito do cruzamento das raças” (LOTIERZO, 2013, p. 128).

Figura 3: A Redenção de Cam: Aprimoramento brasileiro e peculiaridades



O embranquecimento brasileiro do negro ao branco através da miscigenação foi uma das características principais dos discursos de aprimoramento da raça no país no início do século XX. “A Redenção de Cam” de Modesto Brocos Y Gomez. 1895. Óleo sobre Tela, 199x166 cm. FONTE: Museu Nacional de Belas artes, Rio de Janeiro

Contudo, a leitura que Lacerda fez de Brocos para legitimar seu discurso de branqueamento ia até mesmo contra a ideia do pintor ao realizar a obra. Na obra de Brocos quatro personagens humanos estão presentes na tela. Uma idosa, uma mulher, um homem e uma criança. A leitura primária poderia dizer que se trata de três gerações de um tronco familiar. Na primeira geração encontra-se a idosa, a qual na comunicação de Lacerda foi associada à avó da família. A segunda geração, seria composta pela filha dessa idosa e pelo seu marido. A mulher apresenta traços negróides, enquanto seu esposo possui características lusitanas. A terceira geração seria a criança, sentada no colo da mãe, com traços de cor branca. Assim, explicava Lacerda, a raça negra passaria para a branca em apenas três gerações (LOTIERZO, 2013, p. 128).

Porém, o significado que Lacerda deu a pintura não era o mesmo dado por Modesto Brocos y Gomez ao pintar a obra. Embora também fosse um defensor do branqueamento, Brocos buscou enfatizar a longa temporalidade que levaria ao embranquecimento da população. A idealização do branqueamento por ele pode ser observada se levar em conta também as cores e a paisagem que circunda os personagens da cena. A primeira geração encontra-se próximo aos ramos de um arbusto, a segunda encontra-se cercada de tons

amarelados do barro, de uma casa, roupas e materiais mecânicos e finalmente, a criança segura uma laranja em suas mãos. Laranja essa, um símbolo do trabalho e agricultura. Portanto, assim como a passagem do estado ancestral (ramos verdes e terra) para cultura (laranja; agricultura), também a passagem da “raça negra” para a “branca”, seria um processo civilizatório longo.

Brocos, inclusive estipulava que o branqueamento seria um processo lento que demoraria mil anos ao menos (BROCOS, 1930, pp. 182-183). Porém, Lacerda, apresentou na sua comunicação aos participantes do Congresso Universal das Raças essa hipótese muito mais “otimista”. Sua comunicação e o significado que “A Redenção de Cam” passou a ter entre a maioria dos defensores do branqueamento é que a melhoria da nação seria realizada em um processo de poucas gerações (HOLOWATE, 2017, 245-259).

Observa-se, dessa forma, que mesmo entre defensores de uma mesma linha discursiva em relação ao aprimoramento da nação haviam divergências. Os sentidos que os discursos de melhoria da raça assumiam, constantemente passavam por variações (STEPAN 2005, p. 152).

As representações em circulação no Brasil não eram fixas nem rígidas; não eram filiadas a apenas uma linha discursiva ou estritamente ligadas aos pressupostos de apenas uma corrente. Elas apresentavam divergências e convergências com ideias de branqueamento, eugenia negativa, eugenia matrimonial, eugenia antropométrica, neolamarckista e/ou mendelismo, entre outras.

Dessa forma, as políticas de racismo e aprimoramento eugênico no Brasil tiveram ampla influência na cultura vigente e nos discursos presentes na sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX. Tais discursos, presentes nos meios intelectuais, científicos e jornalísticos, constituíam um ponto central na constituição do Brasil como sociedade naquele período.

[...] o racismo enquanto crença na superioridade de determinada raça e na inferioridade de outras, teve larga vigência entre os nossos intelectuais no período do final do século passado [século XIX] e início deste [século XX], sendo o ponto central de suas análises a respeito de nossa definição como povo e nação (CORRÊA 2001, p. 43).

Assim, no Brasil, a ideia de aprimoramento eugênico, em seu período de desenvolvimento no início do século XX, era apresentada por seus defensores como uma solução para questões sociais em um país considerado miscigenado e em que a pluriculturalidade era julgada como responsável pelo que era apontado como o “atraso” do país. Os divulgadores dessas ideias em solo nacional buscavam em suas produções

acadêmicas e debates, atentar para a questão eugênica e racial da população e discutir possibilidades de promover o que julgavam ser a melhoria da condição brasileira frente a Europa e os EUA.

PONTA GROSSA: APELOS EM UMA CIDADE QUASE MODERNA²⁰

No início do século XX, a ideia de um atraso nacional em relação a Europa e aos EUA também era um motivo de discussões na cidade de Ponta Grossa (HOLOWATE, 2015, p. 7). O município, situado na região dos Campos Gerais²¹ no Estado do Paraná, estava passando por um processo de intensas transformações sociais desde por volta da década de 1860, com a decadência de uma economia majoritariamente dependente do tropeirismo e predominantemente escravocrata (PEREIRA, 1996, p. 53-54; MARTINS, 2011) e o desenvolvimento de uma economia mais diversificada com a instalação de indústrias (KOHLRAUSCH, 2007, p. 20) e um nascente comércio urbano (LEANDRO, 1995, p. 12).

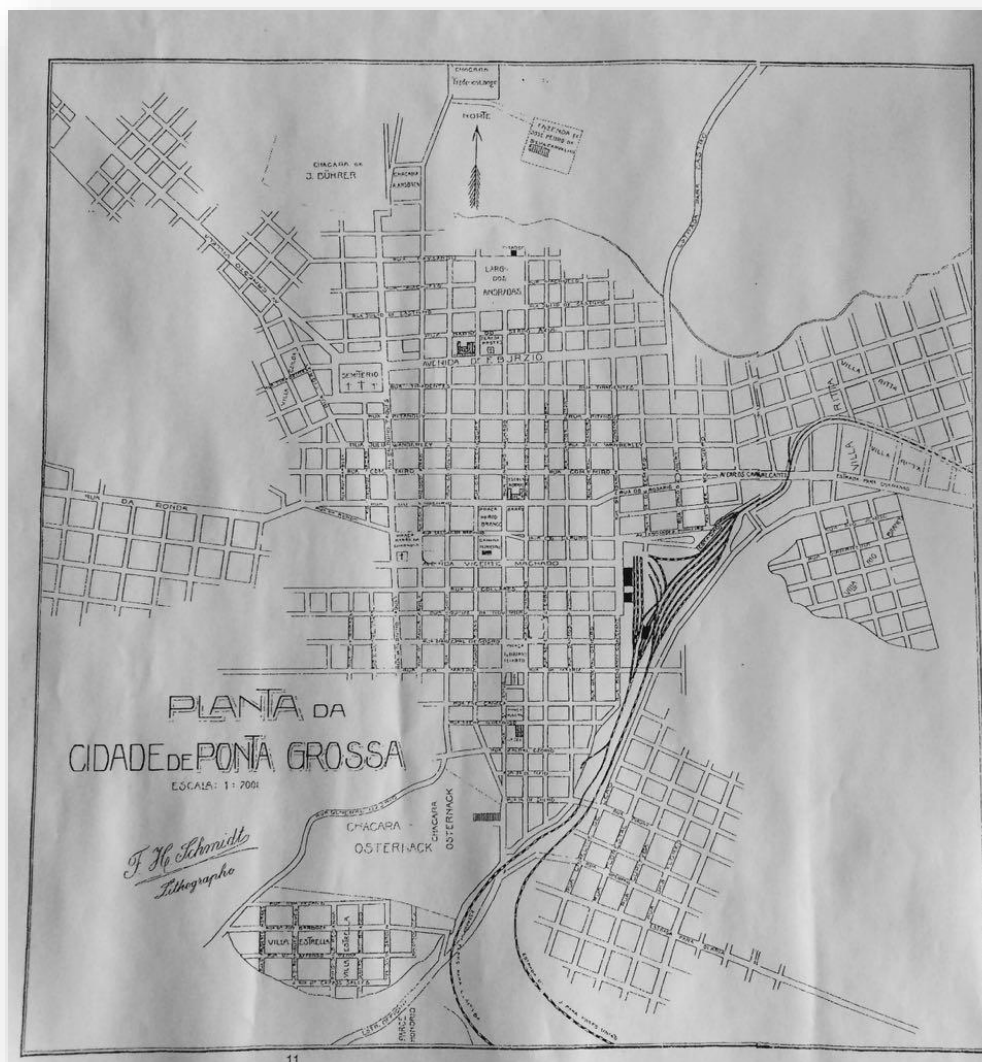
A população da cidade passou, entre os anos de 1890 e 1920 por um significativo aumento populacional, tendo crescido de 4774 habitantes em 1890 para 20771 em 1920 (PINTO, 1980, p. 61). No ano de 1911, o almanaque Laemmert afirmava que Ponta Grossa tinha 10 mil habitantes, ou seja, a população do município havia mais do que duplicado nos últimos 20 anos e duplicaria novamente nos dez anos seguintes (ALMANAQUE LAEMMERT, 1911, p. 3480).

No final do século XIX, a pequena cidade passava por novas modificações, com a chegada dos imigrantes, abolição da escravidão, construção da República e fortalecimento dos discursos de modernidade. Tais transformações impactavam nas disputas sobre a identidade local e estimulavam discursos que defendiam a concepção de cidade urbanizada com seus hábitos de “*urbs agitada e triunfal*” como signos do “*avanço*” de Ponta Grossa rumo ao progresso (ZULIAN, 1995, p. 44).

²⁰ “Apelos” era um signo muito utilizado nas publicações do *Diário dos Campos*, especialmente pela redação, quando publicava artigos visando apontar necessidades, possibilidades e ideias de intervenção na sociedade local para melhoria das condições da cidade e de seus habitantes. O termo também é interessante, porque o “apelo” deriva de uma observação e constatação de um indivíduo ou um grupo em relação ao que ele considera ser um tema relevante.

²¹ Os Campos Gerais ocupam uma faixa de território do Segundo Planalto paranaense, entre o Planalto Curitibano e o Planalto de Guarapuava. Caracteriza-se por ser uma região campeira, que durante os séculos XVIII e XIX, foi ocupada pela economia tropeira, com a instalação das fazendas de engorda dos animais que passavam pela região.

Figura 4: Planta Ponta Grossa: Início do século XX



Ponta Grossa: Cidade interiorana, ideais modernizantes. Detalhe para a área urbana se estendendo em direção às chácaras e fazendas campeiras. FONTE: Casa da Memória, Ponta Grossa.

A estrutura econômica de Ponta Grossa ainda mantinha certa dependência para a produção rural. A publicação do Almanaque Laemmert de 1911 aponta que, naquele momento Ponta Grossa exportava “principalmente erva-mate, beneficiada ou em bruto, carne seca, gado vacum, cavalar e suíno, fumo, queijos e outros produtos laticínios.” (ALMANAQUE LAEMMERT, 1911, p. 3480). Nota-se que a maioria desses produtos exportados eram relacionados com os sistemas econômicos tropeiro e da extração de erva-mate, sendo ambas as atividades proeminentemente rurais. Embora estivesse passando por um processo de mudanças, a economia ainda era predominantemente rural. O pólo de produção de riqueza em Ponta Grossa ainda se mantinha no campo.

Porém, a produção urbana industrial e comercial já estava próxima de superar o ritmo do meio rural, trazendo o eixo econômico para a cidade. O almanaque Laemmert inclusive afirmava que “Ponta Grossa é o ponto principal do comércio do interior do Estado, por ser ponto terminal da Estrada de ferro Paraná e o central da E. Ferro São Paulo a Rio Grande do Sul (ALMANAQUE LAEMMERT, 1911, p. 3480).”

O comércio citadino era composto em grande parte pela existência de açougues, lojas de secos e molhados, mercearias e sapatarias. Entre as profissões destacadas pelo almanaque Laemmert de 1911 estava a presença de dois médicos na cidade (Flaviano Silva e J. Paulo Braga), três advogados (Miguel Omena, Oliveira Franco e Martin de Moraes) e doze investidores (ALMANAQUE LAEMMERT, 1911, p. 3480).”.

O sentimento de pertença ao meio citadino também era motivado pela vivência e dependência dos moradores da cidade para as atividades tipicamente urbanas, como o trabalho operário, a convivência nos clubes, cinema e bares e as atrações oriundas do caminhar pela cidade, conversar diariamente com “conhecidos”, debater a política e a sociedade à sua volta.

Transformações sensíveis na estrutura social e econômica vão se evidenciando na Ponta Grossa do fim do século, que se manifestam na concentração urbana e em contraste com a dispersão rural de proprietários em busca de outro tipo de atividade. Em função destas transformações, Ponta Grossa, que parecia confundir-se com o campo que a invadia, assume “ares de cidade (ZULIAN, 1998, p. 40).

Nessa época, era bastante comum que filhos de fazendeiros se dirigissem às capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, onde realizavam seus cursos de bacharelado (LEANDRO, 1995, p. 13). Após retornarem à região, assumiam postos de empregos no setor público e privado ou cargos na política ponta-grossense (HOLLOWATE, 2016). A injeção de ideias que esse fluxo causava foi um dos responsáveis pelo aparecimento de discussões na sociedade local sobre temas que eram debatidos no meio nacional e internacional. Tais discursos, muitas vezes produzidos em diálogo com os textos científicos, eram reconstruídos em relação às questões sociais locais e os desafios cotidianos desses entusiastas ponta-grossenses e externados em folhetos e jornais.

A presença de novas ideias nas discussões locais também era reforçada pela chegada de imigrantes intelectuais ou com formação científica experiente, tal como era o caso do médico italiano Francisco Búrzio. Ele havia se formado em seu país de origem e em Ponta Grossa conquistou o respeito da sociedade local pela sua qualidade enquanto cirurgião e seu conhecimento intelectual, especialmente na área médica. Búrzio, tendo chegado em 1908 em

Ponta Grossa, era, inclusive, um dos raros casos em que o médico atendia em um consultório próprio. Durante sua carreira, Búrzio se manteve em constantes viagens e em aprimoramento profissional, inclusive, tendo viajado pela Europa em diversas ocasiões²² (HOLZMANN, 2004, p. 215-258).

Além de Búrzio, muitos outros imigrantes vieram para os Campos Gerais. A maioria deles eram poloneses, italianos, alemães, russos e sírios, oriundos de condições sociais e econômicas variadas e que faziam parte de culturas que apresentavam notáveis diferenças em relação aos habitantes já estabelecidos nos Campos Gerais.

Figura 5: Ponta Grossa, visão panorâmica, década de 1920



Ponta Grossa: Destaque para a grande concentração de casas, principalmente de madeira. FONTE: Casa da Memória, Ponta Grossa

Muitos desses imigrantes não tiveram vida fácil desse lado do Atlântico. Holzmann, em uma das páginas no “Cinco História Convergentes” reinterpreta o caminho seguido por imigrantes russos após a chegada em Ponta Grossa, onde desassistidos pelo setor público e decepcionados com a falta de apoio da população local, muitos deles constituíram residência no meio urbano apesar das dificuldades de vivência na cidade.

Os russos não eram dorminhocos e vadios. Foram confiadas a eles as piores terras; houve má administração e abundaram só os maus conselhos aos colonos desamparados. Daí o abandono das culturas, pois aquela gente tinha que produzir em outros setores para poder comer. Assim, se a terra era sáfara, procuravam trabalho em outra parte, permanecendo nas colônias apenas os velhos e desvalidos. Na cidade, onde vendiam lenha, areia, broas, hortaliças e salames, muitos deles recorreram aos respectivos ofícios: sapateiros, seleiros, carpinteiros, barriqueiros; outros foram construir

²² Inclusive, Búrzio não aparece no Almanaque Laemmert de 1911 porque estava em uma viagem pela Europa. Após retornar dessa viagem, ele faria uma estadia em Curitiba e voltaria para Ponta Grossa em 1912 (HOLZMANN, 2004, p. 215-224).

estradas e os mais jovens empregaram-se no comércio (HOLZMANN, 2004, 48).

Nota-se inclusive, a preocupação de Holzmann em defender os imigrantes contra discursos xenofóbicos que veiculavam no período de instalação destes no meio social pontagrossense, como as acusações de serem “dorminhocos” e “vadios”. Tais discursos, combatidos em diversas ocasiões pelo jornalismo local, atingiam principalmente grupos de imigrantes pobres ou de comunidades mais fechadas (SOPELSA, 2009, p. 2; MACIEL, 1915, p. 1). Isso aponta para a presença de representações que imputavam os imigrantes, especialmente de alguns grupos, como não-morigerados²³, inadaptáveis, bêbados e vadios (HOLOWATE, 2015).

Além dos imigrantes pobres, grupos de ex-escravos também sofriam com a marginalização na sociedade pontagrossense. A região durante todo o século XIX havia sido predominantemente escravocrata. Em 1854, inclusive, a vila de Ponta Grossa possuía 3033 habitantes, dos quais 1059 eram escravos. Ou seja, de cada três habitantes de Ponta Grossa, um era escravo (PEREIRA, 1996, p. 53).

Ao contrário da imagem construída por Saint Hilaire²⁴ (1779-1853) de uma “escravidão benigna”, que trazia proveito a moral pública nos Campos Gerais (SAINT HILAIRE, 1978), a escravidão na região de Ponta Grossa embora apresentasse características próprias, também resultava em dramas com resultados trágicos, que envolveram diversas vezes, a preferência pela fuga e o crime - incluindo o homicídio - como uma saída para a escravidão, ou ainda o suicídio (MARTINS, 2011, p. 47-63).

No final do século XIX, o processo de abolição da escravatura, embora tenha extinguido a escravidão enquanto uma prática legal, não promoveu uma igualdade de condições de sobrevivência entre os indivíduos recém-libertos e a população branca e “não acabou com o regime social e cultural de discriminação que existia durante a escravidão” (HOLOWATE, 2016, p.10).

A propósito, a marginalização desses grupos também deu origem a contrainiciativas dos atingidos, que constituíram lugares de pertença e associação próprios. Tal é o caso do

²³ O termo “morigerado” era utilizado na sociedade paranaense do século XIX para referir-se aos indivíduos que se comportavam de acordo com as leis e regras da etiqueta social, vivendo do trabalho, acumulação de capital, e seguindo as normas defendidas pelas elites socioeconômicas. Os não-morigerados eram aqueles que contrariavam essas regras e constituíam a grande maioria da população (PEREIRA, 1996, p. 5).

²⁴ August Saint Hilaire foi um botânico e naturalista francês que viajou pelo interior do Brasil, tendo passado pelos Campos Gerais em 1820. O relato que publicou sobre sua viagem, levados em consideração o fato de ser uma produção em um contexto histórico próprio, constitui uma representação bastante vívida sobre a sociedade paranaense daquele período (SAINT HILAIRE, 1978).

Clube Treze de maio²⁵, fundado em 1890 em Ponta Grossa - portanto dois anos após a abolição da escravidão no Brasil - que embora em suas proposições buscasse uma aproximação com os ideais da sociedade morigerada local, suas normas restringiam a participação de forasteiros nas atividades do estabelecimento (SANTOS; JOVINO, 2018).

O aumento exponencial da população no meio urbano também fortaleceu a produção comercial e industrial através do aumento do consumo na própria população local e regiões vizinhas. A dinamização das relações no meio urbano também ensejou o aparecimento de novas classes sociais como os operários (MONASTIRSKY, 1997, p.52) e os jornalistas (HOLOWATE, 2016).

A classe operária em Ponta Grossa se desenvolveu na virada do século XIX para o XX especialmente após a chegada da ferrovia e a instalação das primeiras indústrias na cidade. Por serem um grupo tipicamente urbano, organizado enquanto Sociedade Operária, a massa operária ponta-grossense consistia um grupo bastante aguerrido, tendo participado da Greve Geral de 1917²⁶ lutando por seus direitos e melhores condições de trabalho. “A grande quantidade de empregos gerados a partir da implantação da ferrovia, criou uma nova classe de trabalhadores na cidade, que muito influenciou a sociedade ponta-grossense” (MONASTIRSKY, 1997, p.52).

O jornalismo em Ponta Grossa se desenvolveu também nessa época de transformações. O primeiro periódico ponta-grossense foi o *Campos Geraes*, datado de 1893, mas que teve curta duração (PILOTTO, 1973, p. 1). Nessa época, o desenvolvimento e aceitação dos periódicos passava pelo desafio da sobrevivência entre as elites oligárquicas e a burguesia local. O bom relacionamento político com os grupos dominantes da sociedade era uma necessidade quase que imprescindível para a manutenção de um jornal funcionando na cidade de Ponta Grossa.

[...] somente as assinaturas e anúncios não supriam as despesas dos jornais, necessitando de apoio da prefeitura municipal ou de grupos políticos para sobreviverem. Por isso, muitas folhas tinham uma vida curta, em que, ao findar o apoio político ou no momento do desinteresse, o jornal desaparecia. Outros que não recebiam apoio estavam fadados à efemeridade. [...] Jornais

²⁵ O clube Treze de maio é o primeiro clube ponta-grossense, antecedendo em seis anos o Clube Germânia. Santos e Jovino (2018), inclusive, criticam a reprodução na historiografia ponta-grossense de representações de memórias de um passado imigrante em meio a um silenciamento da memória negra, da escravidão e da cultura marginalizada dos grupos locais, cujos espaços de fala são negados e suas memórias esquecidas ou subsumidas em meio as festas de grupos dominantes que a memória oficial que privilegia.

²⁶ A Greve Geral de 1917 foi amplamente veiculada no *Diário dos Campos*, com geralmente mais de uma matéria diária sobre ela, do dia 20 de julho até o final de agosto de 1917. Inclusive, algumas personalidades do jornal tiveram papeis de destaque durante o movimento grevista, entre eles, Hugo dos Reis, que atuou principalmente como porta-voz e Flávio Carvalho Guimarães como advogado do movimento.

[...] se preocupavam em representar instituições já estabelecidas, tornando-se porta-vozes, seja como uma forma de difundir suas ideias ou como uma legitimação de sua presença e importância na sociedade (PONTES; SILVA, 2008, p. 6).

O jornalismo local foi sendo consolidado no período após a fundação d'*O Progresso* e a ocupação por Hugo dos Reis dos cargos de chefia nessa publicação (HOLLOWATE, 2016, p. 31). A primeira edição do periódico datava do dia 27 de abril de 1907 (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 abr. 1922, p. 1), fundado pelo maestro da banda Lyra dos Campos, Jacob Holzmann, um imigrante russo-alemão que chegou à cidade no final do século XIX, e foi membro influente na política ponta-grossense. Holzmann era membro da burguesia investidora da cidade, um dos fundadores da *Companhia Typographica Pontagrossense* e personagem influente das discussões políticas locais, tendo sido considerado por José Cadilhe como o “Fundador da Imprensa de Ponta Grossa” (CHAVES, 2011, p. 29).

Segundo Epaminondas Holzmann – filho de Jacob Holzmann e que atuou no *Diário dos Campos* desde a fundação - o jornal surgiu por um acaso: O tipógrafo João Antunes de Oliveira que prestava à banda Lyra dos Campos seus serviços como trombonista e atuava na tipografia do jornal *O Comércio* estava correndo o risco de perder o emprego em vista dos conflitos com políticos locais que a direção do jornal enfrentava. Como o jornal estava prestes a fechar, o trombonista se retiraria de Ponta Grossa e Holzmann perderia um membro de sua banda. Nessa situação, o maestro sabendo que a prensa e todo o equipamento tipográfico estava à venda por valores irrisórios, optou por comprar os equipamentos e dar início a uma nova tentativa do periodismo ponta-grossense (HOLZMANN, 2004, pp. 262-263).

Cumprir observar que, nos discursos, as mudanças sociais se articulavam com alterações culturais, o que pode ser notado, por exemplo, pela presença dos discursos progressistas que associavam a chegada de novas tecnologias como a ferrovia e a instalação de jornais como sinais de um avanço da sociedade ponta-grossense em direção ao progresso (CHAVES, 2011, p. 30-31).

Ponta Grossa progride, é um eco que se repete diariamente. Ponta Grossa progride. A mania velha da descrença, da pasmaceira cerebral dos centros acanhados vai sendo subjugada pelo gênio dos fortes, que sabem querer, e que sabendo querer, sabem executar. A luz, a energia elétrica, as casas comerciais, o banco, as estradas de ferro, a imprensa, as indústrias, tudo cresce a olhos vistos, demonstra-se por a+b indiscutível, insofismavelmente (DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 jan. 1913, p. 1).

Ponta Grossa progride. Esse era um discurso comum nas páginas do jornal. Na publicação, os avanços da cidade eram retratados e elogiados. Porém, não apenas as transformações econômicas e políticas ganhavam espaço na publicação, mas também as transformações culturais eram objetos dos olhares da redação, fossem elas mudanças no comportamento, nos costumes, no modo de viver e de pensar do ponta-grossense.

A noção de civilização se afirmaria, principalmente, no caráter desse progresso. É um progresso, em seus diversos aspectos, à moda europeia. A cidade vai surgindo como uma urbe cosmopolita, onde o comércio, a estrada de ferro, o novo arruamento, as construções, os habitantes (sérios, ordeiros, empreendedores) e seus novos hábitos civilizados são elementos denotativos de uma “nova Ponta Grossa” (ZULIAN, 1998, p. 53).

Convém notar que esse ideal de progresso que ganhou força nessa época, apresentava ligações com os princípios burgueses de “Ordem” e “Progresso”, originários do Positivismo.²⁷ Essa concepção iria fazer parte do cotidiano defendido pelos progressistas locais, que buscavam em seus discursos, reconstruir no meio local uma cidade aos moldes da capital francesa.

Esse ideal de cidade civilizada embasada nos discursos de progresso tecnológico, científico e industrial, era marcada pela defesa da atuação do Estado no meio citadino de forma a alterar, modificar e controlar o meio urbano

A modernidade urbana é, por si só, outra representação que introduz toda uma outra série de apreciações. Tradução sensível da renovação capitalista do mundo, a modernidade enquanto experiência histórica, individual e coletiva, faz da cidade mais que um *lócus*, um verdadeiro personagem. A emergência da cidade moderna e, sobretudo, de Paris como paradigma e mito da metrópole exportável enquanto modelo para o mundo põe em cena uma gama de novas representações. Por exemplo, a transformação da cidade desencadeia uma luta de representações entre o progresso e a tradição: uma cidade moderna é aquela que destrói para construir, arrasando para embelezar, realizando cirurgias urbanas para redesenhar o espaço em função da técnica, da higiene, da estética (PESAVENTO, 2004, p. 79).

Porém, tal qual teoriza Pesavento, o ideal do meio urbano não torna automaticamente o meio urbano o ideal. Os discursos de cidade civilizada estavam amplamente presentes no

²⁷ Positivismo foi uma doutrina de pensamento proposto por August Comte que se propôs a ordenar as ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas. No campo social, se caracterizou por um princípio evolucionista das sociedades a partir de estágios menos avançados para mais avançados (Estágios Teleológico, Metafísico e Positivo), em que a sociedade avançaria em direção ao Cientificismo, e ao Progresso.

meio social ponta-grossense²⁸. Porém, isso não significou a aplicação sumária desses discursos em práticas sociais, sendo que as alterações na sociedade local foram ocorrendo de forma lenta e gradual e em negociação com as práticas locais.

A inauguração do cine Renascença em 1911, por exemplo, em uma época em que o cinema era um símbolo do progresso moderno e “O cinematógrafo coroou [...] toda uma era de grande progresso técnico ocorrida ao longo do século XIX” (LEANDRO, 1995, p. 66) também envolveu as especificidades locais. O cine local foi fundado também por Jacob Holzmann para, por função primordial, servir como um espaço para a banda Lyra dos Campos tocar (HOLZMANN, 2004, p. 110). E, em Ponta Grossa, os teatros e cinemas, tecnologias modernas recém-chegadas à cidade, se adaptavam ao modo de vida local e fechavam nas noites mais frias do inverno na cidade campeira.

Cinematógrafos: Funcionaram durante a semana, com pouca frequência. Santana (teatro). Terça e quinta houve espetáculo. Devido ao frio que reina impiedosamente, a população deserta das praças e ruas, e deixa se ficar no aconchego do lar. Tal como nós, os teatros tirarão a sua desforra hoje e amanhã (O PROGRESSO, 26 jun. 1909, p.1).

Além disso, ao que aponta o jornal *Diário dos Campos*, o crescimento exponencial da população não era acompanhada por uma imediata estruturação da área urbana, de forma que se multiplicava a quantidade de indivíduos com poucas condições de subsistência, e parte da população sofria com questões como a exígua segurança pública (O PROGRESSO, 8 jun. 1909, p. 1), falta calçamento em muitas vias (DIÁRIO DOS CAMPOS, 4 dez. 1920, p. 1), estrutura sanitária escassa (O PROGRESSO, 26 set. 1911, p. 1), entre outros.

As práticas populares alheias ao ideal de progresso davam origem às denúncias dos colaboradores do jornal sobre costumes que consideravam serem sinais de “atraso” de parte da população, e que, segundo a redação da publicação, estariam emperrando o avanço da sociedade local em direção ao progresso. O ideal de progresso disciplinado, racional e controlado se opunha às massas populares marginalizadas e não-morigeradas da sociedade.

Há momentos em que os foros de cidade civilizada, da qual goza a fulgurante Estrela dos Campos Gerais deixa de ser o privilégio de um povo adiantado em nato. Não que ele concorra no todo, para que seja empanado o brilho desse astro, mas porque uma parte diminuta, embora da sociedade, inimiga do próprio progresso, se opõe que a civilização caminhe a sua luz. Essa parte da sociedade que impede o desenvolvimento das coisas uteis e prováveis é a força bruta, animalizada, inconsciente do espírito, cheio de

²⁸ “O Progresso” é, inclusive, o primeiro nome do jornal.

manifestações frisantes e tendentes a pequenez dos atos (O Progresso, 4 jan. 1910, p. 1).

Ainda na mesma publicação, a redação do jornal lembrava que “As ruas pouco iluminadas de Ponta Grossa são teatros desses dramas lúgubres, em que as vidas são facilmente suprimidas por questões fúteis, quando cenas mais deprimentes não são representadas em plena rua, à luz do sol” (O PROGRESSO, 4 jan. 1910, p. 1). Um desses casos oriundos da falta de policiamento adequado e de iluminação na maior parte da cidade foi um quase atentado ao redator do *Diário dos Campos* em que este foi cercado por inimigos políticos e por pouco não foi espancado (HOLZMANN, 2004, p. 277-278).

Além disso também os costumes locais considerados como ultrapassados eram criticados pelos defensores da modernidade local, sendo que a manutenção de costumes originados pelos princípios de fidalguia da honra e busca de desforra eram considerados superados e ultrapassados pelos progressistas locais.

A população local convivia com dificuldades comuns de uma cidade ainda sem estrutura administrativa adequada para seu funcionamento. Em 1912, por exemplo, faltava ainda uma rede de esgoto e de iluminação pública, além de serviços de assistência pública. Escrevendo de Curitiba, Sebastião Paraná²⁹, que esporadicamente colaborava com o jornal ponta-grossense, apontava para as dificuldades do avanço de Ponta Grossa, em que a modernização contrastava com os desafios sanitários.

Ponta Grossa é regularmente iluminada a luz elétrica. Seu clima é benigno. [mas] as águas potáveis saem de cisternas, abertas a pequena distância das cloacas! Um perigo. Sendo o solo poroso, a infiltração que se dá pode mais tarde causar danos lamentáveis a saúde pública (PARANÁ, 24 fev. 1912, p. 1).

Assim, embora a cidade convivesse com um discurso progressista e estivesse se urbanizando, a falta de alguns setores administrativos era uma ameaça constante, sendo, os sinais de uma estrutura arcaica no setor administrativo urbano constantemente retratados nas páginas d’*O Progresso*, nas entrelinhas de denúncias de falta de cuidado da administração pública para atender a crescente população nesse período.

²⁹ Sebastião Paraná era Bacharel em Direito, escritor, professor público e aparece na lista de Deputados Estaduais em 1899 (DIÁRIO DA TARDE, 14 ago. 1899, p. 2). Em outros momentos, também é citado como jornalista, tendo colaborado com diversos jornais paranaenses, sendo mais assíduo com os periódicos curitibanos *A Republica*, *Diário da Tarde* e *A Escola*, do qual era diretor em 1906 (A ESCOLA, 1906, p. 1). Esses três periódicos estão disponíveis digitalizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

É lamentável que até hoje Ponta Grossa, a segunda cidade do nosso Estado, não tenha ao menos em esboço, um serviço sanitário. A partir disso a disseminação [é] fácil de qualquer moléstia infectocontagiosa entre nós. Ainda não longe está a terrível quadra em que a escarlatina nos fez a sua sinistra visita, arrancando entes queridos e dizimando a população infantil (F.S., 20 jun. 1912, p. 1).

Dadas as condições sanitárias de Ponta Grossa, os surtos de doença eram um aspecto comum da vida social local durante a maior parte do tempo nesse período. A relação entre a população e as doenças iam desde momentos ameaçadores, que incluíam até mesmo endemias e chegada de epidemias, até períodos em que os surtos de doença se distanciavam e os casos se escasseavam.

A redação do jornal, mesmo em períodos que a população não estava propriamente sendo atingida por uma epidemia, em curtos intervalos de tempo chamava a atenção para a infraestrutura de combate as doenças e situação sanitária da população, constantemente apontando para costumes que, de acordo com os princípios médicos da época, poderiam conduzir a um aumento nos casos de doenças no meio local. Além disso, também apontava os dedos para os setores públicos e indivíduos particulares e os acusava de serem responsáveis pela falta de estrutura e mal cumprimento de seus deveres para o funcionamento do setor sanitário da cidade. Em uma das constantes críticas à falta de atuação dos políticos locais, a redação do jornal afirmava que “A higiene é a Ciência da previsão e nossa administração pública é absolutamente imprevidente no assunto. Depois que a morte levar muitas vidas é que se tomam algumas providências ocasionais, paliativos sem valor algum” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 20 jan. 1914, p. 1).

O desafio de se construir na cidade um sistema de captação de água e outro de coleta de esgotos foram motivos de diversos artigos publicados durante o ano de 1911 e novamente apontados nos artigos de 13 e 15 de junho de 1912 (O PROGRESSO, 13 jun. 1912, p. 1; O PROGRESSO, 15 jun. 1912, p. 1). Nesses textos a redação relatava a falta de cuidado da população com relação a higiene, e, compreendendo que essas práticas poderiam promover o surgimento de epidemias na cidade, lutava para a instalação dessas estruturas para a população. Contudo, segundo as fontes relatam, as redes de água e esgoto na cidade começaram a ser instaladas apenas em 1913 e as primeiras inaugurações ocorreram em 1914 (DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 jan. 1914, p. 1)

Assim, a sociedade ponta-grossense do início do século XX passou por intensas mudanças através da qual a sociedade campeira foi tendo seu poder e influência equalizada por uma nascente burguesia. Isso não significa que os fazendeiros deixaram de estar no topo

da pirâmide social local, mas que muitos deles passaram a compartilhar espaços com os burgueses ponta-grossenses e a desenvolver seus negócios também no meio urbano. Alguns dos principais personagens do jornal eram fazendeiros e inclusive, esse grupo econômico continuou a controlar a política ponta-grossense e eleger prefeitos e magistrados locais.

Por conseguinte, uma das principais mudanças foi na prática e percepção da sociedade local, sendo que os entusiastas do progresso e membros no jornalismo, conquistaram espaço político e conseguiam defender os ideais de urbanidade, e principalmente, a aplicação dessas ideias na sociedade nacional e especificamente, na local. Esses personagens irão, no *Diário dos Campos*, discutir e defender ferramentas de controle e seleção para a melhoria da sociedade e especificamente, para o aprimoramento da raça brasileira, na qual as páginas do jornal serão arena de constantes – e as vezes turbulentos – debates e combates.

DISPUTAS, NEGOCIAÇÕES E MEDIAÇÕES: O *DIÁRIO DOS CAMPOS* E A QUESTÃO DO APRIMORAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A forma com que determinadas representações são construídas varia não apenas pelos contextos macrossociais, mas também, pelas relações construídas no âmbito microssocial. Nesse sentido, o Sociólogo Norbert Elias³⁰ utilizou o conceito de Configuração social para descrever a dinamicidade e as normas que se constroem em um microespaço, e que é importante para entender os debates no *Diário dos Campos*.

A configuração em um espaço, como entre os indivíduos que acessavam a redação para publicar seus textos, cria um padrão regular – mas também fluído - de normas e ações permitidas, quase como um jogo, com padrões próprias e prêmios específicos do ambiente em questão.

Se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas ações são interdependentes. Neste caso, ainda é possível curvarmo-nos perante a tradição e falarmos do jogo como se este tivesse uma existência própria. É possível dizer: “O jogo hoje à noite está muito lento!”. Porém, apesar de todas as expressões que tendem a objetivá-lo, neste caso o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das ações de um grupo e indivíduos interdependentes. Mostrámos que o decurso do jogo é relativamente autónomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força. Mas este decurso não tem substância, não tem de ser, não tem uma existência independente dos jogadores, como poderia ser sugerido pelo termo “jogo”. Nem o jogo é uma ideia ou um “tipo ideal”, construído por um observador sociológico através da consideração do comportamento individual de cada um dos jogadores, da abstração das características particulares que os vários jogadores têm em comum e da dedução que destas se faz de um padrão regular de comportamento individual (ELIAS, 2008, p. 141-142).

No caso do jornal, a redação carregava a ambiguidade de promover o discurso que afirmava a existência de uma permissividade em relação aos posicionamentos dos textos colaboradores e seguidamente se vangloriava de defender a liberdade de expressão, com a existência de regras, que em muitos casos não eram escritas e nem mesmo divulgadas, e que ainda assim, estabeleciam quais discursos seriam mais ou menos aceitos na publicação.

Por isso, se havia uma diversidade de temas e posicionamentos publicados sobre a temática da questão da melhoria da raça, também alguns pontos eram mais enfatizados,

³⁰ A obra foi publicada em 1970, com várias republicações. A edição a que se teve acesso é a portuguesa de 2008, da Editora Edições 70.

enquanto que outros tinham menos visibilidade, e em alguns casos, davam origens a réplicas que buscavam desacreditá-los.

Em muitos casos, essas réplicas partiam de indivíduos que possuíam uma relação de certa proximidade com o círculo da redação, o que apontava não apenas a existência de diferentes grupos e níveis de acesso ao discurso, quanto de regras estabelecidas nas relações daquela configuração social que ordenava o que era aceito para ser publicado e a relevância que era colocada em cada discurso.

Assim, após estudar mais de 1500 edições do *Diário dos Campos*,³¹ é possível observar que algumas representações sobre a eugenia são mais repetidas, comentadas, elogiadas e aceitas na publicação, enquanto que outras são criticadas, pouco discutidas, ignoradas ou mesmo não aparecem nas discussões do jornal. Com isso, a partir das representações aceitas ou não, as normas da configuração social que regia as relações no jornal se tornam mais ou menos visíveis, tornando-se possível levantar, em meio às séries de textos sobre o tema e um maior número de posicionamentos de colaboradores, o discurso majoritário e os posicionamentos minoritários na publicação com relação à questão eugênica entre 1908 e 1916.

Vale lembrar que em momento algum a equipe diretora afirmou propriamente a existência de um discurso ou posicionamento oficial do jornal em relação à eugenia, buscando sempre reafirmar o discurso da liberdade dos colaboradores de defender seus posicionamentos. Contudo, em meio a um ambiente relacional e hierárquico, como era o caso da redação do jornal, majoritariamente as edições do jornal entre 1908 e 1916 seguiam de forma mais ou menos próxima as ideias e posicionamentos defendidos por Hugo dos Reis. Este, havia conquistado um poder simbólico (BOURDIEU, 1989) a partir da sua reconhecimento em meio ao grupo tanto pelo seu capital intelectual quanto pelas funções centrais que ocupava da publicação, primeiro como redator literário, depois como redator, sócio e finalmente, proprietário do jornal.

Embora Reis se vangloriasse da permissividade e da constante atuação do jornal como “ferramenta do progresso” (HOLZMANN, 2004, p. 263-264), convém apontar que a publicação também restringia determinados discursos e posicionamentos em relação a sociedade, tal como será apontado tanto na questão do médico Francisco Barbosa Maciel com

³¹ A edição de 30 de dezembro de 1916 é a número 1816. Porém, como apontado anteriormente, há algumas edições faltantes do jornal, e também, a pesquisa não trabalha com um recorte rígido, o que faz flutuar em algumas centenas as edições do *Diário dos Campos* estudadas.

os membros da redação quanto na construção de um discurso predominante do jornal em relação ao aprimoramento da raça.

Sua atividade junto a imprensa ponta-grossense influenciou a atuação do *Diário dos Campos*, assumindo uma função combativa e conciliadora em direção aos ideais de modernidade urbana que estarão presentes tanto nos discursos de Reis quanto dos colaboradores próximos da redação. Tendo o jornal passado por crises financeiras sucessivas, ele foi assumindo cada vez mais responsabilidade pela publicação, sendo que em 1912 ele foi um dos indivíduos que remodelaram a gerência do periódico ao instituir uma sociedade de ações como proprietária do jornal, e em 1915, em virtude de outro agravamento financeiro, ele assumiu as contas e a propriedade da publicação, na qual se manteve até sua saída em 1921.

Figura 6: Foto de Hugo dos Reis por ocasião de uma homenagem prestada pelos colaboradores do jornal em 29 jul. 1914.



FONTE: Casa da Memória, Ponta Grossa

Com Reis na chefia, a redação se preocupou em construir uma equipe que pudesse colaborar com a publicação. Nos primeiros anos do periódico, não era incomum que todas as

matérias de uma edição fossem artigos da redação – principalmente do redator literário – ou republicações de outros jornais. Nos anos seguintes, Reis criou diversas iniciativas para estimular autores colaborar com o jornal, inclusive através de concursos literários³², nos quais a partir de uma temática estabelecida, candidatos escreviam contos e ensaios que eram publicados no jornal e julgados por um júri local formado por personalidade locais e que incluía o próprio Hugo dos Reis (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 fev. 1913, p. 1).

No início de 1913, por exemplo, a redação do *Diário dos Campos* mediu forças com a Câmara Municipal da cidade. Apesar do prefeito Theodoro Rosas ser amigo de Hugo dos Reis, a Câmara, naquele momento, era contrária ao estabelecimento de um contrato com o *Diário dos Campos*. Na disputa que se seguiu, é possível acompanhar a importância que Hugo dos Reis dava a autonomia política do jornal e assinatura de um contrato com a prefeitura, se posicionamento contrariamente ao estabelecimento de um regime de subvenções pagos por linha publicada (HOLOWATE, 2015).

[...] o Diário dos Campos, enquanto for como é um jornal independente e de livre crítica jamais à aceitará [um regime de subvenções], pelo menos enquanto tiver por chefe o atual redator. Não aceita subvenção alguma, de qualquer poder público, seja qual for a importância, e foi isto mesmo que respondemos ao sr. Secretário da Câmara, acrescentando que podíamos fazer um contrato por linha. Contrato é uma coisa e subvenção é outra muito diferente (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 jan.1913, p. 1).

Existe uma importante questão política na diferença entre o estabelecimento de um contrato e o pagamento de subvenções. Um contrato estabeleceria uma relação de igualdade entre o jornal e a prefeitura, com valores a serem pagos, publicações a serem realizadas e regras a serem seguidas por ambos os lados. Já um regime de subvenções colocava o jornal em uma posição inferior em relação à prefeitura, “apadrinhando” o periódico à Câmara municipal, além de não estabelecer quais seriam as publicações a serem feitas e não garantir os pagamentos a serem realizadas.

Após diversas vicissitudes, a Câmara Municipal recua e aceita as condições de Reis. A disputa entre o jornal e a Câmara, ocorreu por espaços de influência política na sociedade. A Câmara não pretendia fortalecer um grupo que conquistava espaço e controlava um meio discursivo de circulação relevante no meio local, enquanto que o a redação do *Diário dos Campos* não pretendia ter suas publicações controladas pelos interesses da Câmara. A vitória

³² Ocorreram diversos concursos literários, entre os quais o “A noite”, de fevereiro de 1913. Os textos publicados podem ser encontrados na edição de 1 de fevereiro daquele ano (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1 fev. 1913, p. 1-2). As críticas, réplicas e discussões permeiam as edições seguintes até por volta do dia 20 do mesmo mês.

do jornal aponta para a relevância do capital simbólico ao qual o periódico estava conquistando (HOLOWATE, 2015).

Com o passar do tempo e o jornal conquistando reconhecimento no meio local e obtendo sucesso em suas iniciativas sociais e culturais, mais personagens passaram a colaborar com o periódico. Assim, por volta do início de 1914 já se delineava uma configuração social mais complexa do círculo dos colaboradores do jornal, o qual, para facilitar a compreensão do leitor e fundamentado nas representações que as edições do jornal apresentavam, pode-se, classifica-los em três grupos, tomando como critério central a influência e proximidade do personagem com a redação do jornal e a aceitação de seus textos publicados.

Em primeira instância, haviam os colaboradores. Como o próprio nome indica, eram pessoas que escreviam para “colaborar” com a edição do jornal. Qualquer indivíduo alfabetizado poderia escrever uma colaboração para a redação, porém, apenas alguns seriam aceitos e publicados. Assim, os colaboradores eram indivíduos que escreviam para o jornal circunstancialmente, sendo normalmente pessoas com algum cabedal científico, simbólico e discursivo, o que facilitava que seus escritos fossem publicados.

Os colaboradores escreviam uma diversidade de textos, desde contos literários, resenhas de livros, reflexões sobre a situação política e social local e nacional, relatos e comparações de viagens, entre outros. Em alguns casos, seus artigos constituíam-se de “Declarações” ou “Cartas à Hugo dos Reis”, e em meio a elogios e agradecimentos ao redator, buscavam expor ideias com uma maior chance de aceitação do seu texto pela redação do jornal.

Porém, mesmo entre os colaboradores havia uma certa hierarquia, tendo em vista que alguns deles tinham mais visibilidade e chance de aceitação de seu texto no jornal que outros. Tal visibilidade era normalmente condicionada ao lugar de fala do autor e ao conteúdo de seu texto, de forma que um médico tinha por sua profissão, um lugar de fala privilegiado, e se propusesse discutir questões médicas ou sociais associadas ao discurso de sua área, suas produções teriam uma maior chance de serem aceitas e publicadas. Já um comerciante que se propusesse a contrapor um discurso acadêmico de um profissional de Direito, por exemplo, teria mais dificuldades de ter seu texto publicado.

Assim, por exemplo, um texto do médico Francisco Búrzio sobre a vacinação intitulado “na tecla sensível”, escrito em linguagem acadêmica, foi publicado como artigo principal em quatro partes nas edições dos dias 14 a 17 de junho de 1915 e comentado e elogiado por Reis na edição seguinte (BÚRZIO, 14-17 jun. 1915, p. 1; REIS, 18 jun. 1915, p.

1). Sendo Búrzio uma personalidade da medicina ponta-grossense naquele momento, seu texto foi bem aceito e ele recebeu amplo espaço no jornal.

Outros personagens que eventualmente escreviam para o jornal eram os “correspondentes” do *Diário dos Campos*. Estes, primordialmente eram responsáveis por vender as assinaturas da publicação e edições avulsas nas cidades vizinhas. Contudo, em algumas ocasiões, repassavam as reflexões e discussões presentes na localidade onde moravam que poderiam ser de interesse do periódico. Ocasionalmente, as colaborações dos correspondentes recebiam maior visibilidade, como no caso da Guerra do Contestado, que inclusive ensejou a visita do redator Hugo dos Reis na região como correspondente especial, para dar a conhecer melhor o território e as necessidades da sociedade do Contestado (HOLLOWATE, 2016b).

Porém, em circunstâncias normais, os correspondentes tinham como principal função apenas vender o jornal e manter uma quantidade regular e pagante de assinantes na sua região, produzindo poucos textos de colaboração.

Além dos colaboradores e correspondentes, havia um grupo de personagens mais próximos da redação do jornal, aos quais Hugo dos Reis chamou-os de “Membros da redação”. Estes, colaboravam com o jornal quase que diariamente, cobrindo lacunas e escrevendo matérias a pedido da redação do periódico seja para completar as edições ou para discutir temas que eram de sua especialidade³³. Em agosto de 1914 os membros da redação eram Hugo do Reis, redator da publicação, Flávio Carvalho Guimarães, filho de fazendeiros e estudante de Direito, Alcides Ribeiro, professor e Santos Junior (REIS, 1 ago. 1914, p.1). Este último assinou pouquíssimos artigos, entre eles a homenagem ao redator em 29 de julho de 1914 (SANTOS JUNIOR, 29 jul. 1914, p. 1).

Dessa forma, além da qualidade científica e literárias de um texto, as diferenças entre o capital simbólico dos articulistas também influenciavam na aceitação de uma colaboração.

[...] as diferenças objetivas, inscritas nas propriedades materiais e nos lucros diferenciais que elas trazem, se convertem em distinções reconhecidas nas e por meio das representações que fazem e que formam delas os agentes. Toda diferença reconhecida, aceita como legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção. O capital simbólico,

³³ Os membros da redação aparecem em um artigo com ares de peça teatral cômica com título de “À mesa da redação” publicada em 1 de agosto de 1914, no qual Reis, logo após ser homenageado por membros da redação e colaboradores próximos, responde descrevendo como eram as relações dentro da redação da publicação e nomeia os colaboradores que faziam parte naquele momento, do fechamento da edição (REIS, 1 ago. 1914, p. 1). Os membros da redação, contudo, variaram com o tempo e em ocasiões específicas é preciso buscar nas construções, aceites de posicionamentos e espaço dado no jornal para buscar compreender quem estava em cada época entre o grupo dos mais próximos da redação.

com as formas de lucro e de poder que assegura, só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas [...] e indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a reconhecer (no duplo sentido do termo) essas propriedades, ou seja, a instituí-los como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força. (BOURDIEU, 2013, p. 111-112).

Vale lembrar que assim como Elias (2008) sugere, a configuração social local era móvel e no decorrer do tempo tanto os membros quanto os enfoques do “jogo” tendiam a se alterar. Assim, alterações na configuração da redação, seja através da aproximação ou distanciamento de um membro da equipe ou mesmo a chegada e apropriação de novos discursos, propendiam a modificar os posicionamentos do jornal em relação à determinadas representações. Porém, a permanência da figura central no topo da configuração durante todo o tempo analisado, faz com que, apesar de algumas mudanças de personagens do jornalismo local, os enfoques centrais, as regras e o discurso predominante do jornal permanecessem relativamente os mesmos.

A REDAÇÃO DO *DIÁRIO DOS CAMPOS* E O APRIMORAMENTO DA POPULAÇÃO

Como foi apontado anteriormente, a fundação d’*O Progresso* em 1907 representava também, para os entusiastas do progresso no meio local, como mais uma conquista para a modernização da cidade. Um fato peculiar é que o fundador do jornal, Jacob Holzmann era maestro da principal banda da cidade - a “Lyra do Campos” -, e não tinha nenhuma experiência jornalística. Por isso, acabou deixando o comando das publicações quase que inteiramente nas mãos dos redatores do jornal (HOLZMANN, 2004).

A publicação apresentava desde o início uma relevante tiragem - inicialmente 300 exemplares - no meio local propondo-se a atuar como uma vanguarda intelectual na região com o objetivo de promover o “avanço” da sociedade local e divulgar as conquistas e transformações da cidade,

[o objetivo do periódico era divulgar] os acontecimentos políticos; as atrações culturais; a vida social; os avanços urbanos e tecnológicos e os problemas decorrentes de tais avanços; os acontecimentos fortuitos e pitorescos; quem chegava e quem partia; tudo era objeto das colunas publicadas em *O Progresso* (CHAVES, 2011, p. 30).

As páginas do periódico, além de informar a seus leitores dos últimos acontecimentos locais, nacionais e internacionais, também apresentavam discussões sobre questões científicas

e sociais – como a questão do aprimoramento da raça - que inquietavam a intelectualidade local e que promoviam debates sobre as diferentes representações atribuídas por esses indivíduos para as questões sociais a partir da leitura das obras científicas.

Ao mesmo tempo em que Reis organizava a forma com que o jornal era publicado e determinava os artigos aceitáveis, ele também afirmava ser um dos principais responsáveis pela presença, no jornal, de uma diversidade de debates sobre a sociedade daquele período, cuja permissividade ele buscava constantemente ressaltar, tal como era afirmado na introdução das edições em inícios de 1913.

O Diário dos Campos para acabar de vez com a imprensa amordaçada e de pequena circulação, comunica a seus leitores que aqui a liberdade é completa, podendo haver polêmicas, entre colaboradores, dentro de suas próprias colunas (DIÁRIO DOS CAMPOS, 19 fev. 1913, p. 1).

Durante sua participação no jornal, ele teve ocasião de afirmar seus preceitos, questionar princípios aos quais não concordava e ser inquirido e acusado sobre seus posicionamentos, em virtude das suas convicções políticas, sociais e religiosas. Reis era defensor do espiritualismo científico, uma corrente ideológica que atingiu boa parte da intelectualidade brasileira no final do século XIX e início do século XX (MALDONADO, 2008, p. 11). Partindo do Kardecismo, os propagadores desse movimento associavam o discurso espiritualista com o científico, entendendo o espiritualismo não apenas como uma religião ou filosofia, mas também como uma ciência (HOLOWATE, 2016d, pp. 31-31).

Por isso, o posicionamento do redator em relação tanto a problemas da sociedade ou mesmo a interferências científicas no meio tinha influência do seu ativismo enquanto espiritualista³⁴. Ele também era atuante em favor das causas sociais, às quais buscou se posicionar defendendo bandeiras relativas ao progresso e melhoria da educação e da saúde (HOLOWATE, 2016b).

Reis ocupou diversas funções no periódico, de redator literário a proprietário da publicação. Porém, sua maior proximidade maior era com a redação, de forma é mais comum encontrá-lo nos textos sobre reuniões da redação (REIS, 1 ago. 1914, p. 1), inclusive definindo o fechamento das edições mesmo quando era proprietário do jornal, e mesmo nos

³⁴ Reis deu espaço para diversos divulgadores do espiritualismo publicassem no jornal, sendo o orador e divulgador do espiritualismo Manuel Viana de Carvalho o que mais teve textos publicados no *Diário dos Campos*, entre eles o artigo “monstruosidade”, em que Viana de Carvalho acusava os opositores do espiritualismo de terem uma anomalia de inteligência, uma “cegueira espiritual” (CARVALHO, 30 jan. 1915, p. 1).

períodos em que se afastava da publicação, era comum que os colaboradores buscassem dialogar com o discurso dele.

Outra das características na presença de Hugo dos Reis na sociedade ponta-grossense foi o seu rápido reconhecimento no meio social local. Numa época de fortalecimento das profissões liberais, a sua reconhecimento foi possível graças a aceitação e o reconhecimento da sociedade local da sua atuação como jornalista e intelectual, e especificamente, do grupo da classe liberal urbana ao qual ele se inseriu, que o admitiu como membro.

O historiador Roger Chartier, ao defender que as relações sociais são determinantes para construção das representações sobre a atuação do indivíduo, aponta que: “A realidade de uma posição social não é mais do que aquilo que a opinião considera que ela é: É o reconhecimento, pelos outros, da qualidade de membro dessa sociedade que, em última análise, decide sobre essa mesma qualidade” (CHARTIER, 1990, p. 112).

Holzmann, inclusive, coloca na boca de Reis a frase “Sejamos franco, sou jornalista” (HOLZMANN, 2004, p. 270) como a forma que se apresentou ao jornal *O Progresso* em fins de dezembro de 1908, e que este começou a trabalhar no periódico no dia seguinte como Redator-literário. Não há como ter certeza que essa rememoração de Holzmann seja exata, mas se for, significa que Reis foi uma das primeiras – senão a primeira - pessoas em solo ponta-grossense a se afirmar como jornalista. Seu reconhecimento na sociedade local pode ser observado tanto analisando seu espaço e ascensão no jornal – de redator-literário à proprietário – quanto a reação da população à alguns acontecimentos, como no caso da tentativa de empastelamento do jornal. Na ocasião, logo após o ocorrido, grupos urbanos foram de prontidão à sede do jornal para impedir novas agressões, Reis discursou e foi aplaudido pela população local e nos dias seguintes, personalidades locais e periódicos de Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro publicaram notas de apoio ao jornalista ponta-grossense (HOLZMANN, 2004, p. 271-279).

Durante sua atuação no jornal, Reis também estimulou a publicação de textos de pensadores eminentes da sociedade brasileira como Belisário Pena, Rui Barbosa, Olavo Bilac e Silvio Romero, que foram reproduzidas no periódico, além de entrevistas concedidas e discursos públicos reproduzidos na publicação³⁵.

³⁵ Esses autores são citados e seus discursos republicados em diversas ocasiões. Euclides da Cunha, por exemplo, embasa a discussão de Reis sobre as diferenças entre o “caboclo” e o “homem civilizado” no Contestado por ocasião da questão do Contestado (REIS, 22 set. 1914, p. 1) e é novamente citado diversas vezes, tendo sua morte sido lamentada na edição de 19 de agosto de 1909 (O PROGRESSO, 19 ago. 1909, p. 1). Já, Ruy Barbosa foi apoiado em suas candidaturas à presidência da república pelo jornal, que fez ativa campanha e lamentou suas derrotas. Ele é homenageado por Reis em 1909 (REIS, 9 set. 1909, p. 1) e seu discurso “O Brasil caxingó” foi republicado no jornal em treze partes em 11 a 28 de março de 1919 (BARBOSA, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 21,

As publicações do jornal constantemente dialogam com o que é defendido por Reis, seja para reforçar ou alinhar os discursos ou mesmo buscando um reconhecimento junto aos colaboradores do jornal, ao se aproximar da figura do redator. Assim, com base nessas aproximações discursivas é possível constatar a existência de um discurso majoritário que em muitos pontos se ligava aos posicionamentos do redator. Dessa forma, quando se trata da questão eugênica, nota-se que, mesmo havendo variações discursivas, ainda é possível apontar a existência de um conjunto de assuntos e sentidos utilizado pela maioria dos colaboradores do jornal e constantemente defendido nas páginas do periódico, os quais envolvem o posicionamento sobre a questão da imigração e branqueamento, higiene do corpo e da sociedade, combate à supostos males sociais, defesa da instrução, sanitarismo e aplicação de princípios da Antropometria.

A posição da redação sobre a questão da eugenia deve ser entendida, em seu aspecto primordial, como um discurso em diálogo com seu público leitor e com os circuitos de comunicação do jornal, especialmente com o meio local. Por isso, algumas discussões não aparecem nos artigos, por não atender aos interesses do público, enquanto que outras representações são enfatizadas, sempre em diálogo com os leitores.

Por conseguinte, havia uma preferência por representações sobre práticas que possibilitassem uma atuação voltadas para aplicação na sociedade local e nacional, sendo que discursos de aprimoramento que afirmavam uma possibilidade de melhoramento racial brasileiro eram valorizados e bem aceitos pela publicação.

O Brasil, senhores, que se tem sabido impor pelo cultivo de seus filhos uma pátria grande e de uma natureza maravilhosa não deve e não pode morrer sem que primeiro atinja o ponto mais elevado de seu destino no mundo. O Brasil há de mostrar, em um futuro não remoto, o triunfo de uma raça cujas raízes Euclides da Cunha encontrou naquele tipo forte do caboclo nortista. O Brasil há de vencer, tenhamos fé (RIBEIRO, 11 out. 1916, p. 1).

Assim, os posicionamentos da redação devem ser entendidos como representações próprias construídas em um determinado espaço e tempo e em estado de constante transformação. As publicações envolviam também amálgamas de princípios e apropriações presentes na própria personalidade do redator, como a influência que ele tinha de princípios do espiritualismo científico e do socialismo operário e de seus colegas da redação e colaboradores.

22, 24, 25, 26 e 28 mar. 1919 p. 1), seguido por dezenas de comentários dos colaboradores do jornal nas semanas seguintes.

Tal como se nota na afirmação de Ribeiro, as representações sobre a melhoria da raça no meio local envolviam amálgamas e apropriações próprias dos colaboradores inseridos em um meio específico, alterando os discursos sobre a eugenia. Tais modificações são comuns no processo de passagem de um sistema de representações para outro, movidas principalmente pelas divergências entre o universo simbólico de quem emite o discurso e daquele que se apropria dele, pois, as apropriações de um signo são influenciadas pelo ambiente ao qual este entra em contato.

A passagem de um sistema de representações a outro pode, desde logo, ser entendida simultaneamente como uma ruptura radical (nos saberes, mas também nas próprias estruturas do pensamento) e como um processo feito de hesitações, de retrocessos, de bloqueios [...] (CHARTIER, 1990, p. 52).

As diferenças nas representações publicadas em um meio local específico em contraposição à discursos científicos, está em concordância com o defendido por Stepan (2005, p. 123) que afirmou que, nas ressignificações da eugenia no Brasil, “a leitura feita dependia das circunstâncias locais e de fatores ideológicos”. Tal como afirma Pocock, “A difusão de uma linguagem pode ser uma história muito diferente da sua criação” (POCOCK, 2003, p. 69).

Nessas representações sobre princípios de melhoria da raça e espécie, a percepção de alguns termos por Reis é bastante particular e ligada às necessidades de seus discursos. Porém, quando analisados em seus grupamentos de significados e regiões de sentidos, o entendimento da aplicação dessas terminologias por Reis permite a compreensão de diálogos do redator com as questões da sociedade naquele momento, tornando assim possível a análise e a compreensão dos significados aos quais ele se utilizava, não obscurecendo, mas sim enriquecendo os sentidos das falas do indivíduo.

A permissividade de Reis possibilita a existência de representações nas publicações, que são divergentes e até mesmo opostos à essa postura da redação, dando origem à discussões e debates sobre o tema. Nas páginas do jornal, até mesmo discursos restritivos comuns à eugenia negativa como a seleção imigratória e matrimonial e mesmo segregação e esterilização são publicados em algumas edições mesmo em ocasiões em que se opunham e chocavam com os princípios do arcabouço eugênico defendido por Reis e pelos outros membros da redação.

Um exemplo dessas ressignificações das terminologias evolucionistas ocorre em 1914 quando Reis se posiciona contra a “seleção”, e, especificamente a seleção que apregoava o extermínio dos indígenas e uma inferioridade da raça brasileira.

Não percebemos bem qual a razão porque alguns famosos evolucionistas, catedráticos monistas, gente que pigarra grosso antes de encher a boca com a palavra “seleção”, alguns apenas, (não todos) decretaram sentenciosamente a eliminação do selvícola, como uma medida de aperfeiçoamento da raça humana. [...] E por aí afora dispararam aconselhando, com termos muito velados e torneios velhacos, para não assombrar a burguesia, até a exterminação dos velhos, doentes e inúteis da sociedade. Não admira assim, que alguns sábios germânicos, frementes de exaltação patriótica, proclamem a raça alemã a única capaz e digna de viver com preponderância sobre as demais. Exageremos um pouquinho mais o patriotismo, aliás desculpável, deste último asserto, e chegaremos à conclusão de que, quase só o alemão será digno de viver (REIS, 10 nov. 1914, p.1).

Vale lembrar, Reis conhecia a teoria darwiniana e era inclusive um leitor de Darwin, sendo um dos autores constantemente citado por ele nas páginas da publicação, desde a época em que atuava como redator literário, quando se utiliza de critérios da seleção e cita Darwin para defender a implantação da lavoura de trigo em Ponta Grossa (REIS, 31 ago. 1909, p. 1). Assim, Reis não estava se opondo aos pressupostos da Teoria da Seleção Natural, mas sim a alguns significados que a “seleção” estava tomando, e especificamente, algumas ideias ressignificadas alinhadas a eugenia restritiva. Nesse artigo, o termo “seleção” tem por significado “seleção humana” ou mais especificamente seleção humana racializada por interferência restritiva no meio biológico.

Nesse texto, ele se posiciona contra os princípios de aprimoramento da raça que afirmavam uma inferioridade racial do caboclo brasileiro e a necessidade de controlá-los e eliminá-los, ironizando também outros aspectos da restritividade eugênica como o controle dos doentes e dos indivíduos considerados por alguns eugenistas como inferiores.

Convém notar que Reis poderia estar exagerando ao afirmar que naquele momento, alguns defensores da seleção humana aconselhavam o genocídio indígena ou a “exterminação dos velhos, doentes e inúteis da sociedade” (REIS, 10 nov. 1914, p.1). Porém, deve-se observar que o exagero utilizado por ele é uma estratégia de discurso para conquistar a opinião do leitor. Essa estratégia permite que ele dialogue e atraia o leitor para se alinhar a esse e outros discursos da redação sobre a questão da seleção humana, como a defesa da influência do meio social no aprimoramento humano e consequentemente de promoção de estratégias de atuação na sociedade para a melhoria da raça (RIBEIRO, 9 jul. 1915, p. 1) ou

ainda, para reforçar o discurso de oposição à ideia de superioridade da raça alemã - e inferioridade brasileira - , citado por Reis nesse mesmo discurso (REIS, 10 nov. 1914, p .1).

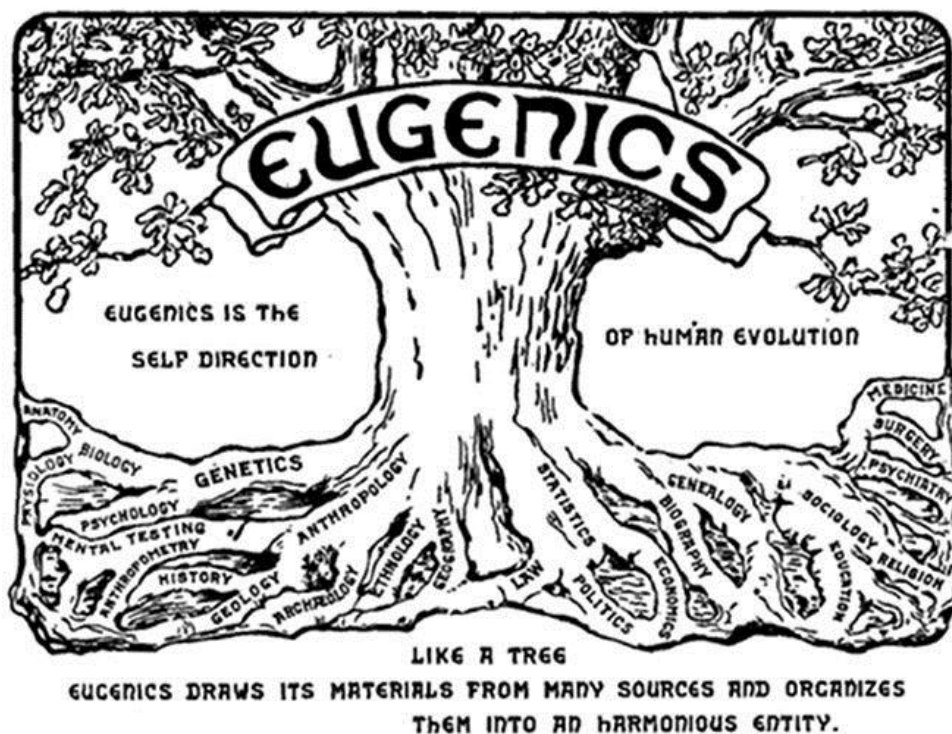
Além de Darwin, Reis – assim como os outros membros da redação - também se apropriou do discurso sociológico de Euclides da Cunha, o qual também era constantemente citado e teve sua morte lamentada na edição de 1909 (REIS, 19 ago. 1909, p.1) e Silvio Romero, que teve diversos textos republicados no jornal³⁶ (ROMERO, 16 nov. 1909, p. 1) e também cuja morte foi lamentada em 1914 (DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 jul. 1914, p. 1).

Nota-se também que o posicionamento de Reis na maioria das vezes se aproximava com os princípios de uma eugenia com um viés mais sociológico, próximo dos ideais neolamarckistas, da defesa de uma atuação no meio social para aprimoramento da raça. Isso o distanciava, em muitos casos, dos aspectos biológicos e especialmente da intervenção restritiva que alguns defensores da eugenia - especialmente estadunidenses - propunham.

Isso se torna bastante perceptível ao analisar a reinterpretação que Reis se faz do signo da árvore eugênica. Esse signo era bastante usado pelos eugenistas para representar o ideal das ciências favorecendo na formação de uma sociedade eugenizada, e foi inclusive, o logo oficial da 2º Conferência Internacional da Eugenia, realizada em New York, Estados Unidos, em 1921.

³⁶ O texto republicado em 16 de novembro de 1909 intitulado “O povo brasileiro em suas origens” é inclusive, um dos mais marcantes textos de Romero, no qual ele defendia a existência de três raças na formação de uma nação brasileira e a colaboração desigual de cada uma delas para a formação da “raça brasileira”. Carvalho Costa (2006, p.161) ao estudar a teoria racial de Romero, aponta que “sua concepção de nação era essencialmente alicerçada em uma tentativa de conciliação entre os conceitos deterministas de raça e meio”, concepção esta que influenciou as representações publicadas no jornal, estando presentes nos discursos de Reis e na opinião majoritária da equipe da redação.

Figura 7: A árvore eugênica



Logo da 2ª Conferência Internacional da eugenia. A árvore eugênica era um signo bastante utilizado pelos defensores da eugenia – principalmente pelos estadunidenses entusiastas da eugenia - para explicar a atuação dessa ciência junto a sociedade. Para eles a eugenia, assim como uma árvore, se apropriava dos conhecimentos de diversas ciências para a promoção do aprimoramento humano. FONTE: ResearchGate.

Porém, nas páginas do Diário dos Campos, Reis se utiliza esse signo para criticar alguns aspectos relacionados à discursos e práticas da eugenia negativa. Ele afirma que “pela magnífica teoria, uma vez que se obtivesse uma árvore formada, ficava-se com as folhas e cortava-se o tronco, ou conservava-se o telhado de uma casa destruindo o alicerce (REIS, 10 nov. 1914, p .1).

Ou seja, a utilização que Reis faz da árvore eugênica nesse texto diz respeito apenas indiretamente ao aspecto teórico da relação entre a eugenia e os discursos científicos. Seu artigo tinha por objetivo atacar os discursos da eugenia que defendiam práticas de restrições na seleção eugênica. Para Reis, essa “magnífica teoria” quando entendida sem considerar o ambiente brasileiro, significaria “cortar o tronco” e “destruir os alicerces”, ou seja, restringir e segregar parte da população nacional, que aos olhos dele também deveriam fazer parte do projeto eugênico brasileiro.

Outros princípios ligados a essa eugenia social também estão presentes nas representações construídas por Reis, como é o caso da associação entre progresso e evolução, que é notado no seu discurso, seja como evolução da espécie, ou da “raça”. Sua apropriação

dos princípios do argumento evolutivo se mostram nesse discurso ao qual ele defende a importância do meio social para o aprimoramento da espécie.

A biologia social afirma e a prática o verifica, que as evoluções sociais, a vida de qualquer sociedade, como a evolução, a vida dos indivíduos, são resultados fatais da soma dos fatores naturais que lhes dão tal vida, e entre estes, como construtor principal está o meio, que é uma forma do tempo (REIS, 4 fev. 1911, p .1)

Em sua defesa pela atuação no meio social, Reis defende a miscigenação por branqueamento com um dos possíveis remédios para a melhoria da no meio local. Em um artigo sobre Itaiacoca, um distrito da cidade de Ponta Grossa em expansão naquela época, ele advoga pela chegada de imigrantes para a promoção da miscigenação e desenvolvimento do que seria uma “raça forte”.

Uma vez que colonos estrangeiros fossem ali intercalados com os nacionais, haveria uma perfeita assimilação e dentro em pouco tempo um povo forte e robusto surgiria dessa gleba privilegiada para a grandeza e prosperidade de nosso Estado (REIS, 28 mar. 1914 p .1).

Nota-se nesse excerto, que além da miscigenação biológica, Reis também defendia uma assimilação cultural em que imigrantes e moradores antigos da localidade seriam intercalados, assimilados e dariam origem a um povo privilegiado e próspero.

Seus textos com relação à melhoria da raça são, assim, fortemente ligados à ideia de promoção do que se acreditava ser melhores condições no meio social para possibilitar um aprimoramento. Seus discursos também envolviam a disciplinarização das condutas que considerava que poderiam conduzir as “pessoas de bem” aos caminhos da “dissolução dos costumes que anda par e passo do progresso e da riqueza pública vai ganhando Ponta Grossa” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913, p .1), pois para ele, a presença de “males sociais” poderia conduzir à “degeneração racial”.

Contudo, apesar de o pensamento do redator ser central enquanto influenciador nas representações presentes no jornal - e em muitos casos a opinião do jornal se confunde com a sua – ele também estava sujeito à configuração estabelecida, e conseqüentemente, também seguia as normas do que era ou não aceito para ser publicado.

Hugo seria incapaz, de asseverar num escrito assinado que os princípios preponderantes da raça brasileira são herança do negro, isto é, o servilismo e a subserviência, porquanto erudito como é, deve saber que os cimentos

componentes da nossa raça não se restringem a esses dois fatores de inferioridade patente (JUNQUEIRO E GUERRA, 29 mar. 1916, p. 1).³⁷

Assim, a ideia de aprimoramento de Reis envolvia primordialmente a interferência no meio social para o aprimoramento da espécie, ligando-se principalmente ao neolamarckismo e a leituras próprias e negociações com a configuração local que interferiam na forma com que os discursos acabavam sendo publicados no jornal. Embora seu discurso fosse predominante na publicação, também Reis possuía alguns limites, notadamente ordenados em sua relação e suas negociações com outros colaboradores do jornal, principalmente os mais próximos da redação. A publicação de um texto no *Diário dos Campos*, era constantemente negociado e dialogado, e embora limitasse, não excluía a possibilidade da publicação de representações divergentes e debates intensos, como ocorreu nos casos de publicação de textos de colaboradores com um viés divergente do discurso majoritário da redação.

OS COLABORADORES DO *DIÁRIO DOS CAMPOS* E A QUESTÃO DO APRIMORAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A construção do discurso eugênico no meio local envolvia não apenas a restrição e a liberdade de expressão consentida, mas também negociações, disputas retóricas e embates entre diferentes apropriações. Tal como Chartier pensa a representação como “um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades” (CHARTIER, 1991, p. 178), também os signos e significados presentes na publicação apontam para um processo de construção e fluída transformação dos princípios de melhoria da raça no meio local.

Como foi apontado, ainda que o termo “eugenia” apareça raramente nas páginas da publicação, o mesmo não ocorre com um círculo de palavras cuja teia de significados estavam ligados a ela, sendo o aprimoramento da população uma das questões centrais debatidas nas páginas do jornal na época.

Embora a existência de uma diversidade de discursos sobre a questão da raça e eugenia no jornal não impedisse que houvesse uma linha mais ou menos oficial de posicionamentos dos colaboradores da publicação sobre a questão, a “linha editorial” não era rígida, havendo mesmo entre os colaboradores próximos da redação, variações de posicionamento, ao mesmo tempo em que a política de publicação permitia a presença de

³⁷ Trata-se de um pseudônimo. Junqueiro e Guerra pode ter se inspirado no escritor e poeta português Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923) que foi citado como Guerra Junqueiro mais de 70 vezes no *Diário da Tarde* de Curitiba entre os anos de 1889 e 1923, especialmente pelo seu trabalho de poeta e seus textos literários.

discursos que, em diversos aspectos, eram amplamente divergentes da “espinha dorsal” da posição da redação.

As variações nos pareceres entre os colaboradores estavam ligadas a diversos fatores como, a especialidade, interesse e formação de cada um deles. Assim, por exemplo, Flávio Carvalho Guimarães, de formação nas Ciências Jurídicas e com influência da linha neolamarckista, publicava artigos voltados para o aprimoramento da sociedade a partir de princípios da atuação no meio, assim como Alcides Ribeiro, que tinha uma trajetória enquanto educador, apontava as possibilidades de melhoria da raça a partir de ações no meio educacional. Embora eles concordassem, em linhas gerais, nos princípios teóricos que conduziram à chamada melhoria da raça, os enfoques em seus discursos eram específicos.

Ao mesmo tempo, a presença de discursos francamente divergentes, eram ligados também à personalidade, formação e especialidade daquele que o enunciava. Um indivíduo como Francisco Barbosa Maciel, que, sendo um médico, era considerado como um especialista nos assuntos ao qual essa ciência se encaixava, e inicialmente, respeitado pelo seu cabedal acadêmico. Assim, é compreensível que seus discursos sobre a questão do aprimoramento da população fossem enfocados especialmente através de um discurso ligado à Ciência da qual era representante.

Porém, isso não significa que a especialidade acadêmica e a posição social fossem os únicos critérios que definissem o reconhecimento e o interesse de produção e publicação de discursos sobre um determinado tema - como a eugenia – no jornal. Fatores econômicos e até mesmo laços afetivos influenciavam no aceite e espaço dado aos textos³⁸.

Vale lembrar que alguns dos enfoques centrais para a eugenia nos discursos locais estavam distantes dos pressupostos do discurso de Galton, que inclusive se opunha a uma predominância do meio social como um dos responsáveis pela degeneração ou aprimoramento da espécie. Porém, tal como foi apontado, no Brasil, a questão do aprimoramento eugênico apresentava peculiaridades, e também em Ponta Grossa essas construções representativas próprias foram frequentes.

Assim, é importante analisar a existência e os sentidos dos posicionamentos dos colaboradores da publicação em relação aos temas centrais da questão do aprimoramento da raça no meio local daquele período, como a possibilidade ou não de um aprimoramento da

³⁸ Tal é o caso de Carvalho Guimarães, por exemplo. Além de ser economicamente bem estabelecido e intelectualmente aceito, Guimarães também possuía uma relação afetiva bem próxima de Reis, apresentando ideias próximas com relação ao aprimoramento da raça e atuando na greve de 1917. Foi inclusive chamado de “defensor ardente de todas as liberdades, beleza moral, intelectual e material” em uma nota da redação (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 jul. 1916, p. 1).

população, os discursos de branqueamento e seleção imigratória como medidas de proteção e aprimoramento da raça, o combate aos venenos raciais, a seleção matrimonial e o combate a criminalidade, que foram constantemente notadas nas páginas do jornal.

Uma característica dos discursos no jornal sobre a eugenia é que a maioria dos casos eles não davam ensejo a longos debates, sendo que geralmente os posicionamentos de colaboradores e membros da redação eram publicados em uma ou duas edições e davam origem a curtos debates que envolvia no máximo uma réplica ou uma tréplica.³⁹

A brevidade dos debates, além de apontar para uma certa concordância ou, em alguns discursos, uma discordância total, demonstra também, uma certa estabilidade do discurso da redação, pois mesmo nos casos de discordância completa, ela envolvia também um dissentimento até mesmo de outros membros do circuito comunicativo, como leitores e patrocinadores. Assim, pode-se compreender que quando a discordância era total ou próxima a isso, não havia a necessidade de oposição da redação ao discurso publicado.

Essa relativa estabilidade nos posicionamentos dos colaboradores, percebido como em concordância com a configuração construída naquele ambiente, permitiu que alguns dos conjuntos de significados sobre a construção do discurso eugenista que aparecem nas páginas do jornal pudessem ser articulados em um agrupamento por temática, pois possibilitam uma compreensão do discurso mais ou menos estável sobre os temas. Assim, nos próximos subtítulos serão apontadas as representações sobre o branqueamento e “venenos raciais”, que eram dominantes e aceitas pela redação da publicação, sendo bastante comum nos discursos de seleção do jornal, e as raras exceções em que articulistas defenderam aspectos restritivos para a seleção da raça.

A QUESTÃO DO BRANQUEAMENTO NOS DEBATES SOBRE RAÇA E EUGENIA NO JORNAL

Nos finais do século XIX, o Brasil era descrito internacionalmente como “uma imensa nação mestiça” (SCHWARCZ, 1994, p. 137). Com isso, a necessidade de dialogar com os pressupostos científicos das “nações civilizadas” colocava os pensadores brasileiros em uma difícil questão, pois os discursos estrangeiros de miscigenação racial posicionavam a sociedade brasileira em situação de inferioridade em relação aos países europeus.

³⁹ O único caso que por motivos próprios, dá origem a um longo debate será analisado especificamente no próximo capítulo, em suas características, peculiaridades, complexidades.

Se falar na raça parecia oportuno — já que a questão se referendava empiricamente e permitia certa naturalização de diferenças, sobretudo sociais —, o mesmo tema gerava paradoxos: implicava admitir a inexistência de futuro para uma nação de raças mistas como a nossa. Isto é, o conjunto dos modelos evolucionistas não só elogiava o progresso e a civilização, como concluía que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro, e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade. Evidenciava-se a defasagem entre as teorias deterministas que chegavam de fora quando pensadas em função da realidade mestiça de dentro e a rigidez da teoria quando o objeto em questão era a nação brasileira. A saída foi então preconizar a adoção do ideário científico, porém, sem seu corolário teórico — aceitar a ideia da diferença ontológica entre as raças sem a condenação à hibridação — à medida em que o país, a essas alturas, encontrava-se irremediavelmente miscigenado (SCHWARCZ, 1994, p. 138).

A defesa do branqueamento pela miscigenação como uma saída para a heterogeneidade racial, tinha entre seus principais defensores, o constantemente citado pelo *Diário dos Campos* Silvio Romero que defendia que “Em nenhuma outra região deu-se em tão larga escala a mescla de gentes diversas como no Brasil. [...] De todas essas origens, vai saindo o brasileiro, por excelência o tipo de hoje, e ainda mais característico – o do futuro” (ROMERO, 16 nov. 1909, p.1).

Como foi apontado, essa “saída brasileira” foi divulgada e propagandeada até mesmo para o público estrangeiro, envolvendo a participação do então Diretor do Museu Nacional João Batista Lacerda no I Congresso Internacional de Raças, realizado em Londres em 1911 onde expôs o argumento já conhecido entre os defensores do branqueamento no Brasil (HOFBAUER, 2002, p. 7-12) de que “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (SCHWARCZ, 1994, p. 138).

A realização desse evento foi divulgada em grandes jornais do país e *O Progresso* republicou em 18 de maio de 1911 um artigo do jornal *Estado de São Paulo* sobre o Congresso. O discurso do jornal considerava que a “melhoria da nação” envolveria também a participação dos poderes públicos para a realização do aprimoramento racial, pois a questão do progresso, segundo ele, estava intrinsicamente ligada a melhoria da raça.

Uma das coisas mais difíceis, mais demoradas, é sempre o entenderem-se os poderes públicos de cada espécie todas as vezes que, para um fim qualquer, é preciso que convirja a ação de ambos para a realização deste ou daquele melhoramento, e isso porque ainda não chegamos a separar política de administração, apesar de todo o nosso puff de nação civilizada. Está na massa do sangue; é a raça (O PROGRESSO, 18 mai. 1911, p. 1).

Segundo os significados construídos nas páginas do jornal, essa questão abrangia não apenas estratégias de estímulo ao aprimoramento da espécie, mas também, artifícios que visassem impedir que o oposto, a degeneração da raça, ocorresse. Por isso, a equipe da redação e colaboradores próximos buscavam criar um ambiente que funcionasse como um espaço de discussão e defesa não apenas das ferramentas para o que se considerava ser a evolução da raça, mas também do controle dos possíveis ameaçadores que, segundo eles, causariam o perecimento da mesma.

Entre as representações presentes nas discussões no jornal, é preciso levar em conta que, para os articulistas, até mesmo o ideal de branqueamento tinha algumas regras na sua aplicação. Alcides Ribeiro, filho de fazendeiros, formado na Escola Normal de Curitiba e professor de primeiras letras em Ponta Grossa (DIÁRIO DA TARDE, 26 out. 1906), estava entre aqueles que acreditavam em uma melhoria através do branqueamento. Contudo, a miscigenação racial deveria excluir alguns grupos considerados por ele como inferiores, pois segundo pensava, a presença de indivíduos negros era um dos responsáveis pelo atraso do país.

A raça que se forma no Brasil, devido ao elemento negro, é uma raça inferior, que geralmente degenera. Essa raça vinda da África tem causado um imenso prejuízo ao teu país. Há de ser difícil de ele se poder livrar dessa influência má, que lhe tolhe os passos a todo momento (RIBEIRO, 27 set. 1920, p. 1).

Nesse aspecto, a posição hegemônica do jornal coadunava com a de Ribeiro, também propagandeando que alguns cruzamentos deveriam ser restringidos, como ligações de determinados indivíduos de “raças” consideradas inferiores com superiores, e cruzamentos de indivíduos tidos como degenerados, doentes ou ambos.

À primeira vista isso essa ideia de impedimento para determinados cruzamentos poderia significar a impossibilidade da miscigenação. Porém, mais uma vez, o aprimoramento e o racismo não são os únicos discursos amalgamados nesse texto. Há também nas entrelinhas a valorização do macho. Esse terceiro elemento é o que defendia que um cruzamento entre um homem branco e uma mulher negra era aceitável, mas que um homem negro com uma mulher branca resultaria em um “escurecimento da prole” atrasando o branqueamento. Ou seja, os homens negros deveriam ser excluídos do processo⁴⁰.

⁴⁰ Para efeito de análise, sugere-se ao leitor que retorne brevemente à pintura “A Redenção de Cam” na página 37 e note que nenhum negro de sexo masculino aparece na pintura de Brocos.

Em outro momento, já no ano de 1920, a redação novamente se fundamentava no parecer de que as raças estavam em constante transformação, mas que para o aprimoramento, era necessário que ocorressem restrições na miscigenação.

O desenvolvimento de uma raça qualquer, para levá-la a ao ponto culminante da sua cultura intelectual, depende principalmente das condições e meios: é indispensável que ela seja forte, composta por elementos capazes de formá-la vigorosa e resistente, evitando os cruzamentos prejudiciais e que encontre um meio favorável para o seu desenvolvimento social e econômico (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 abr. 1920, p. 1).

Nota-se que as regras dessa normatização da miscigenação não são afirmadas abertamente. Mais uma vez se fala em evitar “cruzamentos prejudiciais”. Os grupos restringidos não são citados, mas o estudo das ausências nos conjuntos de textos aponta que para a redação o branqueamento deveria excluir doentes e homens negros e outros grupos que, segundo os entusiastas locais, atrasariam o processo de embranquecimento da população.

Os discursos no jornal, estando mediados e negociados em um ambiente relacional, faziam com que houvesse uma proximidade entre suas ideias, e mesmo que alguns colaboradores costumassem produzir textos sobre um ou outro aspecto da questão, o eixo central das ideias que moviam seus discursos era próximo, tornando possível observar uma espécie de linha de ação da redação do jornal, na qual o branqueamento era considerado um aspecto fundamental para a eugenia brasileira.

Nessa perspectiva, a questão do branqueamento dava ensejo a discursos no jornal sobre as políticas de imigração, e especificamente, sobre a inserção de determinados grupos de imigrantes na região. Para a redação do jornal, a entrada de estrangeiros poderia significar um acréscimo de população eugenicamente superior que alavancaria a evolução da raça, mas também, se não selecionados, a inserção de grupos considerados inassimiláveis, eugenicamente defeituosos, e que tornariam as condições de degeneração da raça ainda mais contundentes.

Enquanto em todos os países do mundo os imigrantes japoneses são considerados indesejáveis, o Brasil lhes abre portas para satisfazer os magnatas de São Paulo, muito embora tal política crie embaraços, no futuro para a nação brasileira (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 jul. 1921, p. 1)

Schwarcz ao estudar os discursos contra a imigração no final do século XIX em São Paulo, também notou esses princípios de restrições à imigração de determinados grupos, e aponta que os defensores desses posicionamentos consideravam os imigrantes orientais e

africanos como “inassimiláveis, portadores de línguas e costumes estranhos aos nossos, praticantes do suicídio e do ópio” (SCHWARCZ, 1994, p. 142).

Convém lembrar que a utilização da imigração como uma ferramenta para o aprimoramento da raça constitui um ponto de divergência em relação a teoria de Galton e se aproxima especialmente às apropriações de princípios do aprimoramento racial no meio nacional, sendo esta, amplamente influenciada pelas perspectivas neolamarckistas da alteração no meio para melhoramento de seus habitantes (STEPAN, 2005).

Na teoria de Galton, a imigração teria como consequência permitir uma aproximação e mistura de indivíduos eugenicamente superiores com inferiores, o que resultaria na produção de descendentes degenerados (WARD, 1910). Seus seguidores, inclusive, em diversas partes do mundo, pressionavam seus governos para que houvesse uma regularização e restrição da imigração, como foi o caso do *Immigration Act of 1924* que regulamentou a imigração nos EUA entre 1924 e 1965, e que se baseava nos princípios de restrição imigratória que eram defendidos por eugenistas estadunidenses como Charles Davenport (LEHTINEN, 2002, p. 69-125).⁴¹

No Brasil, porém, a questão da imigração envolvia também um arcabouço de conceitos que estavam sendo pautadas por pensadores sobre o tema e que interferiam na concepção racial do país e consequentemente, nas ideias e possibilidades para a desejada melhoria das futuras gerações da nação.

Sendo a miscigenação um dos “remédios” para a questão da raça, o enfoque principal para um aprimoramento da sociedade não poderia ser de blindar o “plasma germinativo”⁴² restringindo a chegada de imigrantes, mas sim, em estimular a chegada de indivíduos de “raças superiores” e, com isso, para os que consideravam a miscigenação como um aspecto positivo para a melhoria da raça, possibilitar uma aceleração no processo de melhoria da nação.

Assim, é principalmente em diálogo com o discurso nacional e atendendo às necessidades locais que se constituía as discussões sobre a questão da raça e branqueamento da região, nos quais o estímulo aos imigrantes selecionados e a restrição aos considerados

⁴¹ Inclusive em 25 de fevereiro de 1920 Davenport (1866-1944) já havia proposto no Comitê de Imigração da *Eugenics Research Association*, uma série de propostas com o intuito de “proteger o germoplasma da nação” (MINUTES OF MEETING, 25 fev. 1920, p. 1).

⁴² Plasma germinativo ou germoplasma era, segundo o biólogo August Weismann (1834-1914), o material responsável pela hereditariedade, contido nas células reprodutivas enquanto que plasma somático era as células restantes do corpo. Vale lembrar que segundo seus princípios evolutivos, o aprimoramento da espécie humana apenas seria conseguido a partir da ação no ser humano, e não no ambiente, pois, segundo ele, não haveria possibilidade de o ambiente interferir numa melhoria da raça (STEPAN, 2005, p. 32).

como “inaptos” se tornaram questões amplamente levantadas nos debates sobre aprimoramento racial no meio local.

Já em 1910, o longo texto intitulado “Assimilação estrangeira”, publicado em 8 de setembro, com responsabilidade da redação, da qual já nesse momento Hugo dos Reis era chefe, tratava sobre a chegada de estrangeiros e tendo como temática central a necessidade e as “vantagens” da assimilação dos imigrantes, e buscava enfatizar sobre a possibilidade de importar grupos de indivíduos considerados “racialmente superiores”.

Propondo-se colocar em um viés de uma análise científica, a redação pretendia defender a miscigenação com os estrangeiros europeus, da qual, segundo eles, adviria uma “raça pura” e com qualidades superiores no Estado do Paraná.

Considerando a imigração paranaense, sente-se de um conjunto, primeiro, o núcleo brônzeo da raça imperialista, a infibratura dos filhos do Paraná, cujas características étnicas gerais são os próprios brasileiros, inteligência, audácia, ímpeto, bravura generosa, que em um cinquentenário apenas vem trazendo o estado mais moço da República [...] ao lugar proeminente que ocupa na exportação, na história, nas letras, em toda a vida nacional. De outra parte sente-se, o contingente estrangeiro de assimilação lenta, em várias gradações, que, certo, no decurso de anos, na integração dos diversos componentes físicos dessas raças diversas, formarão no laboratório do tempo uma raça típica, ora em formação, a qual, em futuro não muito remoto, permitirá, pelos caracteres fisiológicos, pela frenologia⁴³, distinguir o homem do Paraná (O PROGRESSO, 8 set. 1910, p.1).

Assim, a assimilação estrangeira era vista como um dos elementos cruciais para a formação da população paranaense, a qual, segundo a redação, daria origem à raça superior em um processo “não muito lento”, na qual as raças imigradas iriam se adaptar às normas administrativas e culturais da sociedade paranaense, ao qual juntariam suas “qualidades raciais”.

Essas raças vêm absorver o arcabouço do estado constituído pela nacionalidade brasileira, de forma sob o ponto de vista social e político, isto é, de adoção da nacionalidade, de interesses, de patriotismo, uma colonização de agregação que aos poucos se torna em segregação do centro, do âmag, do eixo, da origem (O PROGRESSO, 8 set. 1910, p.1).

⁴³ Aqui aparece mais uma das contribuições de Lombroso que foram utilizados no arsenal da questão racial e que nos discursos locais, aparece ligado à possibilidade de aprimoramento da raça. A Frenologia era a Ciência que buscava identificar a partir do estudo físico do formato da cabeça e suas protuberâncias, as características psicológicas e a personalidade do indivíduo. Essa ciência foi especialmente utilizada para identificar os criminosos e indivíduos que supostamente sofriam da disfunção criminativa, e seus defensores acreditavam que a partir dela, seria possível identificar os prováveis criminosos, mesmo antes de cometerem o crime (MENDES, 2006).

Entre os grupos de imigrados, havia uma certa predileção pelos euro-latinos, e especialmente, pelos imigrantes italianos, que são seguidamente citados. A imigração italiana, inclusive, deu ensejo a publicação de um discurso do criminologista italiano Enrico Ferri (1856-1929) em que defendia a imigração na América do Sul, transcrito no jornal nas edições desde 8 de abril até fins de maio de 1911.

A imigração italiana também foi elogiada no “A assimilação estrangeira”, em que a redação afirmava que “Havemos, pois, tendo em vista a urgente necessidade da colonização rural do nosso estado, e particularmente de Ponta Grossa, de escrever sobre a conveniência da imigração italiana para a cultura dos nossos campos (O PROGRESSO, 8 set. 1910, p. 1).

Outro discurso cuja temática central era a questão da seleção imigratória como uma das ferramentas para o branqueamento e consequentemente ao que se considerava ser a melhoria da nação é o artigo “A imigração selecionada”, de 9 de fevereiro de 1911, em que o autor tratava da possibilidade de uma companhia norte americana trazer ao Brasil apenas imigrantes que possuíssem um certo valor em bens materiais. Para a redação, esse tipo de imigrante era especialmente positivo, pois, o fato de ter acumulado capital monetário era, para eles, uma das provas de sua aptidão eugênica.

Se de um lado a solidariedade humana e as leis da humanidade, bem como a biologia social, aconselham a um país receber ainda mesmo que os restos doentes decepados dos organismos de outros povos, em determinado meio, visto que noutro essas parcelas doentes poderão com a transplantação e a aclimação desenvolver as melhores qualidades latentes, hereditárias ou atávicas, todavia, o critério da seleção, pela fortuna, se bem que ainda falho, é todavia um critério aplicável na escolha de colonos cujos haveres denotem certamente uma seleção originária já em caminho de aperfeiçoamento, que aqui mais rápido se acentuará (O PROGRESSO, 9 fev. 1911, p. 1).

Se por um lado é peculiar a fortuna ser utilizada como um dos critérios para averiguar a qualidade racial e eugênica do indivíduo, por outro, o mesmo texto faz uma crítica aos grupos de imigrantes que chegavam ao Brasil sem ter nenhuma condição monetária para se estabelecer. Tal era o caso dos imigrantes napolitanos, muitas vezes sem condição financeira que vinham do sul da Itália⁴⁴. Para a redação, embora o segundo grupo fosse também necessário, o primeiro era preferível.

⁴⁴ A Itália passou na segunda metade do século XIX por um processo de unificação a partir do Reino de Piemonte-Sardenha. Nesse processo, conflitos e invasões originadas a partir do Norte foram unindo e conquistando as regiões do sul da península, dando origem à monarquia italiana sob direção do Rei do Piemonte. Porém, tal unificação também deixou à mostra as divergências e desigualdades entre o norte e o sul da Itália, o que favoreceu à saída de milhares de imigrantes, na maioria deles em virtude das difíceis condições de vida, do sul do país para a América (SANTOS, 2006).

Assim, com a defesa de uma imigração seletiva, o jornal apontava que alguns grupos deveriam ser mais bem aceitos que outros. Também em alguns momentos, a redação do periódico se propôs a fazer uma espécie de propaganda de alguns grupos de imigrantes, o que aponta também para os desafios que levaram à necessidade da ocorrência dessa publicidade.

Um caso especial é o artigo de 22 de junho de 1909, que trata da colônia Síria em Ponta Grossa, na qual redação do jornal defende esses imigrantes da acusação de serem responsáveis pela introdução de uma série de “males raciais” na população local, oriundos da vinda do jogo do bicho da qual advinha “a corrupção e a desgraça”, e que estariam favorecendo a degeneração da sociedade⁴⁵. Assim, o jornal, em um discurso apologético, defendia que a presença dos imigrantes sírios era um componente positivo para a sociedade local, pois tratavam-se principalmente de comerciantes, o que de acordo com o discurso do jornal, condizia com o ideal de progresso da cidade.

A colônia Síria, como toda colonização que procura as vantagens de nossa terra, onde a tudo a fazer, diligencia, e nas razões de suas forças e inteligência concorre para o engrandecimento da pátria a qual se filiam os seus como bons brasileiros (O PROGRESSO, 22 jun. 1909, p. 1).

Um aspecto a ser considerado é que a necessidade de publicação desse texto também deixa nas entrelinhas a existência de discursos entre grupos de indivíduos da sociedade local que se colocavam em oposição à vinda de imigrantes do Oriente Próximo. O jornal não deu espaço à publicação desse posicionamento oposto às suas convicções, mas citou que o mesmo foi publicado em “um jornal cujo nome ocultamos” (O PROGRESSO, 22 jun. 1909, p. 1). Com isso, nota-se que embora *O Progresso* se esforçasse para criar um discurso dominante sobre a necessidade do branqueamento, da chegada de imigrantes e buscasse defender o estabelecimento de critérios para a seleção dos mesmos, havia outros indivíduos que se opunham aos princípios defendidos pelo jornal e que por isso, em determinadas situações, podiam ter espaço negado nas páginas do impresso.

OS VENENOS RACIAIS EM DEBATE NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DOS CAMPOS

⁴⁵ Sobre a introdução do jogo do bicho, não foi possível determinar quem trouxe a Ponta Grossa. Porém, o jogo do bicho era tão presente em Curitiba e Ponta Grossa que era motivo de sátiras do jornal *O olho da rua* de Curitiba, que em versos brincava que “Há ou não há o jogo do bicho em Ponta Grossa? Eu creio que não existe lá como não existe aqui” (O OLHO DA RUA, 1909, p. 20). A ironia dos versos confirma que havia o jogo do bicho em ambas as cidades.

Como foi apontado anteriormente, um dos princípios divulgados pela redação do jornal era que a melhoria da nação dependia, em grande medida, das alterações no meio social, e, cabia aos organismos públicos e particulares interferirem de forma adequada para promover a melhoria e impedir o que consideravam ser a degeneração e o atraso racial da sociedade.

Com isso, o esforço da equipe do jornal em defender métodos e ações no meio social que estimulasse o melhoramento da população ocorria simultaneamente aos discursos de disciplinarização dos grupos que, segundo os colaboradores, apresentavam tendências a possuir e estimular a degeneração. Além disso, a redação também buscava estimular a adoção de estratégias de modificação do meio para impedir a “perversão” da raça (GUERRA JUNQUEIRO, 2 ago. 1910, p. 1; PENA, 23 ago. 1910, p. 1).

Os mecanismos do meio social que, segundo os eugenistas, se apropriados pelo indivíduo, provocariam a sua degeneração racial e causariam a deterioração da raça, eram chamados de “males raciais” ou “venenos raciais” (SALEEBY, 1910, p. 30). As representações sobre eles apareceram de forma bastante constante nas discussões sobre a questão da melhoria da raça no jornal durante o período analisado. Segundo os debatedores do tema, a degeneração racial poderia ser transmitida para seus descendentes, e com isso, a presença dos “males raciais” causaria a degeneração das futuras gerações e o atraso e impedimento do aprimoramento da população (O PROGRESSO, 13 jan. 1910, p. 1; DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913, p. 1).

Tal discussão também era presente no meio nacional, onde o alcoolismo, a vagabundagem, a prostituição e doenças como a sífilis eram apontados como os principais “venenos raciais” (STEPAN, 2005, p. 92). No meio local, isso incluía também os jogos de azar, a criminalidade e a falta de instrução popular, que eram citados como elementos causadores da degeneração racial, pois, segundo os defensores desse discurso, criavam um ambiente propício para a propagação desses males.

A presença desses esforços voltados para a atuação no meio social nos discursos de aprimoramento da raça nacional que os entusiastas julgavam estar em formação, respondia às necessidades de alguns grupos do meio nacional e apresentava influências neolamarckistas, em muitos casos, amalgamados com princípios de hereditariedade.

De maneira geral, os eugenistas entendiam que o ponto de partida de seus estudos deveria iniciar com as questões relativas à influência do meio sobre a saúde e a raça nacional. Deste modo, inspirados nas orientações neolamarckistas, os eugenistas acreditavam que as doenças venéreas, a

tuberculose, o alcoolismo, a nicotina e outras drogas e infecções - os chamados “venenos raciais” – poderiam degenerar a prole de pais portadores destes males (SOUZA, 2005, p. 3).

No meio ponta-grossense do início do século XX, o *Diário dos Campos* constantemente denunciava a presença do jogo – jogos de azar, principalmente o jogo do bicho -, a prostituição, o alcoolismo e a vagabundagem, como males que eram responsáveis pela “destruição dos lares” (JOÃO DAS ARÁBIAS, 10 fev. 1914, p. 1) e consequentemente, pelo que se considerava o deterioramento das futuras gerações, que segundo afirmava a opinião do jornal, viviam em um ambiente “dissoluto” e tenderiam a adquirir as características negativas do meio social (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913, p. 1.) passando-as através da hereditariedade.

Nos discursos no jornal, uma das características principais desses “males”, era a sua ocorrência enquanto um conjunto. A vagabundagem, a bebedeira, a criminalidade e a prostituição enquanto “elementos perversores” da raça, apareciam conjuntamente no decorrer de uma vida construída em meio aos males raciais. A redação buscou descrever uma trajetória seguida por um indivíduo dominado pelos venenos raciais. A trilha começava com a prostituição, sendo ele, “fruto do amor e prova do crime” e que por consequência, havia dado origem a um ser negativo e causador de males a sociedade, apresentando a diversidade dos venenos raciais. Considerando o degenerado um “bêbado por criação”, o impresso afirmava que “Um assassino sai muitas vezes, de uma garrafa. O vinho, propriedade tenebrosa, combina-se ao sangue. [...] A bebedeira seguiu-se o *delirium tremens*.⁴⁶ Naquele cérebro de perversidade passou um terremoto de loucura (GUERRA JUNQUEIRO, 2 ago. 1910, p. 1)”.⁴⁷

Estando Ponta Grossa em meio a um processo de urbanização, a redação lamentava constantemente a instalação e presença de casas de prostituição na cidade. A prática dá ensejo à publicação de diversos artigos, incluindo o editorial intitulado “O caftismo em Ponta Grossa” condenando a prática e a considerando com um veneno que conduziria a “perdição” da raça. Em meio às marcas de modernidade, o jornal utilizava de letras contundentes para destacar a presença desses estabelecimentos que julgava ser um problema para o avanço da cidade.

⁴⁶ Estado convulsional breve, acompanhado de perturbações somáticas, que usualmente acomete usuários de álcool gravemente dependentes em abstinência absoluta ou relativa (LARANJEIRA *et al*, 2000, p. 62-71).

⁴⁷ Essa é uma citação difícil de definir o autor. Pode se tratar do mesmo Junqueiro e Guerra, porém, nessa época, ele assinou o pseudônimo com essa variação. Inclusive, as variações de assinaturas e pseudônimos são comuns no decorrer do tempo nas publicações. Ou pode ser uma republicação de um artigo do poeta português Guerra Junqueiro. O que se pode afirmar é que não há nenhuma indicação na edição de se tratar de um artigo republicado, sendo que geralmente nas republicações eram indicadas a origem do texto.

A dissolução dos costumes que anda par e passo do progresso e da riqueza pública vai ganhando Ponta Grossa. Não poucas mulheres têm sido arrastadas a prostituição, seduzidas pelo palavreado insinuante dos cafténs que as levam para a abjeção do lupanar, em que impera um vício baixo, sujo, repugnante, animalizado, bestialmente estúpido (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913, p .1)⁴⁸.

No mesmo artigo, Reis fazia uma associação entre a presença da prostituição enquanto um “cancro”⁴⁹ da sociedade, uma comparação bastante presente no jornal, que afirmava que a sociedade se adoentava e se degenerava com a existência desses estabelecimentos.

Há duas casas de perdição bem no centro de Ponta Grossa, atraindo crianças que vão adquirir moléstias infames, donzelas que se tornam hetairas desbriadas. E aqueles que zabumbam como os Catões alegando Grécias e Romas, confundem amor com cio, sevícia com sedução, luxo com miséria, pus com sangue. Havemos de ter sempre à mão um ferro em brasa para cauterizar esses cancros da nossa sociedade e não será em vão que os pais de família virão bater a nossas portas (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913, p .1).

Como se observa tanto na citação quanto em outros textos sobre a questão dos “males raciais”, um aspecto contundente nos discursos da redação é a defesa de uma combatividade da população. Já em “O caftismo em Ponta Grossa” Reis afirmara que “havemos de ter sempre à mão um ferro em brasa para cauterizar esses cancros”, e, entre outros colaboradores, também o professor Alcídio Ribeiro, em “O Alcoolismo e o jogo” defendia que: “Todos os que tem a alma propensa a caridade e ao perdão; todos que se interessam pela perfectibilidade humana, devem insurgir-se contra os males sociais, contra o vício, contra o alcoolismo e o jogo (RIBEIRO, 4 fev. 1914, p. 1) ”.

Para os colaboradores do jornal, a presença desses espaços que consideravam ser lugares de propagação dos “venenos raciais” tinha como resultado o desregramento da sociedade, a qual, segundo alguns deles, estava em um processo de desorganização que corria risco de conduzir a um caminho de consumada degeneração da população. O artigo “Não nos

⁴⁸ Já em 1990 Rago apontava que era comum no início do século XX, não apenas entre a população leiga, mas principalmente entre os doutores e cientistas brasileiros a presença de discursos que associavam a prostituição nas cidades urbanizadas, a dissolução dos costumes e a “degeneração da raça” (RAGO, 1990, p. 215-225).

⁴⁹ Cancro ou tumor é uma proliferação incomum de células, evoluindo de forma anormal. Como no cancro a organização gênica é desregulada, surgem com frequência variantes celulares capazes de invadir estruturas vizinhas ou se disseminar através de vasos sanguíneos e canais linfáticos para outros órgãos (AFONSO, 2011, pp. 3-4). Da mesma forma, a utilização do termo no jornal associava essa ameaça de proliferação do cancro enquanto doença com a facilidade de difusão dos venenos raciais, especialmente os ambientes de prostituição.

illudamos” assinado pelo pseudônimo M. B.⁵⁰ buscou compilar os resultados da presença desses venenos raciais na cidade, que em meio a “sociedade civilizada” constituíam, aos seus olhos, elementos de desorganização social.

Não há infelizmente, quem possa ocultar e negar os desregramentos que campeiam em nosso meio. A existência de numerosos bordéis com a sua corte de cafténs; a chusma de salteadores à bolsa alheia, por meio de jogatinas desenfreadas em todos os recantos da cidade; a reprodução dos roubos, das violências, dos estupros, das ofensas físicas, dos homicídios, etc. tudo isso ostentado cinicamente com desrespeito às leis, à moral, à ordem – impressiona mal, muito mal a quem dedica uma parcela de interesse à comunhão social, um pouco de amor a esta terra hospitaleira e boa. Não há dia que não apareçam nas ruas da cidade indivíduos sem a mais leve noção de justiça, dos deveres como membros da sociedade civilizada, da solidariedade coletiva, indivíduos que vibram em possuir instintos mais cruéis e ferinos que as próprias feras nas brenhas. Isto é o sintoma mais frisante de adiantada gangrena social (M. B., 10 jan. 1919, p. 1).

Também o colaborador do *Diário da Tarde* e, naquele momento, acadêmico do Bacharelado em Direito Jaime Ballão Junior⁵¹, em uma colaboração ao jornal, acusava a presença dos males raciais enquanto um elemento de involução da sociedade, afirmando que a degeneração social era um fato consumado, devido às más condições a que a sociedade vivia:

Não há mais dúvida a decadência moral, dissolução dos sentimentos, e, o forte predomínio dos instintos sobre a razão, marcam, a ferro e fogo, o século da eletricidade. Voltamos a presenciar, abortos, magoados, sob a pressão de um desespero sem fim, e de uma tortura requintada, o espetáculo da decomposição social, apanágio das raças vencidas pela sensualidade e pelo ardor (BALLÃO JUNIOR, 6 mar. 1914, p. 1).

Com isso, em meio a uma produção jornalística que apontava para uma diversidade de questões e proposições sobre o aprimoramento e degeneração dos cidadãos, o professor Ernesto Penteado⁵² buscou construir em um texto quais seriam as causas da presença desses problemas que estariam causando a degeneração da sociedade. Segundo ele, a primeira seria “a causa de natureza antropológica, [que] vamos encontrá-la frisante, na alma ainda

⁵⁰ Mais uma vez, se tem um caso de pseudônimo cujo detentor é virtualmente impossível de ser encontrado. O único colaborador com iniciais próximas seria o Médico Francisco Barbosa Maciel. Porém, este assinava com nome e sobrenome e em diversos textos até mesmo com a sua titulação acadêmica. E inclusive, Maciel havia se afastado do *Diário dos Campos* e de Ponta Grossa desde meados de 1916.

⁵¹ Ballão Junior estava concluindo seu curso de Direito (DIÁRIO DA TARDE, 4 mar. 1915, p. 5).

⁵² Penteado era professor, escritor e possuía experiência no meio jornalístico. Em uma carta ao *Diário da Tarde* publicada em 20 de abril de 1908 ele afirmava que “o magistério e a imprensa tem sido os dois campos de luta da minha vida”. Ao mesmo tempo, solicitava ao jornal a divulgação de sua atuação como educador de adultos e professor particular, tendo militado em questões literárias e publicado cinco livros (PENTEADO, 20 abr. 1908, p. 1).

anarquizada da raça. Como já nos definiu um ardoroso escritor, somos um povo de explosões”. A segunda seria psicológica e social, pois, para ele, os grupos que deveriam lutar para melhorar as condições do meio combatendo os males raciais, não agiam de forma tão atuante quanto deveriam. Para ele, as “instituições moralizadoras” da sociedade como a justiça, os jornais, a polícia e os políticos, deveriam atuar de forma mais combativa para a propagação de ideias e práticas para a melhoria moral e da raça (PENTEADO, 21 dez. 1916, p. 1).

Dessa forma, o jornal “feito da vida de cada cidadão, as quais no conjunto representam a imprensa de uma sociedade” (O PROGRESSO, 15 jun. 1909, p. 1) se apresentava como uma ferramenta de atuação no meio social que condissesse com as expectativas de progresso da cidade. Nesse aspecto, a presença de elementos marginalizados da sociedade era combatida e considerada como negativa pelas páginas da publicação. Ainda em 1909 uma matéria da redação com o título de “O Mendigo”⁵³ trata a mendicância como uma doença e especificamente o pedinte como um ser dotado de “perversões”, um mal social, um indivíduo que promoveria a degeneração da sociedade (O PROGRESSO, 22 jun. 1909, p. 1).

A existência de bordéis na cidade era considerada pela redação do *Diário dos Campos* como um dos principais elementos deterioradores da sociedade não apenas pelos serviços ofertados, mas também por serem pontos de encontro que julgavam que atraíam indivíduos não-morigerados para outras práticas igualmente condenadas pelo jornal. Uma delas era o jogo, cujo “vício” já em 1909 foi tema de um artigo com título de “Sociedade enferma” em que acusava a presença na cidade do “jogo, ou antes, a progressão do vício” (O PROGRESSO, 2 out 1909, p. 1). Em 1911 a redação voltava à carga contra a prática afirmando que “O jogo, grande putrefador. Diátese cancerosa das raças anemizadas pela sensualidade e pela preguiça, ele entorpece, caleja e desviriliza os povos nas fibras de cujo organismo insinuou o seu gene proliferante e inextirpável” (O PROGRESSO, 7 mar. 1911, p. 1).

Contudo, apesar das campanhas da redação contra a existência desses “venenos raciais” na sociedade ponta-grossense e de estabelecimentos especialmente alvos enquanto centros de proliferação dessas práticas, é provável que os ataques não surtiam o efeito desejado, pois em 1914 - e, portanto, cinco anos após o primeiro artigo citado sobre o tema - o

⁵³ O discurso relativo ao mendigo envolve dois aspectos nos sentidos que são essenciais para sua compreensão. O primeiro era o aspecto restritivo em relação à mendicância. O mendigo era um ser geralmente associado a perversões e malquisto na sociedade. Deveria não existir e/ou ser expulso. O segundo aspecto é a característica educativa do discurso, que buscava estimular a população a não se tornar como o indivíduo focalizado. O aspecto educativo moldava o linguajar de forma a se referir em uma linguagem adequada para a compreensão do leitor (O PROGRESSO, 22 jun. 1909, p. 1).

jornal noticiava que “continua-se jogando descaradamente em sórdidos bordéis que ao bem da higiene a muito deveriam estar fechados (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 ago. 1914, p. 1) ”.

Outra associação presente nas páginas do jornal era entre a presença dos venenos raciais e a criminalidade, em que a “criminosidade” de um indivíduo, uma tendência social e genética do sujeito cometer crimes, estaria, segundo o *Diário dos Campos*, ligada às suas aproximações com os “males raciais”. A forte influência dos princípios da criminologia nessa questão está presente no artigo “Café, tabaco e álcool”, em que a redação tratava da questão entre venenos raciais e criminalidade, na qual amalgamava e negociava princípios neolamarckistas e de hereditariedade defendendo que a criminalidade era originada tanto de características herdadas pelo indivíduo quanto pelas influências do meio social.

Os transvios que violam a linha fronteira do Direito penal [...] tem causas várias e múltiplas, que o criminalista analisa, mas que nem sempre pode enumerar. Essas causas são de diversas ordens e categorias: Ora elas têm suas raízes no passado e são formas de manifestação da lei da hereditariedade, ora surgem do próprio meio social em cujo seio o criminoso se fez e se originou (O PROGRESSO, 11 abr. 1912, p. 1).

Aliás, esse diálogo com a Criminologia como uma das ciências para a seleção humana havia se tornado bastante comum entre os pensadores brasileiros desde finais do século XIX após as publicações do professor João Vieira de Araújo (1844-1922) que foi um dos primeiros divulgadores de Lombroso no país (ALVAREZ, 2002).

As concepções da criminologia – que começava a se constituir como um campo de conhecimento com pretensões de cientificidade voltado para a compreensão da natureza do crime e do criminoso, mas que, em alguns momentos, também ambicionava ser um conhecimento mais amplo acerca da própria vida social – foram incorporadas com entusiasmo por grande parte da intelectualidade brasileira (ALVAREZ, 2002, p. 678).

Assim, em muitos momentos, o discurso da redação do jornal buscava descortinar e apontar presença dos venenos raciais na sociedade local. Ao mesmo tempo, também abrangeu a divulgação de ações que visavam a promoção de um aprimoramento da sociedade, seja através de textos em favor da família, raça e sociedade civilizada, ou mesmo de práticas de organização e controle social.

Tal foi o caso da relação entre o jornal e a *Sociedade operária beneficente pontagrossense*. Quando foi solicitada à redação do jornal que esboçasse um Regimento para a ainda não fundada sociedade, Reis publicou no artigo “Sociedade Operária” de 28 de março

de 1913, as normas para a constituição da mesma. No texto aparecem algumas representações de combate aos males raciais, especialmente na lista dos “serviços de ordem social” a qual a Sociedade Operária deveria prestar, que incluía “estabelecer ligas contra a tuberculose, a sífilis, o alcoolismo e outros males sociais” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 28 mar. 1913, p. 1).

Dessa forma, a presença e a constituição das representações sobre a presença e o combate aos “venenos raciais” nas páginas do jornal, envolvia em diversos momentos, a existência de princípios que, embora ligados às ideias de aprimoramento da sociedade e relacionando-se com ideais eugênicos, também os mesclavam com outros discursos, sejam eles científicos ou tradições discursivas do meio local.⁵⁴ A própria presença contínua do combate às casas de prostituição no jornal, enquanto um dos ambientes centrais de estabelecimento e propagação do que seriam os “venenos raciais” assume uma característica predominante local, na qual, a existência de “duas casas de perdição bem no centro de Ponta Grossa” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913, p. 1) era algo que provavelmente chocava os defensores do aprimoramento racial da sociedade.

Em outro aspecto essencial, havia uma certa homogeneidade nos discursos sobre os “venenos raciais” nas páginas do jornal, mesmo que o enfoque variasse de um colaborador para outro. Isso indica a presença de uma ascendência dos discursos sobre aprimoramento da raça nacional, na qual no início do século, a importância do meio enquanto um elemento na balança das evoluções da raça era algo aceito na maioria dos grupos de divulgadores (HOLLOWATE, 2016d, p. 22; STEPAN, 2005, p. 32), e que, segundo apontam as fontes, foi um princípio aceito também pelos colaboradores do *Diário dos Campos*. Tal concepção é constantemente notada nas publicações de forma que mesmo nos casos em que raros indivíduos, nos primeiros anos do jornal, davam predominância à hereditariedade em relação à influência do meio, ainda assim, a existência de uma influência “sociológica” (GUIMARÃES, 12 jan. 1916, p.1) para o futuro aprimoramento, nos discursos da sociedade local presente no jornal, eram raramente questionados.

AS REPRESENTAÇÕES DE EUGENIA NEGATIVA NO JORNAL

Nas páginas anteriores, foram esmiuçadas as características do discurso dominante sobre o aprimoramento da raça no *Diário dos Campos*, associado principalmente, a duas

⁵⁴ Essas mesclas e amálgamas entre discursos sobre a questão do aprimoramento racial eram comuns entre os pensadores brasileiros do início do século XX sendo que “a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção do argumento racial no país (SCHWARCZ, 1993, p. 19)”.

correntes representativas: O discurso de branqueamento e o combate aos venenos raciais como estratégias para a melhoria das próximas gerações. Tratava-se assim, de discursos com forte influência neolamarckista e sociológica⁵⁵, que dialogavam com autores nacionais e internacionais, como Oswaldo Cruz, Romero, Lombroso, entre outros.

Entretanto, a existência de um discurso dominante não excluía a possibilidade de publicação de textos cujas ideias sobre o aprimoramento da raça eram bastante divergentes em relação à redação do jornal. Tal é o caso da presença de representações defendendo concepções de eugenia negativa nas edições do periódico.

A eugenia negativa, cujos princípios, visavam “desencorajar a paternidade dos menos desejáveis” (SALEEBY, 1909, p. 99) tinha por objetivo evitar a propagação indivíduos considerados como eugenicamente inferiores e inaptos para a produção de descendentes que auxiliassem na melhoria da raça. Entre os princípios que os apoiadores da negativa defendiam estava o controle dos casamentos, seja através da exigência da regulamentação de exames pré-nupciais ou o desaconselhamento ao casamento entre indivíduos que apresentassem características consideradas disgênicas, como idade avançada, consanguinidade e disfunções físicas ou mentais. Além disso, doenças às quais eles julgavam passarem características negativas hereditariamente, como a sífilis, a tuberculose e problemas mentais, entre outras, ou até mesmo a proibição do aceite de imigrantes de certas raças, o aborto eugênico, a segregação e esterilização de indivíduos considerados como inferiores também fizeram parte do arcabouço de ideias restritivas da eugenia (MAI e ANGERAMI, 2006, p. 254).

Nos EUA, as estratégias de eugenia negativa foram divulgadas e implantadas por organismos particulares sob o gerenciamento do eugenista Charles Davenport, fundador do *Eugenics Record Office* (ERO) em 1910. Seu programa eugênico envolveu a defesa da proibição de casamentos inter-raciais e inter-eugênicos, controle da imigração e listagem dos indivíduos. Tal política motivou à esterilização de mais de 50 mil pessoas entre 1907 e 1949 (DIWAN, 2007, p. 49)⁵⁶.

⁵⁵ “Sociológica” ou “Ciência Sociológica” são termos citados seguidamente nas páginas do *Diário dos Campos* naquele período. Indicava, em muitas ocasiões – não todas - uma Sociologia humana de seleção e melhoria das futuras gerações. Ribeiro, por exemplo, em “A terra do sol” resenhava para o *Diário dos Campos* o livro de Gustavo Barroso que discutia a “Sociologia” do Ceará, dividindo a população entre normais e anormais, e colocando cangaceiros e curandeiras entre os anormais (RIBEIRO, 19 mar. 1913, p. 1). Outros colaboradores como Maciel (15 jan. 1916, p. 1) e Guimarães (3 jan. 1916, p. 1) também se utilizaram dessa concepção de uma Sociologia racial.

⁵⁶ O livro “Guerra contra os Fracos”, de Edwin Black, lançado em 2003, trata do desenvolvimento dos discursos eugenistas e sua implantação nos EUA no início do século XX, com suas características e as políticas de atuação de importantes órgãos como o caso do Escritório dos Assuntos Eugênicos (*Eugenics Record Office*), que desencadeou a campanha de listagem e posteriormente apoiou as esterilizações. Além disso o autor destaca que

Como foi apontado, a definição de eugenia negativa e sua utilização enquanto discurso científico e movimento restritivo no início do século XX estavam bastante ligados ao movimento eugenista estadunidense (BLACK, 2003; SALEEBY, 1909, p. 199). No Brasil, ela chegou a ser defendida em discursos especialmente após 1930. Porém, não foram encontrados registros de práticas ou de uma institucionalização da eugenia negativa aos moldes estadunidenses no Brasil. A inexistência das práticas de eugenia negativa no Brasil está associada aos fatores culturais da sociedade brasileira daquele período, notadamente a influência da religiosidade católica e a tradição lamarckista (STEPAN, 2005).

[...] pode-se dizer que a tradição lamarckista foi um elemento de ciência que fez com que os brasileiros se aproximassem da eugenia preventiva, enquanto a tradição católica fez com que, por outro lado, mesmo os simpatizantes de medidas que controlassem o nascimento se contivessem em suas manifestações públicas (SOUZA; WEGNER, 2013, p. 271-272).

Por volta de 1910, os discursos de eugenia restritiva eram ainda mais raros no Brasil, inclusive porque ainda não uma articulação centralizada entre autores brasileiros dessa corrente representativa⁵⁷. Por isso, tal como é possível observar nas representações locais, os textos que se utilizam de ideias da eugenia negativa o fazem principalmente em diálogo com autores estrangeiros sobre o tema, especialmente das regiões onde esses discursos e práticas já vinham sendo implementados.

Com isso, apenas duas edições do *Diário dos Campos* entre os anos de 1908 e 1916 apresentam artigos que defendem princípios de seleção negativa, que visavam um controle de indivíduos considerados como inferiores. Como é possível observar, a própria diagramação dos artigos aponta que houve uma certa restrição a essas ideias por parte da equipe do jornal.

A publicação de um texto como os dois que defendiam a eugenia negativa envolvia um jogo de poder que incluía as personalidades que colaboraram com o impresso e os grupos do circuito comunicativo que aceitavam ou recusavam a presença de tais discursos. Tal como no jogo das configurações sociais (ELIAS, 2008, p. 141-142), a presença desse discurso, que tinha o status de uma reflexão científica mas que se opunha a linhagem principal das

defensores da eugenia nos EUA se posicionaram favoravelmente o estabelecimento de práticas restritivas na Alemanha, que posteriormente resultariam no holocausto judeu (BLACK, 2003).

⁵⁷ Os discursos sobre a eugenia - e também de eugenia negativa - em solo brasileiro passam a ser mais articulados entre si especialmente após a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918. A partir disso, o médico Renato Kehl emerge como uma das principais autoridades do movimento eugênico nacional (ROCHA, 2010), embora isso não signifique que as outras correntes eugenistas desapareçam com o fortalecimento do discurso construído na Sociedade Eugênica de São Paulo. Antes de 1918, e como é observado nessa pesquisa, era mais comum que os discursos de eugenia restritiva dialogassem com autores estrangeiros, e raramente entre nacionais, especialmente porque o próprio conceito de eugenia negativa era recente naquele período.

representações sobre a eugenia no impresso local, até poderia ser publicado – e efetivamente o foi – desde que não alterasse significativamente as regras da configuração social do jornal.

As matérias em questão foram publicadas nos dias 11 de abril de 1912, com o título de “A esterilização humana”, e dois anos depois, o “Seleção”, em 4 de julho de 1914. A primeira delas não foi assinada, e apareceu na edição do jornal em um momento em que Reis havia feito uma de suas breves – e diversas – saídas, de forma que, com isso a publicação estava sob responsabilidade do Redator-chefe Jerônimo Cabral. A segunda, porém, foi assinada pelo professor José Martins Pinto⁵⁸, em um momento em que a influência de Reis era algo consolidado, tendo sido publicada pouco mais de um ano antes de Hugo dos Reis se tornar proprietário do periódico.

A publicação desses discursos não significa que havia uma aceitação passiva desses posicionamentos abertamente divergentes em relação ao discurso da redação. Estratégias de hierarquização discursiva estão presentes inclusive na própria diagramação em que essas representações foram publicadas. Nas duas ocorrências, embora preenchendo um espaço grande na edição - em ambas as ocasiões o texto se aproxima de duas colunas verticais⁵⁹ - elas não são colocadas como o artigo de fundo da edição⁶⁰. O “A esterilização humana” aparece na última coluna da página 1 e primeira da página 2. Já o “Seleção” ocupa quase que inteiramente as duas primeiras colunas da página 2. Assim, a diagramação do artigo destacava-o enquanto um discurso importante, mas não o colocava enquanto matéria principal da edição. Tal escolha poderia significar, inclusive, um reconhecimento do valor científico do tema e discurso construído, mas também certa insegurança da redação do jornal sobre a aceitação do texto.

O primeiro artigo não é assinado por nenhum colaborador do jornal, sendo apenas referido como “O articulista”, o que significa que provavelmente foi escrito por um anônimo que pediu confidencialidade ao jornal. Nas publicações d’*O Progresso* era comum a existência de debates entre colaboradores com ideias divergentes, especialmente ao se tratar de temáticas sobre questões sociais locais ou nacionais. Porém, geralmente os debates

⁵⁸ José Martins Pinto era um jovem professor paranaense. De acordo com as informações do *Diário da Tarde*, por volta dos anos de 1904 a 1910 ele frequentou a Escola Normal do Paraná em Curitiba. Aparece na lista dos professores públicos na edição de 1913 do *Almanach do Paraná: Commercio, História e Literatura* (1913, p. 321) e sua morte foi relatada na edição de 27 de fevereiro de 1915 do *Diário da Tarde*, com 22 anos de idade, solteiro e vítima do sarampo (DIÁRIO DA TARDE, 27 fev. 1915, p. 1). Quando ele escreveu para o *Diário dos Campos*, tinha 21 anos e era professor público em Tibagi (A REPÚBLICA, 18 fev. 1912, p. 2).

⁵⁹ Portanto, quase um terço de uma página.

⁶⁰ Artigo de fundo ou artigo de capa é o principal texto de uma edição do impresso. O artigo de fundo no *Diário dos Campos* geralmente era uma colaboração ou um editorial da redação. Na maioria das vezes, era publicado como primeiro texto no topo e à esquerda na página 1, destacado pela quantidade de linhas, diagramação de seu título, recursos estilísticos e em alguns casos, imagéticos.

ocorriam quando os textos eram assinados, permitindo assim, críticas, trocas de conhecimentos e até mesmo cordialidades entre os interlocutores. A não existência de uma assinatura nesse artigo, inclusive, pode ter sido uma estratégia para evitar ser comentado e possivelmente replicado por outros colaboradores da publicação.

Desde o início do texto, com a afirmação que “de vez em quando os médicos e os sociólogos reclamam uma reforma das leis do matrimônio para o fim de tomar providências mais acertadas com relação a saúde dos que estão para nascer” (O PROGRESSO, 11 abr. 1912, p .1), é possível notar que o articulista pretenda filiar seu discurso aos pressupostos científicos, colocando-se ao lado de discussões da Medicina e Sociologia.

Ao mesmo tempo, as “leis do matrimônio” ao qual ele faz alusão, aponta a proximidade para o discurso de eugenia matrimonial, que era um viés do discurso de aprimoramento racial que conquistou espaço especialmente na América Latina, em decorrência de questões sociais e culturais próprias, esse discurso esteve mais presente (STEPAN, 2005, p. 116).

Figura 8: A diagramação do artigo “A esterilização humana”



A esterilização humana. O artigo ocupa a última coluna, a partir da metade da mesma e prossegue na página seguinte. Diário dos Campos, 11 abr. 1912, p. 1. FONTE: Casa da Memória, Ponta Grossa.

O articulista afirmava que, tendo em vista que certas doenças eram hereditárias, seria necessário impedir que elas passassem para as futuras gerações através da descendência. Para isso, inicialmente, dever-se-ia proibir o casamento de determinados indivíduos.

É sabido que muitas doenças constitucionais graves são transmitidas por descendência. Trata-se, pois, de proibir o casamento dos tuberculosos incuráveis e dos sífilicos imperfeitamente curados, pelas mesmas razões porque se proíbe o casamento dos loucos (O PROGRESSO, 11 abr. 1912, p. 1).

Convém notar que embora pareça paradoxal para os observadores atuais, a presença de apropriações que amalgamavam ideias da Teoria Neolamarckista com aspectos da eugenia negativa não era algo contraditório para os pensadores naquela época (STEPAN, 2005). Ao mesmo tempo, era comum que os colaboradores buscassem, em seus textos, se filiarem aos ideais científicos e constantemente fazerem citações à seleção da forma que se propagava na Europa e EUA, alterando, contudo, os enfoques e sentidos que davam aos signos utilizados no discurso. Hansen ao estudar os sentidos que as apropriações assumem em ambientes específicos, inclusive, afirma que “as condições de possibilidade de uma iniciativa individual de uso dos objetos podem, inclusive, subverter-lhes o sentido inicial” (HANSEN, 1995, p. 125).

Na sequência da publicação, o autor apresenta o argumento de que apenas a proibição do casamento não seria o seguro para extirpar a ameaça de degeneração da raça através do cruzamento entre os indivíduos não-eugênicos. Para impedir a procriação desses indivíduos, ele propõe a esterilização cirúrgica do homem e da mulher que fossem considerados como “doentes e perigosos” (O PROGRESSO, 11 abr. 1912, p .1).

A simples proibição do casamento [...] não basta, porém, para atingir este fim; é necessário colocar os indivíduos doentes e perigosos para a sociedade na absoluta impossibilidade de procriar. É, portanto, necessário recorrer a assim chamada esterilização humana que consiste numa operação cirúrgica que priva definitivamente o homem ou a mulher da capacidade de procriar (O PROGRESSO, 11 abr. 1912, p .1).

A esterilização cirúrgica aliando-se a um discurso de restrição matrimonial apresenta-se como uma peculiaridade interessante. Como foi apontado, os discursos de eugenia matrimonial na América Latina geralmente apresentavam-se como uma alternativa cultural própria que evitava os meios radicais da eugenia negativa estadunidense. Embora ambas estratégias restritivas estivessem presentes na eugenia negativa estadunidense, na América Latina geralmente os eugenistas se utilizavam apenas do discurso de restrição matrimonial ressignificado, principalmente, em um discurso de controle do meio social para o aprimoramento. Pois bem, aqui estava um autor defendendo uma aproximação entre a eugenia negativa estadunidense e a eugenia matrimonial!

Nota-se no discurso que a esterilização não objetivava uma punição jurídica ou moral, mas sim uma correção eugênica e racial para o que considerava serem disfunções da sociedade, defendendo a aplicação do método em indivíduos julgados como anormais, epiléticos e alcoólicos.

Na sequência do argumento, o articulista buscava defender que o processo era cientificamente seguro e que após a ocorrência da cirurgia, os indivíduos poderiam ser novamente postos em liberdade onde ganhariam a vida no trabalho. Dois pontos se acumulam na afirmação: o primeiro, presente principalmente nas entrelinhas e com alguns sinais no texto, é que os indivíduos poderiam ser esterilizados à força. A fala não é dirigida aos “disgênicos” no sentido de alertar ou educar, mas sim ao Estado e os morigerados no sentido de controlar e eugenzar a sociedade. O segundo é que havia a possibilidade dos indivíduos não-eugênicos serem privados de liberdade enquanto não fossem esterilizados.

Para impedir a reprodução desses indivíduos anormais e especialmente dos epiléticos, dos imbecis, dos paralíticos e dos alcoólicos crônicos não existe meio eficaz senão a esterilização. Quando se tiverem submetido a esta operação e não sejam, por qualquer outro motivo, perigosos para a sociedade, podem ser postos em liberdade e ganhar a vida por meio do trabalho (O PROGRESSO, 11 abr. 1912, p .1).

Além disso, os “recém esterilizados”, seriam liberados para “ganhar a vida por meio do trabalho”, o que aponta para um possível controle posterior dos mesmos caso reincidissem na prática e não fossem viver morigeradamente.

Em outra parte do texto de 1912, o autor coloca em pauta a esterilização dos criminosos, ou aos indivíduos com a doença da “criminosidade”. Para ele, a esterilização seria a única forma de se acabar com “os degenerados que alimentam” a criminalidade.

Além da esterilização dos doentes deve também praticar-se a esterilização dos delinquentes, único meio de diminuir esse formidável exército do crime e dos entes degenerados que o alimentam. A esterilização dos delinquentes já se pratica na América do Norte, nos Estados da Califórnia, Connecticut Oregon, Utah, Indiana. Neste último estado foram esterilizadas cerca de 800 pessoas no ano de 1899 (O PROGRESSO, 11 abr. 1912, p .1).

Observa-se que o “articulista” cita alguns Estados dos EUA que, segundo ele, já haviam aderidos à essa prática. Oficialmente, o primeiro Estado dos EUA a tornar legal a esterilização compulsória de disgênicos foi o Estado de Indiana, no ano de 1907, sendo seguida, nos anos seguintes por trinta outros Estados estadunidenses (LOMBARDO, 2011, p. 9). Contudo, há indícios de presença de discursos eugenistas nos EUA desde meados de 1880, logo após a publicação do *Inquiries into Human Faculty and Its Development* de Galton (ORDOVER, 2003, p. 12). O livro de Galton, embora não se trate especificamente da

esterilização humana, pode ter motivado inclusive, a prática de esterilizações sem base legal nos EUA antes da virada do século.

Chama a atenção, também, a defesa do articulista para essas práticas, que em nenhum momento foram aprovados pelas leis brasileiras. Na parte final, o texto se posiciona de forma francamente favorável à aplicação desses métodos e especifica quais grupos seriam atingidos. Entre eles chama a atenção novamente a inclusão das prostitutas, que, como foi visto, no meio local eram geralmente atingidas pelos discursos de melhoria da raça. Segundo o texto, “O articulista aprova também a esterilização, limitando-a, porém, unicamente aos reincidentes que praticarem crimes contra os bons costumes, aos delinquentes habituais e as mulheres de má nota” (O PROGRESSO, 11 abr. 1912, p. 1).

Assim, o primeiro texto tem a especificidade de amalgamar a eugenia matrimonial com a esterilização eugênica estadunidense, que eram duas correntes, que, embora próximas de eugenia restritiva, apresentavam dois vieses diferentes, sendo a primeira com forte influência neolamarckista e a segunda, principalmente mendelista. Já, o segundo texto a retratar o tema, o “Seleção” de autoria do professor José Martins Pinto, tinha como temática principal a seleção dos “cruzamentos” adequados para promover o aperfeiçoamento da “raça” brasileira.

Seu princípio central era que assim como nos animais, também nos humanos os cruzamentos poderiam ser ordenados e controlados de forma a produzir indivíduos eugenicamente superiores. Segundo ele, “[...]cruzando-se pessoas num determinado plano, podemos não só formar populações caracterizadas por elementos físicos determinados, como também por determinados caracteres morais e intelectuais” (PINTO, 4 jul. 1914, p. 2). Dessa forma, ele defendia ao mesmo tempo a possibilidade de uma eugeniização através de uma seleção artificial pela hereditariedade e a restrição e controle do cruzamento de determinados indivíduos.

Nota-se que os cruzamentos em Martins Pinto não implicavam a miscigenação. Nesse aspecto, ele é um dos raros casos de autores no jornal ponta-grossense que se opõem à ideia da miscigenação e branqueamento da sociedade brasileira. Seu discurso, se utiliza de aspectos do racismo estadunidense para legitimar seu posicionamento.

E uma lei natural: - O mestiço de uma raça inferior em contato com uma superior ou vice-versa é um verdadeiro degenerado, sem caráter, bem diferente de seus ancestrais. Daí o rigoroso escrúpulo que tem os norte-americanos em não consentir na sua terra a fusão do elemento branco com o negro (PINTO, 4 jul. 1914, p. 2).

Para a realização do aprimoramento da população, Pinto desenvolveu um programa de eugenia que tinha por base o controle matrimonial e a normatização da imigração (HOLLOWATE, 2016a, p.52). A seleção matrimonial proposta por ele tinha por objetivo principal impedir a união de “pessoas afetadas por moléstias hereditárias” (PINTO, 4 jul. 1914, p. 2).

Assim como nos matrimônios exige-se uma certa idade para os cônjuges, assim como são proibidos os casamentos de pessoas unidas por um certo grau de cognação, assim também e com mais razão a lei deveria proibir a união conjugal de pessoas afetadas por moléstias hereditárias. Assim deviam os cônjuges apresentar rigorosos atestados passados por juntas medicas. Seria o único meio de refrear a carreira vertiginosa e devastadora da tuberculose da escrófula e da sífilis e de tantas outras enfermidades que se arraigam fazendo tombar tantas vítimas (PINTO, 4 jul. 1914, p. 2).

Nota-se que o controle matrimonial se realizaria através da apresentação de atestados eugênicos fornecidos por uma junta médica. Como foi visto anteriormente, a medicina entrara em uma fase de reconhecimento social a partir do século XIX com o fortalecimento dos discursos científicos e sua atuação em questões sociais. No Brasil, a eugenia ensejou a participação de diferentes áreas das Ciências, sobretudo do Direito e da Medicina, empreendendo quase uma “cruzada” com objetivo do aprimoramento racial da população, ao mesmo tempo em que “nos livros e jornais, e diversas outras publicações, diferentes formas do discurso sobre a melhoria da raça eram postas em disputa” (HOLLOWATE, 2016d, p. 10).

Em outro aspecto importante, a apresentação de atestados eugênicos proposta por Martins Pinto apresenta uma certa familiaridade com a listagem realizada pelo *Eugenics Record Office*, nos EUA.

O segundo ponto do discurso de seleção proposto por Martins Pinto dizia respeito ao controle da chegada de determinados grupos de imigrantes no Brasil. Ele demonstra possuir um certo grau de conhecimento da obra de Gustave Le Bon (1841 – 1931), sociólogo francês que foi um dos principais pensadores do racismo e arquitetos do discurso da diferença hereditária entre as raças (COELHO, 2005). Apoiado pelas teses de Le Bon, Martins Pinto busca defender a restrição da imigração de raças consideradas por ele como inferiores.

A presença de estrangeiros em um país, diz o eminente Le Bon é o que basta para destruir a alma do seu povo. A imigração é um problema que deve exigir bastante critério por parte das raças superiores, que não devem admitir em seu seio, populações inferiores, condenadas a desaparecerem para dar origem a um mestiço desmoralizado e sem energia (PINTO, 4 jul. 1914, p. 2).

Fato interessante é que ele estava considerando que o Brasil deveria instituir leis que controlassem a imigração para impedir a chegada de “populações inferiores” e a formação de “mestiços desmoralizados”. Martins Pinto estava, em pleno Brasil do início do século XX, em um jornal local, defendendo um discurso de pureza racial. Embora isso seja uma exceção aos textos normalmente publicados no impresso ponta-grossense, as ideias de Martins Pinto estavam próximas aos discursos de eugenia negativa defendida nos EUA naquele mesmo período. Certamente o jovem professor paranaense leu divulgadores da eugenia estadunidense, o que talvez incluía Davenport, que era um dos divulgadores da restrição imigratória, listagem e controle eugênicos (LEHTINEN, 2002).

[...] durante os anos 1910 e 1920, os eugenistas e geneticistas - neste momento não havia distinção entre eles - geralmente tinham na condenação dos cruzamentos raciais, uma plataforma central de sua posição eugenista. A pureza racial tinha que ser mantida, e isso significava evitar a mistura racial. Nos Estados Unidos, as leis antimiscigenação estavam presentes em 41 Estados, a fim de evitar as relações sexuais e o casamento interracial (JACKSON; WEIDMAN, 2004, p. 153).

Porém, como foi visto anteriormente, a defesa de restrição à imigração não era uma prioridade apenas entre a corrente eugenista europeia ou estadunidense. A defesa de restrições de imigração por critérios raciais também era comum entre os defensores da eugenia no meio local e nacional. O Sociólogo Weber Lopes Góes ao estudar o pensamento brasileiro sobre a eugenia, aponta a existência de discursos que defendiam uma

política restritiva no que diz respeito à imigração, para que em nosso território não viessem indivíduos degenerados para estragar os “homens brasileiros”. A imigração “promíscua” inflamaria o Brasil de pessoas com doenças transmissíveis obstaculizando a construção de homens eugenizados (GÓES, 2015, p. 128).

Contudo, enquanto o discurso dominante no meio nacional e no *Diário dos Campos* defendiam a restrição imigratória para “doentes” e “raças inferiores”, que poderiam atrasar a miscigenação (RIBEIRO, 27 set. 1920, p. 1; DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 abr. 1920, p. 1), Martins Pinto condenava a própria miscigenação. Para ele, a imigração de indivíduos que considerava serem de raças inferiores deveria ser impedida, pois estes não fariam parte do processo de cruzamentos que conduziriam ao aprimoramento da raça nacional.

As entrelinhas de seu discurso indicam que ele defendia que os cruzamentos deveriam ocorrer apenas entre os indivíduos que ele julgava serem eugenicamente aptos da sociedade brasileira. Dessa forma, através de um programa de restrição às práticas imigratórias, seleção matrimonial e de imigrantes considerados indesejáveis, Martins Pinto pretendia impedir a chegada e a reprodução de indivíduos considerados por ele como inferiores e que causariam a degeneração e o atraso na melhoria da raça. Assim, ele pensava em possibilitar a ocorrência apenas de cruzamentos positivos de indivíduos eugenizados que conduziram ao aprimoramento da população brasileira.

Entretanto, a existência de apenas dois artigos filiando-se expressamente ao discurso restritivo estadunidense ao defender ideias da eugenia negativa dá a entender que a presença dessas representações, embora existentes, foi rara e de pouca aceitação. A pouca quantidade de textos defendendo a temática e o espaço restrito dado a eles apontam para uma certa indiferença ou até mesmo rejeição por parte da redação do jornal local.

Dos dois artigos, o primeiro foi publicado sem assinatura e em um momento em que Reis havia se retirado, enquanto que o segundo foi escrito por um professor recém-formado de apenas 21 anos sem proximidade com a redação do impresso ponta-grossense e cujo nome foi raramente citado pelos jornais paranaenses. Em ambos os casos, as representações não deram origem à debates, réplicas e críticas. Foram escritos, publicados e permaneceram silenciosos nas páginas do *Diário dos Campos*.

Isso não significa que ideais de eugenia negativa estivessem completamente banidos das páginas do *Diário dos Campos*. Eles poderiam aparecer – e efetivamente apareceram – nos interstícios de textos ou em artigos que amalgamavam ideias de eugenia negativa com outros princípios de eugenia positiva, da eugenia matrimonial, políticas de combate a venenos raciais, sanitarismo restritivo, entre outros. Porém, um texto diretamente filiado a eugenia negativa estadunidense defendendo ideais como a esterilização eugênica, proibição de casamentos e segregação, tal como foi visto, tinham poucas chances de ser aceito pela redação do *Diário dos Campos*.

OS MEMBROS DA REDAÇÃO DO *DIÁRIO DOS CAMPOS* CONTRA BARBOSA MACIEL: O APRIMORAMENTO NACIONAL EM QUESTÃO

Como foi apontado, havia uma certa estabilidade no discurso defendido pelo jornal, e as colaborações, seja dos membros da redação, correspondentes ou colaboradores, geralmente se alinhavam com as ideias centrais do impresso, das quais o redator Hugo dos Reis era provavelmente principal influenciador. Os discursos muito divergentes em relação a corrente representativa dominante da redação, até poderiam ser publicados – e como foi visto, alguns até foram publicados –, mas geralmente acabavam esquecidos, sem serem criticados ou replicados.

Mas toda regra apresenta exceções...

Em 1915 ocorreu um caso em que um personagem com poder simbólico relevante no círculo jornalístico local escreveu textos em franca oposição as ideias normalmente publicadas no jornal, e mais que isso, quando as estratégias de restrição do jornal foram sendo aplicadas em relação as suas ideias, ele continuou replicando às críticas, dando origem a uma sequência de mais de 40 textos em que são debatidos a questão do aprimoramento da população e suas implicações para o que os participantes do debate consideravam ser um atraso brasileiro em relação a Europa e EUA.

A disputa colocou em lados opostos o Médico Francisco Barbosa Maciel e os membros da redação do jornal.

Tabela 1: Os artigos no *Diário dos Campos* que apresentavam a disputa entre o médico F. Barbosa Maciel e os membros da redação do periódico⁶¹

Autor	Data	Título do Artigo	Temática
F. Barbosa Maciel	23/12/1915	A germanização do Sul do Brasil	Maciel sobre a necessidade de germanizar para aprimorar a população do sul do Brasil. A superioridade do povo alemão
F. Barbosa Maciel	23/12/1915	A germanização do Sul do Brasil	Maciel defende 6 teses para o aprimoramento nacional
F. C. Guimarães	03/01/1916 ⁶²	Carta Aberta	Guimarães responde à Maciel
F. C. Guimarães	04/01/1916	Carta Aberta	Respondendo às Teses de Maciel.
F. C. Guimarães	05/01/1916	Carta Aberta	Respondendo às Teses de Maciel.

⁶¹ Antes de dezembro de 1915 Maciel já havia sido entrevistado pela redação do *Diário dos Campos* e também publicado 2 artigos: “Kaiser”, uma homenagem ao Imperador Guilherme II da Alemanha, e “O tifo e o impaludismo dizem as populações do Noroeste”, onde buscava retratar os problemas sanitários do Noroeste paranaense.

⁶² Antes disso, em 30 de dezembro de 1915, a redação do *Diário da Tarde* respondera ao artigo de Maciel.

F. C. Guimarães	07/01/1916	Carta Aberta	Respondendo às Teses de Maciel.
F. C. Guimarães	10/01/1916	Carta Aberta	Continua a resposta. Guimarães afirma que a língua não define a superioridade de um povo
F. C. Guimarães	12/01/1916	Carta Aberta	Guimarães conclui a resposta. "A Sociologia é tudo. A Biologia entra como exceção"
F. Barbosa Maciel	15/01/1916	Respondendo	(ao ilustre.... Guimarães) "tens ideias retrógradas em matéria de forma de governo"
F. Barbosa Maciel	18/01/1916	Respondendo	Continua a resposta. Cita Romero, que já tivera uma ideia de "redenção nacional", mas que foi ignorada pela "geração bichada" brasileira
F. Barbosa Maciel	20/01/1916	Respondendo	Continua batendo na tecla sobre as formas de governo para a evolução. Maciel tem um carinho pelo regime Imperial alemão
F. Barbosa Maciel	22/01/1916	Respondendo	Acusa Guimarães de fazer apologia à raça francesa
F. C. Guimarães	22/01/1916	Apartes	Considerações sobre a resposta de Maciel.
F. Barbosa Maciel	24/01/1916	Respondendo	Maciel finaliza sua resposta à Guimarães
F. C. Guimarães	24/01/1916	Carta aberta	Guimarães para o gerente do <i>Diário dos Campos</i> , Rosalvo de Barros sobre o debate
F. Barbosa Maciel	27/01/1916	Kaiser	Maciel em homenagem ao aniversário de Guilherme II
F. Barbosa Maciel	07/02/1916	Defendendo minhas teses	Maciel. Cita diversos países e os coloca em estágios de avanço evolutivo
F. Barbosa Maciel	09/02/1916	Em torno de um telegrama	Maciel acusa os ingleses de estarem "trabalhando" contra o Brasil. ⁶³
F. Barbosa Maciel	25/02/1916	Mais uma da "cultura"	Maciel acusa os ingleses de terem prendido um professor alemão que havia estagiado no Brasil
Conde Bennot ⁶⁴	26/02/1916	O perigo alemão	O "perigo da verborragia" da raça alemã.
F. Barbosa Maciel	10/03/1916	À propósito de um livro (parte 1)	Maciel acusa os afrancesados brasileiros. "Tendo pisado na cidade luz transmutou-se o mestiço naquilo de mais latino possa haver" ⁶⁵
F. Barbosa Maciel	11/03/1916	À propósito de um livro (conclusão)	Maciel afirma que os franceses são um povo militarmente incapaz. ⁶⁶

⁶³ Maciel está nesse artigo, fazendo acusações à Inglaterra, para fortalecer o discurso favorável à Alemanha na guerra.

⁶⁴ Trata-se de um pseudônimo. Na mesma época estava sendo passando nos cinemas de Curitiba um drama chamado "Bennot". Diversos textos são assinados no jornal ponta-grossense e no curitibano como "Conde Bennot", "Doutor Bennot", etc, por fãs desse drama.

⁶⁵ Geralmente a latinidade europeia não era pensada como uma inferioridade racial (STEPAN, 2005). Porém, para Maciel, em meio à disputa, ser latino equivalia a não ser alemão e inclusive, ser um adversário dos alemães.

F. Barbosa Maciel	15/03/1916	Rebatendo	Maciel critica a "arrogância e atraso" da raça brasileira
Julio Xavier	16/03/1916	O peor cego	Xavier responde a Maciel
Julio Xavier	17/03/1916	O peor cego	"Portugal não é um vassalo de ninguém"
Julio Xavier	18/03/1916	O peor cego	Xavier critica o "Rebatendo" de Maciel
F. Barbosa Maciel	21/03/1916	Carta à Hugo dos Reis	Maciel reclama das "acusações impensadas" de Xavier.
F. Barbosa Maciel	22/03/1916	Carta à Hugo dos Reis	"Xavier brande um porrete em vez de um florete.... típico da raça portuguesa"
Romualdo Moraes	23/03/1916	Refutando	O correspondente de Fernandes Pinheiro busca refutar à Maciel
Julio Xavier	24/03/1916	À propósito de "O peor cego"	Xavier, em resposta à Carta de Maciel à Hugo dos Reis
F. Barbosa Maciel	28/03/1916	Para ser lido com hilariedade	Sátira de Maciel sobre a "perfeição" eugênica brasileira
Junqueira e Guerra ⁶⁷	29/03/1916	Bennot falsificado	Subtitulado como "A guerra alemã" (guerra discursiva entre Maciel e Xavier)
F. Barbosa Maciel	30/03/1916	Segunda Epístola à Hugo dos Reis	Maciel sobre as acusações que sofreu desse "anônimo" no Bennot falsificado
F. Barbosa Maciel	31/03/1916	Segunda Epístola à Hugo dos Reis	"O método alemão é tão eficaz que encurtaria em talvez um século a nossa jornada tormentosa de evolução social"
Romualdo Moraes	04/04/1916	Refutando	O correspondente diz que as afirmações de Maciel foram recebidas com... hilaridade
Junqueira e Guerra	05/04/1916	Guerra alemã	Resposta à Maciel sobre a questão da inferioridade da raça brasileira
Junqueira e Guerra	06/04/1916	Guerra alemã	Continua a resposta. ⁶⁸
F. Barbosa Maciel	08/04/1916	Terceira epístola a Hugo dos Reis	Maciel afirma que quem se opõe a ele "tem a tintura do bugre"
F. Barbosa Maciel	10/04/1916	Terceira epístola a Hugo dos Reis	Maciel finaliza sua resposta à Junqueira
Junqueira e Guerra	13/04/1916	Encenação supérflua	Guerra afirma que Maciel é um besouro escrevinhador
Junqueira e Guerra	17/03/1916	Encenação supérflua	Acusa Maciel que ignorar a "cientificidade" do branqueamento

⁶⁶ Em 1916 os alemães estavam às portas de Verdum. A França havia sido invadida, perdido território e estava em posição defensiva na guerra.

⁶⁷ Nesses debates é assinado como Junqueira e Guerra. O pseudônimo varia muito em decorrência de mudanças na assinatura ou mesmo erros de grafia do jornal.

⁶⁸ No *post scriptum* desse artigo Junqueira e Guerra brinca se Maciel sabe quem está assinando com esse pseudônimo. Pelo estilo de escrita e defesa dos portugueses, há uma grande chance de ser o odontólogo Julio Xavier.

Junqueira e Guerra	19/04/1916	Epístola aos brasileiros	Guerra escreve um texto aos moldes de uma epístola bíblica para acusar Maciel
F. Barbosa Maciel	24/04/1916	Nobreza alemã	Maciel faz propaganda da política externa alemã em relação ao Brasil
Junqueira e Guerra	26/04/1916	Fechando a cova	Obituário simbólico de Maciel
Romualdo Moraes	28/04/1916	Refutando	O correspondente ataca os textos de Maciel e pede para este se calar
F. Barbosa Maciel	29/04/1916	Uma do Juca Besouro	Juca besouro (Junqueira e Guerra) era, para ele, um exemplo de um brasileiro ignorante
F. Barbosa Maciel	23/05/1916	Besourando	Maciel sobre povos capazes e povos incapazes ⁶⁹ .
F. Barbosa Maciel	16/08/1916	Carta a Hugo dos Reis (de São Paulo)	Maciel sobre o antigermanismo no Brasil

Nessa época o *Diário dos Campos* era o jornal mais proeminente da cidade de Ponta Grossa, tendo sido fundado em 1907 e se mantido em circulação desde então. Naquele momento, circulava com quatro páginas, sendo as duas últimas quase que exclusivamente dedicadas à publicidade de empresas de indústria, comércio e serviços da cidade. Nas duas primeiras páginas eram divulgados os artigos e as notícias principais da região, com ênfase na primeira coluna da primeira página onde ficava localizada o principal texto da edição.

A publicação era trissemanal desde 1913, quando havia deixado de ser *O Progresso*. No ano corrente – 1915 – outra mudança ocorrera com o impresso passando para a propriedade de Hugo dos Reis.

Em fins de 1915, os membros que ajudavam na redação eram Hugo do Reis, proprietário e redator da publicação, Julio Xavier, odontólogo, Francisco Carvalho Guimarães, filho de fazendeiros e estudante de Direito e Alcides Ribeiro, professor.

Em contraposição a esse grupo próximo à Reis, Maciel era apenas um colaborador esporádico do jornal e inclusive, o curto espaço de tempo em que Maciel escreve para o *Diário dos Campos*, dificulta o rastreamento de sua identidade.

Entretanto, no decorrer da sua trajetória intelectual, Maciel acaba sendo citado nos jornais brasileiros. Assim, é a partir da busca desses indícios e cruzamento de vestígios encontrados nesses jornais que foi possível reconstruir os caminhos seguidos por Maciel até os debates no *Diário dos Campos*.

⁶⁹ Para Maciel os povos capazes se aproveitam de uma oportunidade para dar um salto evolutivo, os incapazes perdem as oportunidades.

Em 1903, Maciel era aluno do segundo ano da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro apresenta uma breve nota sobre seu resultado acadêmico: “2º ano – médico: Fisiologia: Francisco Barbosa Maciel – grau 7 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30 abr. 1903, p. 3)⁷⁰.”

Em 1910, ele era noticiado como um médico respeitado e preocupado com a questão sanitária. Radicado na cidade União da Vitória, no Paraná ele era tido pelo colaborador do *Diário da Tarde* Sebastião Paraná como um “distinto e dedicado clínico” que havia alertado o jornal curitibano para a existência da varicela e a varíola em União da Vitória (PARANA, 5 fev. 1910, p. 1). Ao mesmo tempo, também é apontado como um médico estudioso, leitor e antenado nas questões sociais que “teve a gentileza de nos remeter um exemplar da “Varíola e Vacinação no Ceará, trabalho publicado pelo incansável e habilíssimo farmacêutico Rodolpho Teophilo” (DIÁRIO DA TARDE, 18 fev. 1910, p.1).

Na sequência, Maciel é mencionado na edição de 17 de junho de 1913 do *Diário da Tarde*, na seção de “hospedes e viajantes”, onde através de notícias curtas anunciava as mudanças e andanças dos viajantes na cidade, relata que “Por ter de viajar pela Europa tirou passaporte no gabinete de identificação o Sr. Dr. Francisco Maciel” (DIÁRIO DA TARDE, 17 jun. 1913, p. 5).

Porém, antes de partir para a Alemanha, ele apresentou seu diploma de médico, devidamente registrado o subsecretário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (O PAIZ, 4 jul. 1913, p. 5).

Após retornar de sua viagem, Maciel passa a aparecer no *Diário dos Campos*, a partir de novembro de 1914. Nessa data, ele comprou um espaço de propaganda no jornal, publicando a seguinte descrição de seus serviços: “Dr. Francisco Maciel. Médico. Com prática nas clínicas da Real Universidade de Berlim. Consultas na Farmácia Minerva das três às quatro da tarde. Residência Rua Quinze de novembro, nº 21.”

Por conseguinte, constata-se que a estadia de Maciel na Alemanha ocorreu entre o segundo semestre de 1913 e a metade de 1914, pois no final desse ano o médico já se encontrava de volta ao Brasil.

Assim, é a partir dessas notas esporádicas que se tem algumas informações iniciais sobre esse indivíduo. Maciel, cujo nome completo era Francisco Barbosa Maciel era, portanto, um médico, e membro da privilegiada classe médica, que a partir do final do século XIX estava conquistando cada vez mais poder nas discussões sobre os rumos da sociedade e

⁷⁰ Grau 7 foi nessa avaliação, a melhor nota do curso. Maciel recebeu “Plenamente” em Fisiologia.

que buscava dar respostas para as “doenças” da sociedade, como na época se considerada a questão da raça.

O fortalecimento dos discursos de profissionais da medicina, como o caso de Maciel, deveu-se bastante a consolidação das ciências, que foi o responsável, por exemplo, pela promoção da Medicina e do Direito como disciplinas de maior poder nas disputas científicas e sociais. O desenvolvimento da ciência médica permitiu a descoberta de diversas doenças e seus respectivos tratamentos, promovendo melhoria na saúde e qualidade de vida de grande parte da população. Mas significou também o crescimento da área de atuação dos médicos e juristas, que anteriormente disputavam espaço com a cultura consuetudinária e após isso, conquistaram poder através da cientificidade de seu discurso, defendendo práticas que, em alguns casos, visavam controlar, ordenar e modificar a vivência de diversos grupos da população (JANZ JUNIOR, 2012, p. 47-48).

Em Ponta Grossa, Maciel enquanto recém-chegado da Alemanha, fazia consultas em sua residência e em uma das poucas farmácias existentes na cidade. Na crescente cidade interiorana de Ponta Grossa, as farmácias eram, naquela época, um dos poucos espaços de contato dos indivíduos “comuns” com os detentores do “saber científico”, em um ambiente que o “doutor” diagnosticava e receitava remédios e indicações para os males dos cidadãos.

Dessa forma, o capital simbólico de Maciel advinha inicialmente de fora da configuração social do jornal. Mas com o tempo, a presença de um médico recém-chegado de uma estadia na Alemanha provavelmente influenciou na produção discursiva do jornal da cidade. Para a redação do *Diário dos Campos* era interessante reforçar o discurso da medicina na publicação de forma inclusive a atrair o “doutor” para a esfera jornalística local. Tal manobra é observável, tanto nos discursos elogiosos do jornal em relação ao médico quanto pelo espaço que o *Diário dos Campos* deu para Maciel publicar suas ideias no jornal, especialmente nos primeiros meses após a volta do médico do Império alemão.

Inicialmente, Maciel era um dos médicos mais reconhecidos no *Diário dos Campos*, comparável apenas a Francisco Búrzio, seu colega de profissão. Em 24 de maio de 1915, o jornal registra que ambos realizaram a primeira cesariana em Ponta Grossa, sendo Búrzio o cirurgião e Maciel o assistente na operação (DIÁRIO DOS CAMPOS, 24 mai. 1915, p. 1). Na sequência, Maciel deu uma entrevista ao jornal afirmando que o procedimento seguiu os padrões médicos de “última geração” da medicina alemã (DIÁRIO DOS CAMPOS, 24 mai. 1915, p. 2).

Assim, o saber médico será um dos fios condutores do debate entre Maciel e os membros da redação, de forma que, tendo em vista a respeitabilidade do discurso de um

médico, Maciel, em seu posicionamento, embora tenha sido criticado em alguns momentos, seu espaço só foi restringido após uma série de debates. Essa tolerância com relação aos textos do médico, é algo que provavelmente não ocorreria se ele não fosse um personagem pertencente a uma classe privilegiada.

Maciel havia recentemente voltado da Alemanha onde havia tido experiência prática médica, que possivelmente fora um dos grandes influenciadores de suas ideias. Com base na forma com que ele é citado pelos jornais brasileiros e nos textos que escreveu, é possível notar que se trata de uma personalidade de vanguarda acadêmica. Antes mesmo de ir para Berlim, ele já era um profissional médico que já se dedicava a questão médico-social, se preocupando com os problemas da evolução social brasileira, e especialmente com a questão do saneamento e do controle das epidemias.

Porém, é após ter entrado em contato com o seu avanço tecnológico e científico do Império alemão, que Maciel, em plena Primeira Guerra Mundial, defendeu nas páginas do *Diário dos Campos*, o discurso de alemanização do Brasil como possibilidade de aprimoramento da raça. Suas ideias favoráveis à eugenia através da ascensão da “raça alemã” e contrárias à visão defendida pela maioria dos membros da redação, provocaram o prolongado debate sobre o aprimoramento da raça nas páginas do jornal ponta-grossense.

AS TESES⁷¹ DE MACIEL EM “A GERMANIZAÇÃO DO SUL DO BRASIL”

Quando saiu o “A Germanização do sul do Brasil” publicado como artigo principal nos dias 23 e 27 de dezembro de 1915 no *Diário dos Campos*, a reação dos membros da redação e diversos colaboradores do jornal foi imediata, de forma que nos dias seguintes argumentos de oposição ao discurso de Maciel foram publicados nas páginas do jornal. As teses defendidas pelo médico e as respostas dos membros da redação deram origem a um debate que envolveria a questão eugênica enquanto aprimoramento da raça e colocava em cheque questões como a miscigenação e o “atraso” brasileiro em relação às nações europeias, julgadas por alguns colaboradores como mais desenvolvidas que o Brasil.

A disputa, embora tenha sido causada por divergências nas representações sobre a solução para a questão eugênica, começou em virtude de uma disputa nacionalista. 1915 era o segundo ano em que estava ocorrendo a Primeira Guerra Mundial envolvendo os países da

⁷¹ Maciel em “A Germanização do sul do Brasil”, chama suas proposições de “o programa de redenção nacional”. Porém, nas réplicas subsequentes, passa a utilizar o termo “teses” para as proposições que defendeu nesse primeiro texto. Assim, para efeito de análise discursiva, essa pesquisa utilizou o termo “teses” no subtítulo.

Tríplice Aliança contra a Tríplice Entente⁷². Embora o Estado brasileiro houvesse se proclamado neutro em relação ao confronto e existisse uma proibição oficial de manifestações públicas favoráveis a quaisquer um dos lados do conflito, a existência da legislação não impedia a ocorrência de práticas de manifestação política favoráveis à França ou a Alemanha, dois dos principais adversários na guerra (MENDONÇA, 2008). As manifestações favoráveis a França, eram comuns, principalmente, pela influência cultural das ideias francesas na sociedade brasileira daquele período, enquanto que a presença de uma vasta quantidade de colonizadores alemães na região do sul do Brasil era um dos responsáveis pelas manifestações favoráveis ao Império alemão.

Nas páginas do *Diário dos Campos*, já em 1913 havia uma publicação sob responsabilidade da redação remetendo ao temor de uma predominância alemã na colonização local, especialmente porque, segundo o impresso, tais colônias mantinham uma cultura e identidade próprias, não se apropriando da “cultura brasileira”. A existência de colônias relativamente fechadas de alemães fazia com que alguns dos colaboradores do periódico afirmassem que os imigrantes que não se assimilavam não poderiam ser considerados súditos da República brasileira (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 jun. 1913, p.1)⁷³.

O “A germanização do sul do Brasil” surgiu justamente a partir da questão do “abrasileiramento” dessas colônias. Foi escrito, nas suas primeiras linhas como uma resposta ao discurso dos colaboradores do jornal que afirmavam que continuavam ocorrendo manifestações a favor do Império alemão nessas colônias (MACIEL, 23 dez. 1915, p.1).

Para o jornal ponta-grossense, essas manifestações não só contrastavam com a neutralidade brasileira na guerra quanto representavam um perigo para a autonomia da nacionalidade brasileira, sendo que alguns textos do jornal afirmavam que o “germanismo” ameaçava criar um Estado dentro do Estado brasileiro (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 jun. 1913, p.1).

O artigo de Maciel buscava responder a essa questão através de um movimento em que ele inverte os discursos do que ele considerava um “antigermanismo” local daquele período sobre a ameaça das colônias germânicas em território brasileiro e afirma que os

⁷² A Tríplice Aliança envolvia o Império Alemão, Império Austro-Húngaro e o Império Turco Otomano. A Tríplice Entente era formada pela Inglaterra, Rússia e França. Após 1915, diversos países, incluindo a Itália entraram na guerra a favor da Entente (MENDONÇA, 2008, p. 19).

⁷³ Pode parecer, à primeira vista, ao leitor, um tanto paradoxal que um jornal fundado por um imigrante alemão – Jacob Holzmann – em uma sociedade com muitos imigrantes alemães, estivesse advogando contra as colônias fechadas alemãs. Porém, o fato é que uma das características de Reis na redação foi reforçar o nacionalismo brasileiro no meio local, paranaense e ponta-grossense. E tal qual muitos que vinham de fora - Reis veio do Rio de Janeiro -, afirmar-se enquanto brasileiro e ponta-grossense era um passo importante para ser aceito na configuração social local.

imigrantes, por estarem em um estágio de evolução superior ao brasileiro, não deveriam sofrer pressão para se miscigenarem com a cultura local.

É evidente que o tedesco (alemão), não sente, não sentirá nunca a necessidade ou a conveniência de abandonar em abrupto os seus costumes (...) para se adaptar as condições dos povos de categoria não tão elevada quanto a sua (MACIEL, 23 dez. 1915, p.1).

Assim, fica visível, já em suas primeiras significações, a presença de um discurso que pressupõe a existência de raças, e que, para ele, algumas eram mais evoluídas ou estavam em um processo de evolução mais rápido e avançado que outras.

Figura 9: A Germanização do sul do Brasil:



“A Germanização do sul do Brasil”. Texto publicado em destaque na primeira página que deu início aos debates entre Maciel e os membros da redação FONTE: Casa da Memória, Ponta Grossa

É observável também que o artigo apresenta a característica de se colocar enquanto uma réplica a ideias antigermanistas veiculadas na sociedade local naquele momento. O texto

dele, assim, já nas primeiras linhas coloca em curso um movimento retórico de inversões e ressignificações de outros discursos, algo que perpassará todo o debate. Outro ponto é que, no debate, nem Maciel nem os membros da redação citarão textualmente o termo eugenia. Porém, nessa análise dessas representações, como foi dito anteriormente, estuda-se os signos e significados a partir dos conjuntos de representações nas quais se inserem e não apenas os signos e significados por eles mesmos.

No decorrer do texto de Maciel, nota-se que ele, em acordo com o que normalmente era veiculado no jornal, também pensava que a evolução racial brasileira estava atrasada em relação à alemã ao qual ele visitara, mas que em um processo de aprimoramento, poderia evoluir até chegar a um estágio percebido como adequado.

À parte algum exagero do zelo patriótico nacional; fazendo taboa rasa dos produtos fermentados à nossa fantasia de incipientes, agora atônitos, como perplexos de sustos, ao considerarmos a alta solenidade do momento histórico, quando sobre os escombros combustos de uma civilização avermelhada, nasce, naturalmente, pela dor e pelo sangue, uma neo-civilização, brotada do flanco fecundo da Germânia, trazendo virtualmente em si, para desdobramentos futuros, o germen de múltiplas aquisições (MACIEL, 23 dez. 1915, p. 1).

Nota-se que Maciel trata o Brasil como uma nação em processo de decadência – ou de lenta evolução, como tratará futuramente - de uma “raça avermelhada”, em contraposição à ascensão de outra raça superior, oriundo “dos flancos fecundos da Germânia”. Se mostra, assim, cético, com relação às restrições de manutenção da cultura alemã no território brasileiro e, inclusive, defende a imigração germânica como uma das medidas necessárias para o aprimoramento da população.

Porém, embora estivesse implícito a presença de alguns princípios da teoria do branqueamento no discurso de Maciel, a forma com que ele via o futuro da raça brasileira era própria e extrapolava as ideias dos ideólogos dessa teoria, pois, como foi apontado, os ideólogos do branqueamento acreditavam que seria possível um aprimoramento da raça miscigenando a nação, o que daria origem a uma raça tipicamente brasileira, e entendida por eles como superior, através da reprodução entre os indivíduos de raça branca com os de raças inferiores.

A teoria brasileira do “branqueamento” (...) [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil (...) baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada” e pelo fato de ficar em aberto a questão

de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas (SKIDMORE, 1976, p.81).

Porém Maciel, tinha uma significação um tanto diferente desses princípios e quando nas suas teses, se mostra favorável a imigração e a chegada de missões culturais, acadêmicas e científicas do Império alemão, ele estava defendendo o que para ele seria um processo de ascensão de uma raça culturalmente alemã e a possibilidade de aprimoramento da mesma através de uma eugeniação não só social, mas também cultural. Ou seja, o que ele defende nas suas teses é que a saída para a constantemente afirmada inferioridade brasileira era atuar no meio social de forma a possibilitar a origem em solo nacional, de uma raça que mesmo que não fosse totalmente composta de imigrantes alemães, fosse culturalmente alemã.

Aspecto interessante que aparece nas entrelinhas principalmente nos textos seguintes de Maciel no debate, é que para ele, não havia saída, ou ao menos, não havia solução rápida para a eugeniação brasileira da forma com que era defendida através do branqueamento, sanitarismo e combate aos males raciais. Para ele, a população brasileira era degenerada e atrasada, e a “cura” era criar artificialmente uma raça não apenas pelo sangue, mas também pela cultura.

Assim, por considerar que as ações de restrição que visavam controlar os imigrantes alemães e abasileirá-los como inúteis e maléficas para o processo de eugeniação social e cultural do país e que “a expansão do povo alemão é incoercível”, ele propõe que “para combater a diathese (predisposição do organismo a ter determinadas doenças), se é que ela existe, temos que lançar mão da terapêutica da *similia similibus* (os semelhantes se curam). Contra o alemanismo, o próprio alemanismo por nos assimilado” (MACIEL, 27 dez. 1915, p.1).

A “inferioridade da raça brasileira”, segundo ele, inclusive contrastava com a “esplendorosidade da terra brasileira” que deveria ser “cultivada” e “amada” por pessoas com capacidade digna a ela e não pelo que ele considerava ser uma raça inapta e doente que ocupava ela naquele momento (MACIEL, 27 dez. 1915, p.1).

Para que a germanização brasileira ocorresse, seriam necessários, segundo ele, não apenas a eugeniação biológica da sociedade, que seria demasiado lenta, mas também, e em complemento, uma eugenia cultural, em que deveriam ser aplicados, na sociedade brasileira,

um processo de aproximação com a cultura e sociedade alemã, de forma que em alguns aspectos, buscava transformar o Brasil em uma réplica da nação alemã.

Para tal, a primeira necessidade era o retorno do Império, com a ocupação do trono por D. Luiz, neto de D. Pedro II. Nessa tese, Maciel pode ter sido influenciado pelo fato de que, nos primeiros anos do novo regime, a identidade republicana ainda estava em processo de construção e não eram poucos os indivíduos saudosos com os tempos “áureos” do Império (CARVALHO, 1998). Soma-se a isso a visita de Maciel ao Império alemão, que o influenciou e deixou ele magnificado pela figura do Kaiser alemão (MACIEL, 14 jan. 1915, p. 1). Então é compreensível que um dos primeiros aspectos que ele tenha defendido seja o retorno da Monarquia nos trópicos aos moldes da alemã que geraria “uma nação superior”.

Outras medidas propostas nas teses eram o restabelecimento da religião católica como a religião oficial, o decreto de ensino primário obrigatório com complemento de obrigatoriedade de ensino de língua alemã nas escolas e a obrigatoriedade do serviço militar, com o pormenor da realização de missões alemãs no exército de forma a alemanizar a elite militar brasileira.

Além disso, era pautado também a restrição acadêmica através de uma seleção intelectual rigorosa nos cursos de graduação com objetivo de tornar mais competitivo a aquisição dos diplomas de bacharel – Maciel acreditava que no Brasil os bacharéis não possuíam conhecimento adequado comparado com os alemães - e a chegada de uma missão intelectual alemã visando germanizar intelectualmente os doutores brasileiros.

Nota-se que a maioria das teses de Maciel visavam replicar uma cultura alemã no Brasil, ao qual eram amalgamadas concepções eugênicas e do Racismo Científico presentes em seus discursos e que, segundo ele defendia, possibilitariam ao Brasil superar a sua “língua de bárbaros” e deixar de ser uma “terra de analfabetos” (MACIEL, 27 dez. 1915, p. 1).

Contudo, uma das características do seu texto é justamente um hibridismo discursivo que mistura pressupostos de diversos princípios, como o racismo científico, eugenia e mesmo algumas ideias próprias para construir as suas teses. Maciel, defende a promoção da instrução e combate ao analfabetismo da população, que naquela era visto como alguns dos males que influenciavam no “atraso brasileiro”. Em seu discurso, porém, ele acrescenta a essa ideia, que, no processo de instrução, tanto o militar quando o “comum”, ocorresse o ensino de língua e cultura alemã, seja através de sua obrigatoriedade nas escolas ou pela vinda de missões com objetivo de aculturar os militares brasileiros, medidas vistas por ele como uma forma de disciplinar e combater “a moleza” da população.

Em outro ponto, Maciel defendeu uma restrição na seleção acadêmica dos cursos de graduação. Ele, tendo voltado da Alemanha, julgou como inferiores os intelectuais brasileiros, e especialmente, a herança portuguesa dessa intelectualidade, a qual ele afirmava ser também uma raça atrasada. Um dos motivos para seu julgamento pode ter sido a hierarquização dos títulos acadêmicos, em que os doutores se utilizavam de seus diplomas quase como títulos de nobreza. Para Maciel, os doutores brasileiros, sendo em grande quantidade, “pululam como praga, sintoma evidente de nossa herança peninsular ibérica, que nos sobrecarrega o sangue” (MACIEL, 23 dez. 1915, p.1).

Como se nota, as teses de Maciel apresentavam o que ele via como um programa para o aprimoramento da raça brasileira. Porém tanto em seus princípios quanto em seu conteúdo, elas eram bastante arrojadas em relação tanto a situação política quanto cultural do país e especificamente, da população local leitora do jornal. Defender a volta da Monarquia, por exemplo, embora fosse de interesse de alguns grupos, não era um discurso comum, que se poderia divulgar nas páginas de um jornal com a sua assinatura e sua distinção enquanto médico. O mesmo valia para suas afirmações relativas à inferioridade da raça brasileira em relação à alemã, que embora fosse estudada e ventilada em alguns meios acadêmicos, sua defesa em um jornal que não era voltado para um público acadêmico, havia um risco bastante grande de serem não aceitas e que discursos de refutação fossem publicados em seguida.

A REAÇÃO DA REDAÇÃO DO JORNAL: OS COLABORADORES SE POSICIONAM

As teses defendidas por Maciel nas páginas do jornal, embora se filiassem aos significados da melhoria eugênica, constituíam uma apropriação bastante heterodoxa da forma com que ela era entendida nos meios acadêmicos e de divulgação jornalísticos. Mesmo assim, tendo em vista que “a eugenia era compreendida como uma ciência sem fronteiras delimitadas, o que lhe possibilitava servir aos mais diferentes interesses científicos e políticos, sendo apropriada nas formulações de diversos projetos de construção da nação” (SOUZA, 2008, p. 163), não era impossível a circulação de representações tão contrastantes, pois a eugenia apresentava, uma “capacidade camaleônica de servir aos diferentes projetos ideológicos (SOUZA, 2008, p. 163)”.

Entretanto, uma das proposições primordiais das ideias de aprimoramento racial no Brasil era que a situação de inferioridade ou degeneração da raça brasileira poderia ser contida através de algum processo que não significasse a eliminação de uma raça brasileira e a substituição por outra cultura considerada superior. Porém, era justamente isso o que Maciel

propunha. E, além disso, ele defendia diversas medidas como a volta da Monarquia e o fim do Estado laico que eram contrárias à política oficial do jornal, cujo proprietário, inclusive, era um Espiritualista.

Essas ideias de Maciel eram, em muitos aspectos, opostas especialmente ao nacionalismo brasileiro em construção naquele período. Além disso, seu texto tocava em outros pontos delicados, como a construção da República, o estado laico e língua nacional, que também eram representações que muitas vezes apareciam ligados aos discursos nacionalistas. Soma-se a isso, a ideia de inferioridade racial e impossibilidade de eugeniação pelos “meios comuns” que Maciel defendia. Tudo isso tornava esse discurso do médico um tanto impopular em relação ao círculo jornalístico local.

O nacionalismo, tornou-se genuinamente popular, mas especialmente quando bebido como coquetel. Sua atração não residia tanto em seu sabor quanto na combinação com outros ingredientes ou com ingredientes que, esperava-se, estancariam a sede espiritual e material dos consumidores (HOBBSAWN, 1988, p. 146).

A primeira reação foi da redação do jornal e ocorreu antes mesmo dos colaboradores começarem a enviar suas respostas. Na parte logo abaixo da conclusão do artigo de Maciel, Reis publicou uma nota na qual afirmava que “não precisamos declarar que sob muitos pontos de vista (...) nossa redação se acha em completo antagonismo com este artigo de fundo” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 dez. 1915, p. 1).

Logo em seguida, as teses de Maciel foram repercutidas e criticadas pela *Diário da Tarde* de Curitiba, na edição de 30 de dezembro de 1915 e, portanto, apenas três dias após a publicação da parte final de seu texto.

A matéria que começava afirmando que “todo brasileiro no alforje de suas manias, tem uma sesquipedal⁷⁴: a de receitar mezinhas⁷⁵ para a salvação da pátria”, ironizava Maciel dizendo que ele estava querendo receitar “remédios caseiros para salvação da pátria (DIÁRIO DA TARDE, 30 dez. 1915, p. 1) e embora o discurso da redação afirmasse que tomava os discursos de Maciel como “pilherias”, os significados do texto apontavam para um desacordo completo e oposição aos princípios defendido pelo médico.

Apenas uma semana depois da publicação da segunda e última parte das teses de Maciel foi que o jornal *Diário dos Campos* estampou a primeira resposta as teses de Maciel. O artigo, intitulado “Carta aberta”, era assinado por um jovem de 24 anos filho de fazendeiros

⁷⁴ Fora do comum, peculiar. O jornal estava afirmando que o brasileiro possui manias incomuns.

⁷⁵ Receitas caseiras.

ponta-grossense e estudante de Direito em São Paulo chamado Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968).

Posteriormente Guimarães se tornaria uma das personalidades políticas ponta-grossenses mais bem-sucedidas, tendo sido eleito Senador por dois mandatos 1935 e 1946 e Deputado Federal em 1937 (CPDOC, 2018). Porém, no momento da publicação do seu artigo em 1916, o jornal e ele estavam diante de uma situação peculiar, pois se por um lado, a postura tomada por Maciel em relação à questão eugênica fazia com que a publicação necessitasse de uma resposta imediata, por outro, Maciel era um dos poucos médicos da cidade e uma figura de prestígio. Atacar o discurso de Maciel era correr o risco de atacar a figura do médico e seu poder social enquanto membro da respeitada classe médica.

A realidade de uma posição social não é mais do que aquilo que a opinião considera que ela é: É o reconhecimento, pelos outros, da qualidade de membro dessa sociedade que, em última análise, decide sobre essa mesma qualidade” (CHARTIER, 1990, p. 112).

Por outro lado, não reagir significaria compactuar com o discurso de Maciel, que inclusive já havia sido criticado em outra folha importante – o *Diário da Tarde* -. Por isso, em uma estratégia discursiva cavalheiresca, ao publicar a contraposição ao discurso de Maciel que se constituía de “Teses” – o que se assemelhava às teses médicas -, o texto escrito por Guimarães foi intitulado como “Carta aberta”, algo mais familiar e menos instituído de poder simbólico presente na escrita.

Esse poder simbólico é entendido, no viés de Bourdieu como “um poder de construção de realidade” (BOURDIEU, 1989, p. 9), em que nas relações sociais e nos significados constituídos nessas relações, uma transitoriedade social define o posicionamento de poder do indivíduo. Isso determina o respeito e aceitação do grupo em relação ao indivíduo e influencia na forma com que é tratado, ouvido, criticado respeitado ou ignorado pelo grupo.

Porém, se a “Carta Aberta” de Guimarães busca em seu aspecto preliminar, respeitar o poder simbólico de Maciel, por outro ela representa um desafio. Escrita em oposição ao discurso de Maciel e com objetivo de ser uma réplica seus posicionamentos, ela abre espaço para um debate sobre as “Teses” do médico.

Assim, observa-se que embora o poder simbólico de Maciel enquanto membro da classe médica e com prática internacional fosse algo reconhecível e que precisava ser respeitado, dentro do *Diário dos Campos*, em uma disputa entre Maciel e Guimarães, este

último era o indivíduo com maior capital simbólico. E especialmente, quando Guimarães agia como porta-voz da redação do jornal.

Por conseguinte, até mesmo o espaço da réplica de Guimarães é maior do que o comum, quando comparado à quantidade de linhas que as críticas de um texto recebiam no *Diário dos Campos*. Enquanto Maciel publica suas teses em duas edições, Guimarães tem as partes de sua “Carta” publicadas em seis partes, nos dias 3, 4, 5, 7, 10 e 12 de janeiro de 1916. Assim, o espaço em linhas de texto publicado que Guimarães possui na sua réplica, é três vezes maior que o de Maciel e nas disputas subsequentes, continuará a ter um espaço maior⁷⁶.

Tal preferência por Guimarães é motivado não apenas por ele defender um posicionamento próximo do que seria o “discurso oficial” do jornal. Ele, nessa época, embora ainda fosse um estudante de Direito, já era um dos “membros da redação” (REIS, 1 ago. 1914, p.1), e mesmo que nos casos de impossibilidade de Reis, fosse Julio Xavier quem assumia a direção do jornal, os constantes elogios que a redação, na figura de Reis faziam ao estudante (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 jul. 1916, p. 1), demonstravam que este tinha um capital simbólico relevante naquele ambiente.

Entre os outros fatores que contribuíam para o fato de Guimarães ser o primeiro a replicar Maciel está também o fato de que o seu poder não advinha apenas da sua figura enquanto estudante. Guimarães também era membro da elite dos Campos Gerais, sendo assinante do jornal e um dos indivíduos que compravam espaço de propaganda no periódico para divulgar seus trabalhos como advogado – mesmo não tendo ainda naquele momento concluído o curso -, de forma que possuía proximidade afetiva, poder monetário, e um certo poder simbólico enquanto aluno de Direito e “futuro doutor”.

Assim, torna-se mais compreensível os motivos que levaram a resposta à publicação de Maciel ser assinada por Francisco Carvalho Guimarães, a forma com que ela se constitui enquanto uma “Carta aberta” e, naquele momento, a necessidade de posicionamento do jornal em relação à questão que acabou colocando em choque duas representações bastante divergentes.

⁷⁶ Observa-se no quadro do debate entre Maciel e os membros da redação que o médico publicou mais da metade dos textos dessa diatribe. Tal ocorreu principalmente porque Maciel treplicava praticamente todas as críticas que recebia da redação. Assim, para cada réplica do jornal, geralmente havia uma tréplica de Maciel. Porém, enquanto Maciel publicou não mais de dez textos no *Diário dos Campos* além destes que fazem parte do debate, os membros da redação escreviam dezenas de textos sobre diversos outros assuntos – afinal, eles precisavam fechar as edições do jornal -. Assim, comparativamente, no período desse debate, autores como Guimarães, Reis e Ribeiro publicaram mais linhas no *Diário dos Campos* que Maciel.

“A SOCIOLOGIA É TUDO; A BIOLOGIA ENTRA COMO EXCEÇÃO”: A “CARTA ABERTA” DE GUIMARÃES E A QUESTÃO EUGÊNICA

O “Carta Aberta”, embora fosse de assumida responsabilidade do autor, significava em muitos aspectos, a opinião da equipe da redação, o que fica visível quando outros membros também entram no debate, sendo em suas formações ideológicas, um posicionamento do jornal em relação às teses de Maciel.

Em seu combate retórico, havia um enfrentamento às sínteses propostas por Maciel (GUIMARÃES, 3 jan. 1916, p. 1) e embora um dos principais pontos em destaque na “Carta” tenha sido o rebate ao suposto conteúdo “antipatriótico” das teses de Maciel, em sua constituição ela apresenta diversos aspectos sobre a relação entre os personagens, além de em diversos pontos demonstrar posicionamentos diferentes em relação à sociedade, a raça e o aprimoramento racial.

O fato de em alguns discursos sobre a eugenia, a questão do aprimoramento racial da sociedade brasileira aparecer amalgamada com os discursos nacionalistas, não é algo incomum, tendo em vista que no início do século XX, ambos serem debates em ênfase para a construção da nação. Inclusive, a melhoria da raça aparecia também como um tema de destaque para o nacionalismo brasileiro, sendo que os “remédios” para a “doença” da raça e a nacionalidade eram bastante pautadas nas discussões nos veículos liberais, como é o caso da imprensa.

A miscigenação se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro, vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população (SEYFERTH, 1996, p. 43).

Ambos os personagens conheciam a questão do aprimoramento da raça e concordavam com a existência de um atraso brasileiro, tendo em vista que ela também aparece também nos interstícios de texto de Guimarães, quando ele afirma que, após ter feito o estudo do texto de Maciel, ter entendido que este se compreendia de “inúmeras conclusões, que devem ser empregadas para combater o terrível enervamento da fibra moral de nosso povo” (GUIMARÃES, 3 jan. 1916, p. 1). Ao se utilizar desses termos para definir o texto de Maciel e não buscar rebatê-los, é possível notar que ele concorda com a existência desse “enervamento da fibra moral” do povo brasileiro.

Guimarães cita o artigo do jornal *Diário da Tarde* de 30 de dezembro sobre Maciel. Mas ao contrário do jornal que julgara que Maciel “pilheriava”, se limita a afirmar que a seu ver, as conclusões do médico eram errôneas e que à primeira vista, o artigo de Maciel era “impatriótico”⁷⁷ (GUIMARÃES, 3 jan. 1916, p. 1).

Como estratégia retórica e para se afastar do risco de estar atacando a classe médica, Guimarães antes de buscar rebater as teses de seu oponente, apela para seu lugar de fala, elogiando a sua Faculdade de Direito de São Paulo, e busca se filiar ao estudo científico afirmando que antes de escrever sua resposta tinha sondado “o profundo abismo em que se debate a nossa nacionalidade, o imenso perigo de um desmembramento, e procura colher o fenômeno sociológico e desvendar o remédio salvador, que será o sol bendito que nos trará ânimo e força” (GUIMARÃES, 3 jan. 1916, p. 1).

Essa comparação da melhoria da raça com um remédio para “doença” brasileira era bastante comum nessa época, pois já há algumas décadas, os discursos raciais eram quase unânimes sobre uma conferida inferioridade da raça brasileira. Tal propaganda negativa, deveu em muitos pontos, aos escritos dos viajantes estrangeiros como Gobineau que afirmava que a raça brasileira carregava uma série de aspectos psicológicos e sociológicos negativos.

Guimarães pergunta ironicamente, se para publicar tão retumbantes proposições, Maciel havia encontrado o remédio para o “problema” da raça brasileira. Se o encontrou, como o fizera? “S.s. devera ter descido fundo à História dos povos; devera ter estudado as condições peculiares de cada raça; devera compreender este receio que o povo manifesta de ser açambarcado pela Alemanha” (GUIMARÃES, 3 jan. 1916, p. 1).

A ironia, inclusive, será um recurso linguístico muito utilizado nesses debates entre Maciel e os membros da redação. A compreensão de sua presença e seus significados exige não apenas a apreensão das formações discursivas, mas também um processo complexo de análise dos indícios presentes no texto e os significados gerais e nucleares do mesmo, pois “A ironia [...] é mais frequentemente um processo semanticamente complexo de relacionar, diferenciar e combinar significados ditos e não-ditos – e fazer isso com uma aresta avaliadora” (HUTCHEON, 2000, p. 134).

Nesse caso, a ironia está no fato de que a operação de pesquisa que Guimarães aponta era improvável de ter sido feita por Maciel, pois este tinha formação médica e não

⁷⁷ O nacionalismo é outra representação que permeia todo o debate entre Maciel e os membros da redação. Vale lembrar que em 1916 a Europa era um campo de combate entre as potências imperialistas, e apesar da neutralidade brasileira, os defensores de cada lado da guerra também usavam as páginas do *Diário dos Campos* para propagandear seu lado ou acusar seus adversários. Ao mesmo tempo, a forte presença de imigrantes era outro ponto de tensão, pois, como foi visto, diversos colaboradores se queixavam de estes não se “abrasileirarem”.

sociológica. O processo de descer “ao fundo à História dos povos” para compreender “as peculiaridades de cada raça”, poderia estar mais próximo, inclusive, do arcabouço acadêmico de um profissional do Direito, como seria o caso de Guimarães, que em seu discurso, cita diversas vezes a ciência sociológica.

Após ter legitimado a validade de seu discurso, Guimarães, busca refutar as teses defendidas por Maciel. Ele deixa a questão da raça por último, e discute as questões “patrióticas” primeiro. Assim, trata-se de uma estilística de escrita de convergência de argumentos em que o articulista partiu de uma noção geral de patriotismo para na sequência adentrar no ponto central da disputa, que era a questão da raça e a proposta “indecente” de Maciel.

Guimarães considera o retorno da Monarquia uma tolice, pois “as formas de governo são meros acidentes na marcha de evolução dos povos” e o fim do Estado Laico e retorno do catolicismo como religião oficial como desnecessários pois “os princípios da moral são mais ou menos absolutos e servem de alicerce a todas as novas religiões” (GUIMARÃES, 4 jan. 1916, p. 1).⁷⁸

Quanto a terceira tese, Guimarães concorda em parte, mas discorda veementemente do ensino de língua alemã nas escolas, que seria responsável pela “desnacionalização”. Porém, para ele, a instrução era necessária para a evolução da nação. Segundo ele: “De todos os terríveis problemas que pesam, enchendo de angústias e pavor a vida brasileira, é a instrução, sem dúvida, o mais complexo, o mais debatido. É a rocha em que as vagas⁷⁹ se perdem” (GUIMARÃES, 5 jan. 1916, p. 1).

Porém, a questão da instrução da população enfrentava o problema da falta e professores capacitados, ao qual, Guimarães soma a falta de contato entre a população citadina e os grupos mais afastada dos grandes centros. “E demais, como espalhar a instrução aos nossos caboclos? Ir procura-los, nos sombrios sertões e trazê-los acorrentados? Lança-los em cárcere, se até isso exigir a execução da lei” (GUIMARÃES, 5 jan. 1916, p. 1).

Em outro ponto, Guimarães, demonstra novamente estar ciente daquilo que era percebido como a degeneração da raça brasileira, pois afirma lamentar que o “enigma

⁷⁸ Vale lembrar que Guimarães era um dos membros da redação mais próximos de Reis. E embora não tenha sido possível determinar a religião de Guimarães, o redator do *Diário dos Campos* espiritualista. Um Estado não-laico não era do interesse da redação especialmente porque diversos colaboradores estavam em um meio caminho entre o catolicismo, protestantismo e espiritualismo. Quando Guimarães se opõe a essa ideia de Maciel, está defendendo também um princípio que a redação seguidamente reforçava.

⁷⁹ Ondas que se formam próximas ao litoral.

tortuoso esplende⁸⁰ [...] sem que saibamos o segredo da nossa regeneração” (GUIMARÃES, 5 jan. 1916, p. 1).

Entretanto, para ele, a regeneração não poderia passar por um processo de desaparecimento da “nação brasileira” e “surgimento de uma raça dos flancos fecundos da Germânia”, como Maciel defendera, pois, o desaparecimento da cultura nacional seria o momento em que

Com os olhos turvos de lágrimas, contemplarmos o desaparecimento de todos os nossos sonhos de uma raça forte, de uma raça vigorosa que não temeria nação alguma...e então sombras de incerteza e sangue, descessem sobre nós coroando a nossa escravidão [...] seria eu o primeiro a gritar: [...] não deixeis que outra língua de um povo forte, espalhe por sobre a nossa terra, a ruína e a escravidão (GUIMARÃES, 7 jan. 1916, p. 1).

Porém, se não bastasse a oposição entre a questão da germanização, Guimarães também se opõe a Maciel na questão da impossibilidade da raça brasileira chegar por um próprio caminho ao nível dos alemães. Ao contrário de Maciel, para ele, não haviam raças superiores, mas sim, raças em estados diferentes de evolução (GUIMARÃES, 5 jan. 1916, p. 1).

Essa divergência entre Maciel e Guimarães sobre os estágios evolutivos das raças é explicado pela oposição entre “ser” e “estar” raça inferior ou superior. Para Maciel as raças eram superiores ou inferiores. Assim, para ele, a raça brasileira era inferior a alemã. Para evoluir a raça nacional, a melhor saída era emular a raça alemã, trazendo material genético e cultural alemão. Já para Guimarães, a raça brasileira estava inferior. Para ele, as raças em diferentes estágios de evolução poderiam avançar ou regredir em seu estágio evolutivo. Assim, a raça brasileira poderia buscar a perfeição sem precisar ser subsumida a outra. O aprimoramento poderia ocorrer seguindo o caminho de intervenção no meio social. Dessa forma, nesse aspecto, a grande diferença está nas influências principais em cada discurso. Maciel é mais mendelista, enquanto que Guimarães pende para o neolamarckismo.

Nesse ponto, embora com uma leitura bastante divergente da proposta pelos defensores da melhoria da raça, Guimarães defendeu que existia a possibilidade de uma eugeniação da população e para rebater a acusação de Maciel sobre uma inferioridade da intelectualidade brasileira, ele citou personalidades de destaque daquele momento como Oswaldo Cruz e Rui Barbosa.

⁸⁰ Brilha, cintila.

Na parte final de sua “Carta Aberta”, Guimarães defende a sua própria tese sobre a eugenia brasileira. Em contraposição ao paradigma biologizante da eugenia mendelista, Guimarães defende uma eugenia que possuía uma ampla ligação com os ideais sociológicos, especialmente o neolamarckismo. Para ele, o aprimoramento da nação ocorreria através de intervenções no meio social que produziriam resultados de forma lenta e contínua para o aprimoramento das futuras gerações.

Da geração atual, já se não pode esperar. No momento em que as paixões explodem, é um hábito velho, condenarmos a nossa degeneração. Ela existe e funda⁸¹. Nos costumes políticos, privados, a intolerância é a norma que seguimos. Falta o remédio para esse mal. É a reação. Reajamos, portanto. Não é um mal hereditário. Ao contrário, todo homem está preso às leis mesológicas. A Sociologia é tudo. A biologia entra como exceção” (GUIMARÃES, 12 jan. 1916, p.1).

Assim, embora não nominalmente, Guimarães defende uma eugenia com base em pressupostos sociológicos, em que a alteração no meio promoveria modificações nas características dos indivíduos, e tais atributos seriam passados a seus descendentes, de forma que assim, seria possível promover a eugenia da raça brasileira, corrigindo a sua “degeneração”.

Nota-se que ambos não se filiavam completamente a um discurso, seja ele o mendelista ou neolamarckista. As representações de ambos constituem um amálgama de diversos conceitos, princípios e teses de vários autores e embora concordem na ideia da existência de raças e considerem a população brasileira degenerada, a solução apresentada difere um do outro. Enquanto Maciel afinava seus discursos com influências que havia sofrido em seu curso de medicina e sua estadia no Império alemão, a opinião dominante do jornal da qual Guimarães se apresentava como um porta-voz privilegiado, era tributária das ideias oriundas da França e de outros países latinos, incluindo a Itália e Argentina, onde naquela época, o neolamarckismo – inclusive Lamarck era francês – era bastante aceito. Nota-se assim, que a ciência, quando sua apropriação ocorre em contextos culturais diferentes, não envolve apenas a aceitação enquanto lógica ou empírica, mas também os usos culturais e interesses dialogados que influenciam na sua aprovação ou rejeição, de forma que “as inflexões neolamarckianas da hereditariedade envolveram menos questões de fato ou lógica, que fatores culturais ou políticos, partes inevitáveis da ciência” (STEPAN, 2005, p. 81).

⁸¹ Funda: tem fundamento, tem sentido.

A DISPUTA SE ACIRRA: OS COLABORADORES CONTRA MACIEL

A “Carta Aberta” de Guimarães não significou o fim da discussão. Os termos utilizados e os posicionamentos divergentes em relação ao “remédio” para a raça deram ensejo a novas discussões e apenas duas edições após o término da “Carta aberta” era publicado um novo artigo de Maciel com o título de “Respondendo”, que continuava a disputa (MACIEL, 15 jan. 1916, p. 1).

Nessa sequência Maciel defendeu que era um erro que os imigrantes alemães tivessem que assimilar a cultura brasileira quando o correto era que os brasileiros se apropriassem da cultura alemã e para legitimar sua afirmação, citava, inclusive, Silvio Romero afirmando que: “Silvio que estudara, vai para anos, o caso, tivera um luminoso programa de redenção social, que, entretanto, caiu [...] no pântano gelado da indiferença ambiente” (MACIEL, 18 jan. 1916, p. 1).

Contudo, ele não explicita em qual sentido seu pensamento sobre a questão racial se aproximava das ideias de Romero. Suas teses e os discursos que defende nas edições seguintes se aproximam de uma leitura própria em que ele defendia determinados aspectos do branqueamento, mas que este precisaria, para ele, ser complementada pela germanização da cultura, que “encurtaria talvez de um século a jornada tormentosa de nossa evolução social” (MACIEL, 31 mar. 1916, p. 1).

Porém, sua visão de branqueamento era divergente e paradoxal, pois deixava de fora os indivíduos que não pertencessem ao que ele considerava ser o “elemento branco”. Ao que as fontes indicam, ele pretendia que os imigrantes alemães caldeassem com a população branca brasileira em meio a uma gradativa aquisição da “cultura alemã”. Tal processo excluía os “não-brancos” que, embora não citados, por lógica tenderiam a ser excluídos do processo.

Assim, ele, considerava que era possível “branquear” – que para ele incluía alemanizar - a população, mas sem a miscigenação de raças de cores diferentes. Esse processo ocorreria através da chegada de imigrantes e a introdução da cultura alemã, que na visão dele, por serem eugenicamente superiores, iriam suplantam os considerados como inferiores. Como foi visto no capítulo anterior, essa ideia de promover cruzamentos seletivos excluindo determinadas raças ou grupos sociais era característico da eugenia mendelista e estadunidense. Assim, peculiarmente, Maciel estava fazendo um discurso que amalgamava a seletividade eugênica galtoniana, a defesa de uma miscigenação controlada e especialmente, uma eugenia cultural à alemã.

Após o “Carta Aberta”, em meio aos artigos de Maciel sobre a eugenia, Guimarães se limitou a fazer ligeiros apartes, sempre contestando essa visão “antibrasileira” e reafirmando a sua visão de que a instrução e influência no meio eram o caminho para a resolução da questão da raça.

Nesse mesmo período e em consonância com seus artigos sobre a questão do aprimoramento da raça, Maciel continua publicando textos tido como alemanistas pelo jornal, acusando a França e defendendo a Alemanha na guerra. Em contraposição a ele, a redação publica notícias sobre a existência de um perigo de controle alemão nas terras do Sul do Brasil e questões de melhoria da nação a partir da disciplinarização dos costumes.

Apenas em 15 de março de 1916, em virtude do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro ter publicado um artigo em que afirmava que o Brasil deveria se apoderar dos navios mercantes alemães ancorados nos portos brasileiros, tendo em vista que a Alemanha não havia pago o estoque de carregamento de café, Maciel escreve uma resposta em que deixa de atacar os “afrancesados” brasileiros, para se voltar contra a equipe do jornal carioca e os indivíduos, que, segundo ele, “decaídos”, eram os responsáveis pela beligerância com os alemães e o atraso do desenvolvimento brasileiro.

O que não tem qualificativos nem explicação aceitável é a interferência que no caso já se arroga, a sesquipedal fatuidade do brasileiro, ou melhor do carioca, de leviandade inefável, seu perpétuo frenesi de nervos em desequilíbrio, arengando às esquinas o eterno berreiro a raça de que supõe inteiramente derivar, quando só parcialmente o faz, uma vez que nenhuma cultura poderá jamais, decantar-lhe o sangue, os fatores acentuados que o africano e o índio ali sempre inocularam (MACIEL, 15 mar. 1916, p. 1).

Ainda nesse artigo, Maciel comparava a questão racial a uma mancha, e que “nem todas as águas dos rios, nem todos os perfumes da Arábia são já capazes de apagar esta nódoa maldita” (MACIEL, 15 mar. 1916, p. 1), ou seja, que o branqueamento “tradicional” ou as políticas de atuação no meio lhe pareciam inúteis e pouco produtoras dos resultados almejados por ele. Novamente, a eugeniação, para ele, deveria excluir esses grupos “manchados” e miscigenar apenas brancos com alemães.

Essa fala de Maciel reacendeu os debates sobre a raça e ensejou um aumento na quantidade de ofensas e sarcasmos. Já nesse artigo, Maciel criticara a raça brasileira, julgando-a depravada e degenerada e ao mesmo tempo, criticava o “perpétuo frenesi” da raça (MACIEL, 15 mar. 1916, p. 1). Nesta e em outras publicações também reprovava a raça

portuguesa, da qual segundo ele advinha toda a desorganização e indisciplina do brasileiro. Portugal era, segundo ele, na prática, um vassalo da Inglaterra (MACIEL, 15 mar. 1916, p. 1).

A crítica feita por Maciel sobre a formação da raça brasileira envolvia tanto o nacionalismo, a Primeira Guerra e a questão eugênica. Maciel havia afirmado que a contribuição portuguesa para a formação racial brasileira não fora de muita utilidade, pois, segundo ele, Portugal era o mais atrasado dos países europeus.

Embora Hugo dos Reis, proprietário do jornal fosse carioca, a manifestação em resposta a Maciel veio de Julio Xavier, um odontologista ponta-grossense de descendência portuguesa e um dos principais “membros da redação”, o qual havia, inclusive, assumido a direção do jornal durante as viagens de Reis.

O subtítulo de “O peor cego” é “Portugal na guerra”. Xavier, entrava, assim, na “guerra” para defender o valor da raça portuguesa na formação da nação brasileira. Seu texto dizia que “o Dr. Maciel, para defender a sua poderosa Alemanha, insulta as outras nações” (XAVIER, 15 mar. 1916, p. 1). A edição seguinte do *Diário dos Campos* trazia a segunda parte do artigo de Xavier, onde acusava que ao contrário de Portugal, fora Maciel que havia contraído um pacto de vassalagem, mas com a colônia alemã (XAVIER, 17 mar. 1916, p. 1).

Tendo afirmado que Maciel “certa vez em uma rodinha de amigos afirmou que se envergonhava de ser brasileiro” (XAVIER, 18 mar. 1916, p. 1), ele retoma a citação sobre a raça brasileira feita por Maciel, grifando as palavras: sesquipedal, fatuidade do brasileiro, leviandade inefável e frenesi de nervos em desequilíbrio. Na conclusão, afirma que “Sua exa., referindo-se aos brasileiros, tomou a si próprio como exemplo. Está dessa forma explicado o “perpétuo frenesi de nervos em desequilíbrio. Sua exa. na e defesa a que se propôs, está realmente desequilibrado” (XAVIER, 18 mar. 1916, p. 1).

A nova resposta de Maciel é publicada em 21 e 22 de março, na qual em uma estratégia diferente – mas provavelmente não tão eficiente – ele escreve uma “Carta a Hugo dos Reis” em que busca apoio do redator do jornal contra as acusações dos colaboradores da publicação.

No momento seguinte, até mesmo colaboradores das cidades vizinhas se voltam contra Maciel, como é o caso de Romualdo Moraes, correspondente da cidade de Fernandes Pinheiro, que escreve uma carta afirmando que Maciel “achincalhava a nacionalidade brasileira”. Em um ponto peculiar dessa carta, Moraes concorda com a afirmação de Maciel de que nenhuma cultura poderia subtrair a “mancha indelével deixada pelo africano”, mas reafirma sua defesa da nacionalidade, dizendo que restava aos brasileiros ter uma vontade firme de reagir a “qualquer um que ousa nos ferir” (MORAES, 18 fev. 1916, p.1).

Esse artigo de Maciel de 15 de março, também representou o início do processo de perda de espaço pelo médico nas páginas do jornal. Se não bastasse um correspondente não ter hesitado em se contrapor a ele, também os membros da redação passam a colocar argumentos mais agressivos em seus textos. Em “A propósito de o peor cego”, por exemplo, Xavier ironiza dizendo que tinha a intenção de colocar um ponto final na discussão, pois não lhe agradava “vergastar defuntos” (XAVIER, 24 mar. 1916, p. 1).

Maciel respondeu em “Para ser lido com hilariedade” em 28 de março, onde de uma forma satírica brincou com a imaginação do leitor sobre como seria o Brasil no ápice de sua evolução eugênica, em que “a sua floresta humana é tão luxuriante quanto a vegetal, muito especialmente ela se há enriquecido dos mais peregrinos exemplares, após o abençoado advento da nova forma governativa” (MACIEL, 28 mar. 1916, p. 1). Esse artigo de Maciel era completamente sarcástico, no qual, por exemplo, a afirmação de que o país havia se enriquecido com “peregrinos exemplares”, diz respeito à crítica que ele fazia ao fato de a maioria dos imigrantes que vinham não só não serem os tão desejados – por Maciel - alemães, quanto, em muitos casos serem pobres e com pouco recurso para construir uma nova vida no Brasil.

A resposta a esse texto de Maciel é assinada por Junqueiro e Guerra intitulado “Bennot falsificado”, o qual é sarcástico até mesmo no título, pois Guerra, em meio aos debates, passa a assinar com o pseudônimo de Conde Bennot, que seria um Conde decadente dos tempos do Império que não se adequara ao sistema republicano. Assim o Conde Bennot era uma crítica à postura de Maciel, considerada como antinacionalista e monarquista (JUNQUEIRO E GUERRA, 29 mar. 1916, p. 1).

No “Bennot falsificado”, após haver realizado um breve relatório dos fatos ocorridos no debate entre Maciel e os membros da redação, Guerra se posiciona sobre a questão e defende a possibilidade de avançar sem para isso depender daquilo que era considerado por ele como uma desnacionalização.

Dr. Barbosa Maciel, para se tornar notável, na História contemporânea espezinha e degrada a raça a que pertence. S.s. num açodamento comprometedor, consciente da sua fraqueza, visto como é um cientista, e de antemão sabe a influencia a que obedece, nega de maneira odiosa e falsa, os característicos componentes da nossa raça, deixando-os numa penumbra ridícula, com o intuito preconcebido e torpe de fazer prevalecer sobre nós os caracteres hereditários de uma outra raça (GUERRA, 29 mar. 1916, p. 1).

Um fato característico da escrita de Guerra é que, ao contrário do “Para ser lido com hilariedade” de Maciel, ele embora ataque seu oponente em todo o texto, não o faz de forma totalmente sarcástica, assumindo em totalidade um personagem, como o título poderia sugerir, e embora assine diversos artigos como Bennot, o conteúdo do texto é discursivo e argumentativo.

A resposta de Maciel, novamente em um texto dedicado à Hugo dos Reis, chamado “Segunda Epístola a Hugo dos Reis” afirma que não julgara que os elementos do atraso racial brasileiro fossem exclusivamente africanos, mas também de sua herança portuguesa, ao qual afirma que Agassiz⁸² e Silvio Romero concordavam com sua afirmação (MACIEL 30 mar. 1916, p. 1; MACIEL, 31 mar. 1916, p. 1).

Em outro ponto, critica o “nacionalismo” dos intelectuais, pois em um momento de discussão das questões da raça, segundo ele, a solução deveria estar acima de “interesses mesquinhos”. E em defesa a seus argumentos, afirma que as críticas que sofria eram também motivadas “porque sustento que a mestiçagem brasileira (em meio da qual naturalmente estou) precisa muito mais de disciplina, do que de reformas constitucionais” (MACIEL, 30 mar. 1916, p. 1).

Em outro momento, Maciel comenta como se fosse senso comum naquele período a constatação da formação brasileira a partir do amálgama das três raças. Isso em 1916, e, portanto, quase duas décadas antes de Gilberto Freyre⁸³ escrever o livro “Casa Grande e Senzala” (FREYRE, 2002). Segundo ele: “no concernente a trilogia: africano, índio e português, quem é capaz de negá-la?” (MACIEL, 31 mar. 1916, p. 1).

Dos seus efeitos de cruzamentos nem sempre vantajosos, fale o pediatra Fernando Figueira, doutrinando os discípulos na Faculdade do Rio: tem estudado os sociólogos os efeitos das raças fortes em contato com as fracas: está dito que aquelas predominam. Todos os países, diz Gustave Le Bon, que apresentam um excessivo número de mestiços, estão votados, só por este motivo, à perpétua anarquia, desde que não estejam governados por mão de ferro. [...] tal será fatalmente o caso do Brasil, que conta apenas com um terço de brancos, sendo o resto da população constituída por negros e mulatos. (MACIEL, 31 mar. 1916, p. 1)

⁸² Louis Agassiz (1807-1873) foi um Zoólogo suíço que ficou conhecido pela expedição Thayer, realizada em 1865 e 1866 que produziu uma série de registros raciais do Brasil. Os textos produzidos sobre os resultados dessa expedição foram alguns dos responsáveis pela negatização da multiplicidade racial brasileira presente naquele momento (MACHADO, 2007).

⁸³ A edição ao qual o pesquisador tem acesso é uma republicação de 2002 pela editora Record (FREYRE, 2002). Porém, a publicação original é de 1933 pela Global editora.

Nota-se, nesse ponto esclarecedor sobre sua visão do “remédio” para a questão do atraso brasileiro, que Maciel se mostra decididamente contrário à miscigenação de indivíduos entre as “três raças”, pois para ele, os mestiços estavam “votados à perpétua anarquia”. Assim, em oposição aos defensores do caldeamento racial, ele conclui afirmando “que espécie de evolução é esta, do melhor para o pior?” (MACIEL, 31 mar. 1916, p. 1).

Nas discussões seguintes, é novamente Junqueiro e Guerra que se opõe à Maciel, e em resposta, busca de uma maneira otimista defender a possibilidade de um aprimoramento racial a partir da miscigenação de uma forma não tão excludente quanto Maciel:

O brasileiro também há de chegar à perfeição e para isso é que contamos com o concurso de outras raças, com o coeficiente dos alemães e até das alemãs! [...] para confirmar o que dizemos há aí uma coisa chamada seleção. [...] Darwin aí está pregando as doutrinas do evolucionismo, secundado por uma porção de sábios alemães. Se o antropeide se fez homem, por que o mulato não poderá dar gente branca? (JUNQUEIRA E GUERRA, 6 abr. 1916, p. 1)

A resposta de Maciel novamente é irônica: “Não pode haver mais dúvida, pela famosa seleção, o mulato será branco, quando Guerra for Sociólogo, e eu, Aleijadinho” (MACIEL, 8 abr. 1916, p. 1). Porém, se Maciel utiliza do termo “seleção”, o sentido que atribui não possui todo o significado darwiniano, mas uma apropriação a um ambiente específico. Nessa publicação, o termo é utilizado para significar a seleção por branqueamento através da miscigenação das três raças, ao qual Maciel considera como impossível de promover um aprimoramento.

E finalmente, no artigo seguinte, Junqueiro e Guerra defende que “uma raça qualquer [...] não pode estacionar: ou evolui ou degenera. Veja v. Exa. Que heresia não produziu ao afirmar que o mulato seria sempre o mulato” (JUNQUEIRO E GUERRA, 17 abr. 1916, p. 1). Dessa forma, ele se posicionava, assim como os outros membros da redação, incluindo Reis, Ribeiro e Guimarães, de forma favorável à uma mutabilidade do processo de seleção natural e coadunava com seus colegas sobre a possibilidade de aprimoramento racial através da miscigenação e atuação no meio social.

Em meio aos debates sobre a possibilidades de melhoria da raça, tornava-se cada vez mais notável o fato de que Maciel ia perdendo poder simbólico e espaço de publicação nas páginas do jornal – principalmente após 15 de março – em virtude de seu posicionamento radical sobre a questão. Ao mesmo tempo, se torna visível uma opinião comum entre os argumentos dos membros da redação, os quais, embora individualmente apresentassem variações, em seu conjunto, e em oposição à Maciel se uniam em uma crítica coletiva.

A disputa entre Maciel e os membros da redação havia chegado a um ponto crítico, em que, apesar de sua atuação como médico, ele estava continuamente perdendo espaço na publicação. Ao mesmo tempo, havia se formado uma “frente de combate” aos discursos dele, de forma que qualquer posicionamento que o médico publicasse era criticado em artigo seguinte.

A perda de espaço também havia ensejado a publicação de ofensas cada vez mais graves à sua figura, que ao contrário das primeiras publicações que apenas buscavam ironizá-lo, agora tratavam-no como descontrolado, desequilibrado (XAVIER, 18 mar. 1916, p. 1) e um “defunto vivo” (XAVIER, 24 mar. 1916, p. 1).

Em diversos momentos, os contendores haviam se utilizado da ironia como ferramenta discursiva, seja nas críticas de Maciel através do “Para ser lido com hilariedade” para os membros da redação, os quais ele julgava ter opiniões inocentes e exageradamente otimistas em relação ao aprimoramento, ou nas respostas do Conde Bennot e Julio Xavier⁸⁴.

Porém é o artigo de 26 de abril que praticamente finalizou a participação de Maciel no jornal, que em seguida se mudou para São Paulo (MACIEL, 16 ago. 1916, p. 1) e deixou de colaborar. O texto “Fechando a cova” de autoria de Junqueiro e Guerra, é escrito de forma sarcástica como se fosse um obituário fictício de Maciel, que morrera de “traumatismo ignaro – germânico – engrossativo (excesso de germanismo)”⁸⁵ (JUNQUEIRO E GUERRA, 26 abr. 1916, p. 1).

No “obituário” Junqueiro e Guerra apresenta alguns dos motivos da morte: Para ele, Maciel desconhecia a leitura reflexiva dos autores da questão da raça no Brasil e, por conseguinte “Tinha o bom homem a mania de torcer autores a seu bel prazer...infamou Silvio Romero, ridicularizou Agassiz e muitos outros” (JUNQUEIRO E GUERRA, 26 abr. 1916, p. 1).

Mais adiante, ele continuava: “O finado etnólogo afirmava candidamente convencido – eram os europeus que se estavam caldeando no Brasil. Talvez agora, depois de morto, esteja ele a purgar suas heresias caldeando a alma nas vastíssimas oficinas do inferno” (JUNQUEIRO E GUERRA, 26 abr. 1916, p. 1).

Afirma, também, ironicamente que Maciel morrera levando para a “cova”, suas tendências germanófilas e seus “sonhos irrealizáveis”. Em seu discurso final, Guerra continuamente frisa a questão da evolução do mulato para o branco, o qual pelo seu posicionamento era uma das maiores divergências em relação à Maciel.

⁸⁴ Que possivelmente eram a mesma pessoa.

⁸⁵ Excesso de ignorância.

No entender do pobre homem, o mulato seria mulato *per omnia saecula saeculorum*⁸⁶, e por assim haver resolvido, torceu o bom Silvio Romero e pronto. Silvio⁸⁷, porém, diz que o mulato evoluindo, virá a ser uma raça poderosa, melhor talvez que a alemã (JUNQUEIRO E GUERRA, 26 abr. 1916, p. 1).

Nota-se assim, novamente, a divergência de leituras em relação às publicações de Agassiz e Sílvia Romero, os quais eram utilizados para legitimar discursos tanto de Maciel quanto dos membros da redação, variando desde uma defesa ao branqueamento e atuação no meio tendo uma forte ligação social e neolamarckista até a defesa de miscigenação restrita e influência biológica em Maciel.

Contudo, embora a “morte” de Maciel tenha sido um evento fictício, ela significou também a sua queda final no espaço público do jornal, tendo ele se retirado de Ponta Grossa pouco tempo depois. Três dias depois da sua “morte” Maciel ainda publicou uma defesa no *Diário dos Campos*, onde acusa de falta de conhecimento científico os seus adversários e finaliza com uma ironia a Guerra brincando que este, após ter tido a “aula” de evolução iria a um bar, ao qual Maciel alerta para que “não vá se embriagar” (MACIEL, 29 abr. 1916, p. 1), tratando assim, de uma ironia final ao alcoolismo, um dos elementos que considerava responsáveis pelo atraso brasileiro.

Esse foi o último texto dos debates entre Maciel e os colaboradores do jornal, que praticamente já terminara com o “obituário” do médico no “Fechando a cova”. Maciel ainda publica um “besourando” um mês depois sobre povos capazes de evoluir e povos incapazes, mas é sumariamente ignorado pelos membros da redação. Em 16 de agosto é publicado uma última “Carta a Hugo dos Reis”, escrita por ele em 6 de agosto de São Paulo, cujo frontispício que dizia “deixai vos prender, vos descompor, vos injuriar..., mas disse a verdade” (MACIEL, 16 ago. 1916, p. 1), provavelmente diz respeito à questão dos debates e ao possível cerceamento ao qual tinha sido alvo.

Seu espaço na publicação fora sendo diminuído continuamente em virtude de seu posicionamento em oposição à redação do jornal, o que provavelmente significou também a perda de seu capital simbólico no meio social pontagrossense. Não é possível afirmar com certeza que a sua perda de reconhecimento no jornal e morte simbólica determinou a sua saída de Ponta Grossa. Porém, o fato é que após 16 de agosto de 1916 se perde contato com o médico

⁸⁶ Para sempre, eternamente.

⁸⁷ Curiosidade interessante, Junqueiro cita Romero pelo primeiro nome, uma característica comum de leitores ocidentais a partir do século XX que possuem familiaridade com um determinado autor.

Francisco Barbosa Maciel. A figura de Maciel desaparece para o jornalismo ponta-grossense, paranaense e mesmo de outros estados brasileiros. Nos anos seguintes, nenhum texto em jornais brasileiros do sudeste e sul do país cita alguma atividade de Maciel seja como profissional médico ou como colaborador em publicação. Ele virtualmente sai de cena.

Apenas 20 anos depois, nas edições do *Almanaque Laemmert* de 1936 e 1937 se encontra a presença de um médico com nome de Francisco Barbosa Maciel atuando na pequena cidade de Santo Anastácio, no oeste paulista (ALMANAQUE LAEMMERT, 1936, p. 2174; ALMANAQUE LAEMMERT, 1937, p. 1902).

AMÁLGAMAS DISCURSIVOS: EUGENIA E RAÇA NAS REPRESENTAÇÕES DOS CONTENDORES

O debate entre Maciel e os membros da redação apresenta, assim, ao menos duas formas divergentes de significações sobre a questão do aprimoramento racial, uma das quais fortemente neolamarckista e outra tributária de diversos momentos da carreira do médico, na qual se destaca uma peculiar interação cultural ocorrida - a estadia na Alemanha.

As representações publicadas nas páginas do jornal ocorrem, como foi notado, em um espaço de tempo relativamente curto – menos de 8 meses – e em meio à uma relação de debates, o que significa que em diversos momentos, estratégias retóricas e a disputa de poder estão lado a lado com a produção das representações: era preciso não apenas divulgar a sua forma de pensar o aprimoramento, mas também desacreditar o viés do outro.

Em meio a esse confronto discursivo e também por estratégia de linguagem e posicionamento, os participantes se organizaram, em dois grupos principais, o de Maciel e o dos membros da redação, o qual incluiu também colaboradores e até correspondentes da publicação. Tendo as representações sido construídas em uma disputa dialógica, se fez necessário a compreensão não apenas do espaço e tempo em que foram publicados, mas também do diálogo combativo no qual se inseriu e que permeou as construções textuais e as discussões sobre as representações publicadas.

Ao mesmo tempo, tendo sido produzido em meio a uma temporalidade própria - final do ano de 1915 e primeira metade de 1916⁸⁸ - ele não deve ser pensado como a visão total do jornal sobre o tema – e por isso a importância das visões dominantes e exceções sobre a

⁸⁸ E como dito, também entremeado pelo nacionalismo da Primeira Guerra e do racismo típico da sociedade brasileira e ponta-grossense daquele período. Inclusive, na primeira resposta de Guimarães, este afirma que “Parece, à primeira vista, que o artigo de S. S. é impatriótico” (GUIMARÃES, 3 jan. 1916, p. 1).

eugenia do capítulo 2 -, mas como discursos construídos em meio a uma situação específica. Concorde-se, assim, com Chartier sobre a afirmação de que para estudar as representações em um debate específico é preciso compreender as particularidades de sua produção.

[É preciso que] cada série de discursos seja compreendida em sua especificidade, ou seja inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veracidade (CHARTIER, 1991, p. 187).

Como foi visto nas páginas anteriores, os debatedores se utilizavam de leituras próprias de autores em voga naquele momento. Além dos já citados Romero e Agassiz, o biólogo Ernst Haeckel (1834-1919) foi utilizado em alguns discursos, principalmente por Junqueiro e Guerra, mas também por Maciel.

Porém, enquanto o médico não buscou explicar sua leitura do biólogo alemão, Guerra o evidenciou como um divulgador das obras de Darwin.

Haeckel, que estabeleceu e firmou as bases da grande doutrina monista no vasto solo alemão, admite como premissas irrefutáveis as descobertas darwinianas, chegando a reconstruir a enorme corrente do evolucionismo elo por elo através do reino animal, até chegar ao homem consciente e civilizado (JUNQUEIRO E GUERRA, 13 abr. 1916, p .1)

Foi Haeckel quem descreveu uma grande quantidade de espécies, tendo inclusive dado nome ao “Reino Protista” como um dos cinco Reinos em 1866 (SANTOS e RAMOS, 2013, p. 502). Contudo, ele não é um dos fundadores da Biologia mais lembrados. Após 1874, suas pesquisas entraram em decadência depois da descoberta e confissão de que seus desenhos sobre embriões eram forjados, o que fez ele perder credibilidade no meio acadêmico.

Porém, a sua utilização nos discursos da evolução racial se liga ao fato dele ter sido um grande divulgador da Teoria da Seleção Natural de Darwin, especialmente no seu livro *Generelle morphologie* de 1866 (ADRIAN e MOORE, 1991). Além disso, ele apresentava aproximações com o discurso de Galton especialmente na questão do aprimoramento das raças humanas. Entre os três, há uma troca de cartas na década de 1860, de forma que o posicionamento de Haeckel sobre a evolução das raças humanas aponta que além de um dos divulgadores da doutrina evolucionista de Darwin, era também um leitor de Galton e embora

Darwin evitasse se posicionar sobre a questão do aprimoramento das espécies, os outros dois o faziam.⁸⁹

Assim, embora tenha sido Galton quem apontou e validou perante a academia, a partir de um rigor científico para a época alguns dos principais métodos que seriam discutidos e aceitos nas questões da eugenia, Junqueiro e Guerra se utilizou de Haeckel ao desenvolver seu discurso sobre a melhoria da raça. A escolha de citar Haeckel pode ter sido motivado, inclusive, pelo fato de vários colaboradores estarem mais confortáveis com a leitura desse biólogo alemão, que era também um divulgador do espiritualismo (LOPEZ, 2008). Isso aproximava ele das ideias de vários colaboradores do impresso ponta-grossense. Em todo caso, a ideia de citar Haeckel em uma postura sobre o aprimoramento brasileiro se constitui de uma leitura “em terceira mão” da eugenia.

Da mesma forma que em outras questões colocadas nesse debate, mesmo se utilizando de princípios discutidos por Galton, ele não é explicitamente citado e apesar de a linguagem presente no discurso colocar em questão a ciência galtoniana, os contendores preferem citar outros autores. Tal fato pode ter se dado tanto pela linguagem densa das obras do eugenista britânico, que excluía indivíduos com formação distintas – como é o caso de advogados, comerciantes, etc – quanto por alguns princípios que em muitos casos, naquele momento eram aceitos no Brasil apenas quando ressignificados, como é o caso de seu posicionamento em relação a miscigenação. Assim, leituras menos densas e autores mais próximas da realidade local, como é o caso de Haeckel, Romero e Euclides da Cunha, são mais citados nesse debate e fazem parte do aparato discurso utilizado pelos contendores.

Maciel, por ter se colocado de forma contrária ao que naquele momento era o discurso predominante, sofreu as retaliações. Em seu posicionamento sobre o branqueamento com o qual ele brinca falando que “o mulato será branco, quando Guerra for Sociólogo, e eu, Aleijadinho” (MACIEL, 8 abr. 1916, p. 1) e em sua afirmação da “sesquipedal raça brasileira”, ele se aproximava do discurso restritivo em relação à miscigenação, pois julgava a mistura de raças que não fossem “superiores” como um dos responsáveis pela degeneração, sendo seu posicionamento não aceito no meio local.

⁸⁹ A troca de correspondências de Darwin está disponível no site “Darwin Correspondence Project”, que incluem um relacionamento tanto com Haeckel quanto com Galton. Em ambos os casos, as discussões sobre a Evolução das espécies e aprimoramento da espécie humana são temáticas centrais da troca de ideias, aos quais Darwin se mostrava relutante e os outros dois eram defensores. Embora não seja possível encontrar uma troca de cartas direta entre Galton e Haeckel é provável que o pensamento deste apresente influências de Galton.

Por conseguinte, pode-se apontar que no que tange ao branqueamento, naquele momento, a visão predominante no jornal se aproximava da defesa de um branqueamento através do caldeamento proposta por Silvio Romero.

Em um aspecto singular, Romero é citado tanto por Maciel quanto pelos membros da redação, sendo, porém, com leituras bem diferentes. Maciel utiliza Romero para legitimar seu discurso de branqueamento/alemanização restrita e uma necessidade de eugeniização cultural em que se deveria importar uma cultura superior, de forma a adiantar a evolução “ao menos um século”, enquanto que Junqueiro e Guerra, por exemplo, apropria-se de Romero em seu aspecto do branqueamento pela miscigenação e estímulo à vinda de imigrantes que promoveriam o chamado “clareamento” da raça brasileira.

Assim, as representações produzidas revelam uma certa tensão nas leituras sobre a questão do branqueamento e aprimoramento da raça, sendo que o posicionamento dos pensadores em relação mesmo a teoria do branqueamento no jornal apresenta oposições bastante notáveis, em que além das ressignificações eugenistas amalgamadas com outros pressupostos científicos da época, uma série de singularidades locais fazia parte do discurso.

Dessa forma, a eugenia passou por constantes mutações, mesmo no espaço local, estando seus significados em um estado de constante transformação, amalgamando-se a outros discursos a medida que entrava em contato com os mesmos. Tendo o discurso racial antecedido à mesma, o discurso eugenista no jornal local é entrelaçado com o debate sobre a raça e as estratégias de seleção e controle da mesma. Contudo, em situações específicas, os signos e significados tinham variações, o que deu origem a textos divergentes e debates, como é o caso da questão Maciel, que mesmo em um período predominantemente neolamarckistas na visão de aprimoramento pela redação do jornal, publicou significações próprias e bastante divergentes com a posição dominante do impresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o movimento eugênico desenvolvido a partir das obras do antropólogo inglês Francis Galton foi representado de formas próprias ao ser apropriado por entusiastas em diferentes regiões do mundo. Essas representações, construídas em ambiente específico, eram respostas para questões de cada meio social em que o discurso eugênico era apropriado. Assim, por exemplo, nos EUA, entusiastas capitaneados por Charles Davenport propuseram uma eugenia de controle e listagem social, que motivou a fundação do Escritório dos Assuntos Eugênicos (*Eugenics Record Office*), institucionalizando a eugenia em solo estadunidense (BLACK, 2003).

Já no Brasil, a eugenia esteve presente principalmente nos discursos de médicos, juristas e membros de uma intelectualidade nacional que buscavam divulgar a seleção e o aprimoramento da população como saída para o que se considerava ser o atraso brasileiro em relação às nações europeias e estadunidense. Como o país era pensado como miscigenado e que ainda não havia constituído a raça própria, a questão racial esteve amplamente presente nos discursos de aprimoramento no início do século.

A população brasileira era mista, analfabeta e pobre, e, quando surgiu a eugenia, a pequena inteligência do país em grande parte europeia a muito se preocupava com a identidade racial e a saúde da população. A noção de que o aprimoramento racial poderia ser conseguido cientificamente teve, portanto, considerável atrativo para os médicos e reformadores sociais. Nessas circunstâncias, havia potencial para um movimento extremista de raça-higiene; mas havia também, espaço político para definições menos extremadas do sentido da eugenia para a nação (STEPAN, 2005, p. 20-21).

Em Ponta Grossa, havíamos nos deparado inicialmente com a questão da quase ausência do termo eugenia na fonte pesquisada. Havia apenas dois casos em que a eugenia e termos derivados eram citados no impresso ponta-grossense. Porém, as citações forneceram pistas fundamentais para a compreensão de como se articulavam as representações sobre a eugenia no jornal local.

A primeira aparição do termo eugenia foi no já apontado artigo “Uma apreciação” de 11 de dezembro de 1914⁹⁰. A segunda foi no “Cinemas” de 21 de outubro de 1921, dois meses após a saída de Hugo dos Reis da direção do jornal e cinco anos após 1916. Embora essa citação extrapole o recorte temporal da pesquisa, ela foi muito valiosa para a reflexão do pesquisador em relação com a fonte e objeto pesquisado.

⁹⁰ A parte em que o termo aparece foi reproduzida na página 26 dessa Dissertação.

Meninas que antes de assistirem as projeções cinematográficas são desenxabidas, deselegantes, cheias de defeitos e senões, após presenciarem algumas sessões de filmes, tornam-se faceiras, gentis, aprumam o busto, tem andar fidalgo, sorriso atraente, aparência de alta escola. Assim, o cinema é manancial poderoso do aperfeiçoamento físico, instrumento de eugenia para a raça, escola de boas maneiras de atitudes elegantes para as nossas jovens patricias (ROSAS, 21 out. 1921, p. 1).

De imediato, é possível notar que, embora os signos nesses dois textos fossem a eugenia e uma derivado da eugenia – eugenismos –, os significados apresentam notáveis divergências em relação ao que Galton pensava da eugenia. O “Uma apreciação” usa o termo “eugenismos” como significando uma teoria utilizável na educação da população e que se aliava à concepção de uma escola que atingisse todos os indivíduos, sem restrição de sexualidade. O “Cinemas” traz o termo “eugenia” significando um aprimoramento de características sociais e culturais, atingindo, no caso específico, jovens do sexo feminino que frequentavam o cinema. Certamente Galton discordaria da ideia de que ir ao cinema significaria uma estratégia de eugenização!

Isso resultou na compreensão de que estudar a eugenia no meio local não pode ser feito apenas através termos eugenistas que Galton ou que os teóricos da eugenia estadunidense ou alemã utilizavam. Tal estudo deveria ser feito também com base nos signos e significados presentes e produzidos no meio local.

Muitos – mas não todos - dos signos presentes nos discursos do jornal também estavam em outros textos publicados em solo nacional. Assim, a ideia de raça, atraso racial, necessidade de educação, combate aos venenos raciais, miscigenação e branqueamento são representações comuns, naquele período, tanto no meio local quanto nacional. Porém, novamente, é preciso atentar para especificidades. Alguns discursos têm maior ênfase no meio local do que nacional e vice-versa. Isso foi visto, por exemplo, no caso do combate dos colaboradores do *Diário dos Campos* aos “lugares de perdição”, os prostíbulos, espaços onde, segundo a redação do jornal, os “grupos inferiores” e os venenos raciais diariamente se concentravam antes de se espalharem pela cidade (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913, p. 1). Por serem alvos primordiais das representações de combate aos “males raciais”, os prostíbulos recebiam um destaque nos discursos do jornal, que buscavam controlar, marginalizar e disciplinarizar as práticas e os locais onde elas ocorriam.

O outro ponto, era a compreensão dos significados sobre a eugenia no meio local. Como foi apontado, a eugenia foi um movimento quase que camaleônico que se reconstruía

abrangendo aspectos cada vez mais divergentes de cada sociedade (BASHFORD; LEVINE, 2010; SOUZA, 2008, p. 163). De Galton a seus seguidores e entusiastas, a eugenia passou de uma ciência da “cuidadosa seleção” que através de “casamentos criteriosos ao longo de várias gerações consecutivas” (GALTON, 1869, p.1), promoveria o aprimoramento humano, para se tornar uma ciência e movimento social que abrangia toda uma enorme quantidade aspectos relacionadas a questão do aprimoramento humano com características próprias em cada sociedade ao qual foi apropriada.

Entretanto, alguns significados se mantiveram centrais em quase todos as correntes eugenistas, como a defesa do aprimoramento humano, a necessidade de apontar estratégias para essa melhoria evolutiva da população, a defesa da existência de grupos humanos mais e menos evoluídos, e logo após as primeiras discussões, as associações entre eugenia, raça, nacionalidade e grupos sociais aceitos e malquistos pelos grupos dominantes em cada sociedade.

Assim, nesse estudo sobre a eugenia, foi buscado, levantado e analisado os signos e significados ligados ao conjunto discursivo eugênico presentes na fonte pesquisada. As representações no impresso local não se aproximavam apenas de uma ou outra corrente do conjunto discurso eugênico, mas sim, muitas vezes, de várias delas em um mesmo artigo, em uma mesma produção. Um texto como o “A esterilização humana” por exemplo, embora em suas primeiras linhas se aproximasse da eugenia matrimonial, nos parágrafos seguintes estava articulando essa eugenia matrimonial com aspectos da eugenia estadunidense. Dessa forma, mesmo nos discursos produzidos em relação ao meio local, as representações eram amalgamadas com signos e significados de outras correntes eugenistas ou mesmo de outros discursos científicos e/ou sociais daquele período.

No meio local, duas linhas discursivas eram fundamentais para a redação do impresso desenvolver seu argumento sobre a questão do aprimoramento da raça: O combate aos males raciais e o branqueamento.

O combate aos venenos raciais passava pela constante denúncia da existência de práticas consideradas como inadequadas e dos locais onde essas práticas ocorriam. Assim, a existência do jogo do bicho, da prostituição, do alcoolismo e da “vagabundagem” eram práticas que a redação condenava nas páginas do impresso. Ao mesmo tempo, o periódico aproveitava para apontar os locais onde considerava serem a origem dessas práticas, notadamente os prostíbulos e as famílias desestruturadas (GUERRA JUNQUEIRO, 2 ago. 1910, p. 1).

O branqueamento era também um discurso que especialmente atraía a redação do *Diário dos Campos*, que seguidamente citava os ideólogos dessa teoria. Os colaboradores do jornal, em uma cidade que recebia constantemente levas de imigrantes, estavam entusiasmados com a possibilidade de eliminar as características que consideravam negativas de outros grupos raciais através da miscigenação e do branqueamento entre os imigrantes e as raças nacionais.

Porém, mesmo entre os colaboradores que seguiam a linha da redação haviam divergências sobre como o branqueamento ocorreria. Alguns defendiam a miscigenação irrestrita, ou seja, o importante era promover os cruzamentos, sem restrições de raça ou sexualidade. Outros pensavam em restringir os cruzamentos entre alguns grupos ou algumas raças. Assim, mesmo que nas entrelinhas do discurso, aparecia outra característica presente do discurso racista e de aprimoramento humano nacional, a valorização do macho.

A ideia de “cruzamentos prejudiciais” que o jornal cita, não se referia apenas aos indivíduos portadores de doenças que sofriam segregação, mas também a uma segregação racial e sexual mesmo na ideia de miscigenação. Vale lembrar que nem todos os colaboradores do jornal consideravam esses cruzamentos raciais entre o “macho inferior” e a “fêmea superior” algo negativo. Porém, como a própria redação publicou textos sob sua responsabilidade defendendo essa restrição, compreende-se que esse também era um posicionamento que possuía apoiadores no jornal local (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 abr. 1920, p. 1).

Ao mesmo tempo, haviam ainda os que se opunham a qualquer tipo de miscigenação. Eles eram minoria, e suas representações eram oriundas de leituras próprias e muitas vezes com proximidade com a eugenia estadunidense ou com a ideia de restrição à mistura de raças encontrada nos textos de Galton. Uma característica desse discurso minoritário era que não apresentava uma reflexão que a aproximasse tanto com a situação social e cultural da população local. Assim, por exemplo, Martins Pinto defendia a restrição da mestiçagem em uma sociedade onde a maioria da população era miscigenada.

Porém, chama também a atenção que essas opiniões, mesmo que não fossem compartilhadas pela redação do impresso, ainda assim foram publicados nas páginas do jornal. Característica peculiar desses colaboradores, Maciel havia retornado de uma viagem ao exterior e Martins Pinto era um professor jovem e de formação recente. Ou seja, nenhum deles havia criado raízes fortes junto à configuração social do jornal.

Assim, conclui-se que as representações sobre a eugenia no meio local eram complexas, próprias, heterogêneas, e amalgamavam diversos discursos em um mesmo texto.

E isso não significa que para os autores do meio local sobre o aprimoramento humano isso significasse um desconhecimento dos conceitos citados. O que havia era a efetiva articulação desses discursos em representações próprias.

E mais uma vez, é preciso reforçar o termo “próprias”. As representações, embora publicadas em um veículo social, eram produções construídas em meio à processos de apropriação e representação individuais. Assim, por exemplo, não se pode dissociar o discurso de Hugo dos Reis sobre o aprimoramento da raça brasileira de suas ideias de socialismo operário e espiritualismo. Da mesma forma, também é impossível negar a influência da viagem ao Império alemão nas representações que Maciel construiu sobre o aprimoramento brasileiro.

E como foi visto na citação a Haeckel, nem todos liam Galton diretamente e nem todos citavam Galton. Características culturais locais e mesmo aspectos individuais influenciaram na leitura, na apropriação e consequentemente, nas representações sobre a eugenia escritas para o *Diário dos Campos*. Tal como afirma Chartier “a apropriação é criadora, produção de uma diferença, proposta de um sentido possível, porém inesperado (CHARTIER, 2010, p. 25).

Conclui-se observando que as representações revelaram não apenas a presença de complexidades discursivas heterogêneas, mas sim, de representações cuja linha de raciocínio se aproximava primordialmente de correntes eugenistas diferentes. Assim alguns textos sobre o aprimoramento das futuras gerações brasileiras se aproximavam mais dos discursos de branqueamento, outros do combate aos venenos raciais, da necessidade de educar e instruir, do controle dos considerados racialmente inferiores, chegando inclusive a propor a listagem, segregação e esterilização. Vale lembrar, todas essas correntes são eugênicas, pois, mesmo que não sejam oriundas diretamente do discurso de Galton, foram produzidas por seus seguidores a partir de apropriações de seu discurso.

E finalmente, além dos amálgamas entre discursos presentes nos debates locais, as representações sobre a eugenia produziram construções próprias e muitas vezes peculiares de cada colaborador. Maciel defendeu os cruzamentos, desde que excluísse as raças que considerava serem inferiores. E inclusive ele “torceu” Silvio Romero para legitimar sua afirmação. Ao mesmo tempo, defendeu uma ideia de eugenização cultural, algo que definitivamente não fazia parte do repertório racista e/ou eugenista brasileiro. Seu programa de “alemanização” do Sul do Brasil, constitui uma resposta um tanto quanto divergente em relação ao que a redação do *Diário dos Campos* pensava como o ideal de aprimoramento

brasileiro. Inicialmente ouvido e publicado, depois criticado, seu texto foi finalmente restringido e deixado de lado pelos colaboradores do impresso.

FONTES

FONTES JORNALÍSTICAS

A Escola: Revista do grêmio dos Professores públicos. Curitiba, 1906, p. 1.

Almanaque Laemmert. Ponta Grossa. Rio de Janeiro, 1911, p. 3480.

_____. Santo Anastácio. Rio de Janeiro, 1936, p. 2174;

_____. Santo Anastácio. Rio de Janeiro, 1937, p. 1902.

Almanach do Paraná: Commercio, História e Literatura. Organizado por Alcides Munhoz. Curitiba, 1913, p. 321.

A República. Notas & notícias. Curitiba, 18 dez. 1912, p. 2.

BALLÃO JUNIOR, Jaime. Bilhete do exílio. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 30 abr. 1913, p. 1.

_____. Pão e circo. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 06 mar. 1914, p. 1.

BARBOSA, Ruy. O monumental discurso de Ruy. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 11- 28 mar. 1919, p. 1.

BÚRZIO, Francisco. Na tecla sensível. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 14-17 jun. 1915, p. 1.

CARVALHO, Manuel Viana de. Monstruosidade. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 30 jan. 1915, p. 1.

Diário da Tarde. Curitiba, 17 jun. 1913, p. 5.

_____. Curitiba, 30 dez. 1915, p. 1.

_____. Entre Rios. Curitiba, 26 out. 1906, p.1.

_____. Óbitos. Curitiba, 27 fev. 1915, p. 2.

_____. Vaccina. Curitiba, 18 fev. 1910, p. 1.

Diário dos Campos. Assumptos da cidade. Ponta Grossa, 4 dez. 1920, p. 1.

_____. A febre Tifoide. Ponta Grossa, 20 jan. 1914, p. 1.

_____. Câmara versus Diário dos Campos. Ponta Grossa, 15 jan. 1913, p. 1.

_____. Concurso literário: A noite. Ponta Grossa, 1 fev. 1913, p. 1-2.

_____. Concurso literário: O júri, classificação dos trabalhos, outros concursos. Ponta Grossa, 10 fev. 1913, p. 1.

_____. Emigração japonesa. Ponta Grossa, 15 jul. 1921, p. 1.

_____. Experiência. Esboço de uma operação assistida na Alemanha e em Ponta Grossa pelo Dr. F. Maciel. Ponta Grossa, 24 mai. 1915, p. 1.

_____. Evolução social e econômica. Ponta Grossa, 23 abr. 1920, p. 1.

_____. Haeckel inconsequente. Ponta Grossa, 11 set. 1915, p. 1.

_____. Nota da redação. Ponta Grossa, 15 jul. 1916, p. 1.

_____. O catismo em Ponta Grossa. Ponta Grossa, 7 jan. 1913, p. 1.

_____. O jogo. Ponta Grossa, 12 ago. 1914, p. 1.

_____. O perigo alemão. Ponta Grossa, 10 jun. 1913, p. 1.

_____. Ponta Grossa, 19, fev. 1913, p. 1.

_____. Ponta Grossa, 15 jul. 1916, p. 1.

_____. Sylvio Romero. Ponta Grossa, 21 jul. 1914, p. 1.

_____. Uma apreciação. Ponta Grossa, 11 dez. 1914, p. 1.

Gazeta de Notícias. Exames. Rio de Janeiro, 30 abr. 1903, p. 3.

GUIMARÃES. Flávio Carvalho. Carta aberta. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 3-12 jan. 1916, p. 1.

HOLZMANN, Jacob. 8 Annos. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 27 abr. 1915, p. 1.

JOÃO DAS ARÁBIAS. A torto e a direito. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 10 fev. 1914, p. 1.

JUNQUEIRO E GUERRA. A Guerra Alemã. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 29 mar. 1916, p. 1.

_____. Encenação Supérflua. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 13, 17 abr. 1916, p. 1.

_____. Fechando a cova. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 26 abr. 1916, p. 1.

_____. Guerra Alemã. **Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 6 abr. 1916, p. 1.

_____. O analfabetismo. **O Progresso.** Ponta Grossa, 2 ago. 1910, p. 1.

MACIEL. F. Barbosa. A germanização do Sul do Brazil. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 23, 27 dez. 1915, p.1.

_____. Carta a Hugo dos Reis. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 16- 22 ago. 1916, p. 1.

_____. O Kaiser. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 14 de janeiro de 1915, p. 1.

_____. O tifo e o impaludismo dizimam as populações do Noroeste. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 26 mai. 1915, p.1.

_____. Para ser lido com hilariedade. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 28 mar. 1916, p. 1.

_____. Rebatendo. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 15 mar. 1916, p. 1.

_____. Respondendo. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 15-18 jan. 1916, p. 1.

_____. Segunda Epístola a Hugo dos Reis. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 30-31 mar. 1916, p. 1.

_____. Terceira Epístola a Hugo dos Reis. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 8 abr. 1916, p. 1.

_____. Uma do Juca besouro. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 29 abr. 1916, p. 1.

M. B.. Alcoolismo. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 19 abr. 1919, p. 1.

_____. Não nos iludamos. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 10 jan. 1919, p. 1

MORAES. Romualdo. Refutando. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 23 mar. 1916, p. 1

O Olho da Rua. Curitiba, 1909, p. 20

O Paiz. Saúde pública. Rio de Janeiro, 4 jul. 1913, p. 5.

O Progresso. A colônia Siria em Ponta Grossa. Ponta Grossa, 22 jun. 1909, p. 1.

_____. Água e esgotos. Ponta Grossa, 13-15 jun. 1912, p. 1.

_____. Assimilação estrangeira. Ponta Grossa, 8 set. 1910, p. 1.

_____. Antonio Alves de Araújo. Ponta Grossa, 15 jun. 1909, p. 1.

_____. A tutela coletiva. Ponta Grossa, 8 jun. 1911, p. 1.

_____. A varíola. Ponta Grossa, 9 set. 1909, p. 1.

_____. Café, tabaco e álcool. Ponta Grossa, 11 abr. 1912, p. 1.

_____. Diversões. Ponta Grossa, 26 jun. 1909, p. 1.

_____. Euclides da Cunha. Ponta Grossa, 19 ago. 1909, p. 1.

_____. Esterilização humana. Ponta Grossa, 11 abr. 1912, p. 1-2.

_____. Hygiene pública. Ponta Grossa, 26 set. 1911, p. 1.

_____. Imigração selecionada. Ponta Grossa, 9 fev. 1911, p. 1.

_____. O caso de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 8 jun. 1909, p. 1.

_____. O jogo. Ponta Grossa, 7 mar. 1911, p. 1.

_____. O jogo do bicho. Ponta Grossa, 2 out. 1909, p. 1.

_____. O policiamento da cidade. Ponta Grossa, 4 jan. 1910, p. 1.

_____. Pequenas notícias. Ponta Grossa, 18 mai. 1911, p. 1.

_____. Vergonhoso. Ponta Grossa, 13 jan. 1910, p. 1.

PARANA, Sebastião. Do segundo Planalto. **O Progresso**. Ponta Grossa, 24 fev. 1912, p. 1.

_____. União da Victoria. **Diário da Tarde**. Curitiba, 5 fev. 1910, p. 1.

PENA, Roque Saenz. Núcleos agrícolas correcionais. **O Progresso**. Ponta Grossa, 23 ago. 1910, p. 1.

PENTEADO, Ernesto. Por que o brasileiro não lê. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 21 dez. 1916, p. 1.

_____. Magistério. **Diário da Tarde**. Curitiba, 20 abr. 1908, p. 1.

PINTO, José Martins. Selecção. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 04 jul. 1914, p. 2.

REIS, Hugo dos. A cultura do trigo. **O Progresso**. Ponta Grossa, 31 ago. 1909, p. 1.

_____. A mesa da redação. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 1 ago. 1914, p. 1.

_____. A pacificação dos índios. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 10 nov. 1914, p. 1.

_____. Ao comércio. **O Progresso**. Ponta Grossa, 4 fev. 1911, p. 1.

_____. Itaiacoca. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 28 mar. 1914, p. 1.

_____. Na tecla sensível. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 18 jun. 1915, p. 1.

_____. Ruy Barbosa. **O Progresso**. Ponta Grossa, 9 set. 1909, p. 1.

_____. Sociedade Operária. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 28 mar. 1913, p. 1.

_____. Tudo theorico. **O Progresso**. Ponta Grossa, 19 ago. 1909, p. 1.

_____. Uma resposta. **O Progresso**. Ponta Grossa, 27 jul. 1909, p. 2

RIBEIRO, Alcídio. Buenos Ayres por dentro. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 27 set. 1920, p. 1.

_____. O alcoolismo e o jogo. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 4 fev. 1914, p. 1.

ROSAS, Antevir. Cinemas. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 21 out. 1921, p. 1.

ROMERO, Silvio. O povo brasileiro em suas origens. **O Progresso**. Ponta Grossa, 16 nov. 1909, p. 1-2.

SANTOS JUNIOR. A vol d'oiseau. **Diário dos campos**. Ponta Grossa, 29 jul. 1914, p. 1.

XAVIER, Julio. A propósito de o peor cego. **Diário dos campos**. Ponta Grossa, 24 mar. 1916, p.1.

_____. O Peor cego. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 16-18 mar. 1916, p. 1.

FONTES IMAGÉTICAS

A poster from the 1921 Second International Eugenics Conference promising self-directed human evolution with a “harmonious” result. ResearchGate. Disponível em :<
https://www.researchgate.net/figure/A-poster-from-the-1921-Second-International-Eugenics-Conference-promising-self-directed_fig1_47645067>. Acesso em 20 jun. 2018.

“A Redenção de Cam” de Modesto Brocos Y Gomez. 1895. Óleo sobre Tela, 199x166 cm, Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Disponível em:
<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d3/Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg/1200px-Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg>. Acesso em 20 mai. 2018.

Fotografia Panorâmica de Ponta Grossa. S/data. Imagem reproduzida de um negativo do Fundo Foto Bianchi - Casa da Memória Paraná. Autoria: Luiz Bianchi. Reprodução: Patrícia Camera.

Planta Ponta Grossa: Início do século XX. Imagem reproduzida de uma cópia disponibilizada pela equipe da casa da Memória de Ponta Grossa. Reprodução: Patricia Camera.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Julieta. **Estudo da linfangiogênese e da Angiogênese em tumores avançados da bexiga**. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, 2011.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002.
- BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa. **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 38-63, 1º sem. 2011.
- _____. Jacques Le Goff – considerações sobre contribuição para a teoria da história. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v. 14, n. 21, p. 135-156, 2º sem. 2013.
- Barroso, Antonio Vinícius Lomeu Teixeira. A virada linguística e o contextualismo linguístico: contribuições teóricas para se pensar a história intelectual. **Revista de Teoria da História**. Goiânia, v. 14, n. 2, 2015, p. 171-182.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C. e BENETTI, M. (orgs). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BLACK, Edwin. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: Girafa Editora, 2003.
- BRANDÃO, Ana Rute Pinto. A postura do positivismo com relação às Ciências Humanas. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**, Pouso Alegre/ MG, v. 03, n. 06, p. 80-105, 2011.
- BROCOS, M. **Viaje a Marte**. Valencia, Editorial Letras y Artes, 1930.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos**. São Paulo, v.32, n. 2, p. 105-115, jul. 2013.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo: Imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

CARVALHO COSTA, Jean Carlo de. Sílvia Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação. **Revista Cronos**, Natal, v. 7, n. 1, p. 135-149, jan./jun. 2006.

CASSATA, Francesco. **Eugenetica senza tabù: usi e abusi di un concetto**. Turim: Giulio Einaudi. 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n.11, p. 173-191, 1991.

CHAVES, Niltonci Batista. **Entre “preceitos” e “conselhos”**: Discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). Tese de Doutorado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2011.

_____. **A Cidade Civilizada**: Discursos e Representações Sociais no Jornal Diário do Campos – Década de 1930. Curitiba: Editora Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, Niltonci Batista; KARVAT, Erivan Cassiano. Intelectuais, Discursos e Instituições: as relações entre a História Intelectual (e/ou de Intelectuais) e a História Local (reflexões sobre possibilidades de pesquisa). **Anais do VI Congresso Internacional de História**. Maringá: UEM, 2013.

COELHO, Maicol Martins De López. **Forte e bonito como o Barão**: ciência e propaganda no Brasil; início do século XX. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUCSP, 2005.

CUVIER, Georges. **The animal kingdom** : arranged after its organization, forming a natural history of animals and an introduction to comparative anatomy. London: W. S. Orr and co., 1854.

DAMASCENO, Patrícia Lopes. Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza**. Disponível em: <http://ecologia.ib.usp.br/ffa/arquivos/abril/darwin1.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

DARWIN CORRESPONDENCE PROJECT. Disponível em: <https://www.darwinproject.ac.uk/>. Acesso em: 20 jul. 2017.

DAVIS, N.Z. O povo e a palavra impressa In: DAVIS, N. Z. **Culturas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.157-185.

DENIPOTI, Claudio. **Especialização em História, Arte e Cultura**. Por Cláudio Denipoti *et al.* Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2009.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida**: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945). São Paulo: Alameda, 2009.

Flávio Carvalho Guimarães (verbete). In: **FGV CPDOC**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flavio-carvalho-guimaraes>. Acesso em 20 mai. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALERA, Andrés. Lamarck y la conservación adaptativa de la vida. **Asclepio: Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia**, Madrid, v. 61, n. 2, p.129-140, jul./dez. 2009.

GALTON, Francis. Eugenics: its definition, scope, and aims. **The American Journal of Sociology**, v. 10, n. 1, p. 1-25, jul. 1904.

_____. **Hereditary Improvement**. Disponível em:< <http://www.galton.org/books/human-faculty/index.html>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. **Inquires into Human Faculty and Its Development**. Disponível em: <http://galton.org/books/human-faculty/text/human-faculty.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Studies in Eugenics. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.11; n 1, p. 11-25, jul. 1905.

_____. **Hereditary Genius**: An Inquiry into its laws and consequences. Disponível em < <http://www.mugu.com/galton/books/hereditary-genius/text/pdf/galton-1869-genius-v3.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. Dissertação de Mestrado. Marília, UNESP, 2015.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HANSEN, João Adolfo. Leitura de Chartier. **Revista História**, São Paulo, n. 133, p. 123-129. 1995.

HOFBAUER, Andréas. Ideologia do branqueamento: racismo à brasileira. **Anais do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Porto, FLUP, 2002.

_____. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1999.

HOLZMANN, Epaminondas. **Cinco Histórias Convergentes**. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios - 1875 – 1914**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

_____. **A Era das Revoluções - 1789 – 1848**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2007.

HOLOWATE, Isaias. Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto. **Revista Epígrafe**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 35-56, 2016.

_____. F. Barbosa Maciel versus Flávio C. Guimarães: Debates eugenistas em Ponta Grossa In: **X Semana de História - História e conflitos contemporâneos**. Irati: UNICENTRO, 2015.

_____. Hugo dos Reis e a sociedade ponta-grossense: A atuação do jornalista no Diário dos Campos. **Revista Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 29-54, 2016.

_____. Ponta Grossa e o Diário dos Campos: O nascimento do jornalismo ponta-grossense. **Anais do VI Encontro Regional Sul de História da Mídia**. Ponta Grossa: Alcar Sul, 2016.

_____. Relações de poder: A contenda entre o jornal *Diário dos Campos* e a Câmara Municipal no alvorecer da imprensa ponta-grossense. **Mídia & Contexto**. Ponta Grossa, v. 1, n. 04, p. 1-17, 2015.

_____. **Representações sobre a eugenia no jornal Diário dos Campos, 1907-1921**. Trabalho de conclusão de curso. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

_____. A Redenção de Cam: A pintura e Suas ressignificações no ambiente social brasileiro do Início do século XX. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos da Imagem [e do] III Encontro Internacional de Estudos da Imagem**. André Luiz Marcondes Pelegrinelli, Pamela Wanessa Godoi (orgs.). Londrina: UEL, 2017.

HUTCHEON, Linda. **Teoria e política da ironia**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial brasileira**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm. Acesso em: 20 jan. 2018.

JACKSON, John P.; WEIDMAN, Nadine M. **Race, Racism, and Science: Social Impact and Interaction**. Santa Bárbara, ABC-CLIO, 2004.

JAHODA, Gustav. **Images of savages: ancient roots of modern prejudice in Western culture**. New York: Routledge, 1999.

JANZ JUNIOR. Dones Cláudio. **A eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná, 1931-1940**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2012.

JORDAN, David Starr. **The blood of the nation: a study of the decay of races through the survival of the unfit**. Boston: American Unitarian Association, 1910.

KEHL, Renato. "Conferência de propaganda eugênica". In: **Annaes de Eugenia**. São Paulo: Editora da Revista do Brasil, 1919 [1917].

KOHLRAUSCH. Arlindo Jonas Fagundes. **Introdução à história da arquitetura em Ponta Grossa/Pr: As casas de madeira – 1920 a 1950**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2007.

LARANJEIRA, Ronaldo; NICASTRI, Sérgio; JERÔNIMO, Claudio; MARQUES, Ana C.. Consenso sobre a Síndrome de Abstinência do Álcool (SAA) e o seu tratamento. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, n. 22, v. 2, p. 62-71, 2000.

LEANDRO, José Augusto. **Palco e tela na modernização de Castro**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos problemas**. 1. ed. Rio De Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LEHTINEN, Vilja. **"America Would Lose Its Soul": The Immigration Restriction Debate, 1920-1924**. Master's Thesis. Helsinki: University of Helsinki, 2002.

LINNAEUS, Carolus. **Sistema naturae**. Disponível em: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a2/Sistema Naturae %281758%29.pdf](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a2/Sistema_Naturae_%281758%29.pdf)>. Acesso em 13 mai. 2017.

LOMBARDO, Paul A. **A Century of Eugenics in America: From the Indiana Experiment to the Human Genome Era**. Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 2011.

LOMBROSO, César. **O Homem Delinquente**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

LOPEZ, Leopoldo Prieto. Materialismo y Eutanasia: a propósito de Ernst Haeckel. **Espíritu: Cuadernos del Instituto Filosófico de Balneario de Marqués de Vuelga**, Barcelona, n. 137, págs. 39-62, 2008.

LOTIERZO, Tatiana H. P.. **Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org). **Fontes Históricas**. 3º ed. São Paulo, Contexto, 2011.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. A ciência norte-americana visita a Amazônia: entre o criacionismo cristão e o poligenismo “degeracionista”. **Revista USP**, São Paulo, n. 75, p. 68-75, set./nov. 2007.

MAI, L. D.; ANGERAMI, E. L. S. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. **Rev. Latino-am Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 251-258, mar./abr. 2006.

MALDONADO, Elaine Cristina. **Machado de Assis e o espiritismo**: diálogos machadianos com a doutrina de Allan Kardec (1865-1896). Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 2008.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Eugenia da disciplina**: O discurso médico-pedagógico dos anos 20. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1992.

MARTINS, Ilton César. **E eu só tenho três casas**: A do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro, 1853-1888. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2011.

MC COMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MENDES, Deisiane de Jesus. A classificação dos criminosos segundo: Lombroso, Ferri e Garófalo. **Revista Jurídica Online**. Paracatu/MG: Faculdade Atenas, 2006.

MENDES, José Manuel Oliveira. Desafio das identidades. In: SANTOS, B. de S. (Org.) **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

MENDONÇA, Valterian Braga. **A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2008.

MOORE, James. **Darwin**: The Life of a Tormented Evolutionist. United Kingdom: W. W. Norton & Company, 1991.

ORDOVER, Nancy. **American Eugenics**: Race, Queer Anatomy, and the Science of Nationalism. Minneapolis. University of Minnesota Press, 2003.

PARRA MONSALVE, James León. ‘Queremos governo cristão’: os discursos sobre a ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’ na Folha de São Paulo. **Anais do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia**. Florianópolis; ALCAR SUL, 2014.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: UFPR, 1996.

PESAVENTO, Sandra. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: Idem. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PILOTTO, Valfrido. **Ideais de Ontem da Cidade Sempre Jovem**. Caderno em homenagem à cidade de Ponta Grossa em comemoração ao sesquicentenário do Decreto nº 15 que criou a freguesia. Ponta Grossa, 1973.

PINTO, Elisabete Alves. **A população de Ponta Grossa a partir do registro civil, 1889 - 1920**. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR, 1980.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Mídia noticiosa como material de pesquisa: Recursos para a pesquisa de produtos jornalísticos. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de, (orgs). **Pesquisa em Ciências sociais: interfaces, debates e metodologias**. Ponta Grossa. Toda palavra, 2012.

RAGO, Luiza Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 1990.

REIS, José Carlos. **Tempo, História e Evasão**. Campinas: Papirus Editora, 1994.

REIS, J. R. F. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental’. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 7, n. 1, p. 135-157, 2000.

ROCHA, Simone. **Eugenia no Brasil: Análise do discurso “científico” no Boletim de eugenia: 1929 – 1933**. Tese de Doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da USP, 1978.

SALEEBY, C. W. Racial poisons. **The eugenics Review**. Londres, v. 2, n.1, p. 30-52, 1910.

_____. **Parenthood and Race culture: An outline of eugenics**. New York: Moffat, Yard and Company, 1909.

SANTOS, Guilherme Francisco; RAMOS, Mauricio de Carvalho. Ernst Haeckel e a sua Monografia das Moneras. **Filosofia e História da Biologia**, v. 8, n. 3, p. 501-518, 2013.

SANTOS; Merilyn Ricieli dos; JOVINO; Ione da Silva. Sociabilidades negras entre a diversão e os letramentos: um clube literário e recreativo nos Campos Gerais (PR). **Revista da ABPN**, v. 10, p.164-183, janeiro de 2018.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. **Histórica-Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 2, v. 9, p. 1-11, 2006.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. O Manifesto Eugenista. In: PENNA, Lincoln de Abreu (Org). **Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-papers; 2008.

SARTRE, Jean-paul. **Crítica de la razón dialéctica**. Livro 1. Buenos Aires: Losada, 1979.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Parerga and Paralipomena: Short Philosophical Essays**, v.2. Cambridge: University Printing House, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994.

_____. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no fim do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade. Breve digressão sobre racismo. In: **O racismo no Brasil**. Vários autores. Ed. Petrópolis. São Paulo, 2002.

SILVA, Edson Pereira da; TEIXEIRA, Izabel Mello. História da eugenia e ensino de genética. **História da Ciência e ensino**, São Paulo, v. 15, 2017, p. 63-80.

SILVA, Luis Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, C. e BENETTI, M. (orgs). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVEIRA, Éder. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SOPELSA, Renata. “Nós” e “eles”, uma difícil relação: conflitos entre brasileiros e imigrantes em Ponta Grossa-PR (1892-1912). **Revista Cordis**. São Paulo, v. 2, p. 1-17, 2009.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan | jun 2013.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A Eugenia no Brasil: Ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH, 2005.

_____. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de., WEGNER, Robert; Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v.20, n.1, pp.263-288, 2013

STANCIK, Marco Antonio. **De médico a homem de ciência**: a eugenia na trajetória de Aleixo de Vasconcellos no início do século XX. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2006.

_____. Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República. **Publicatio UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**. Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 45-62, 2005.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

_____. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

VIANNA O. Os typos eugenicos. **Boletim de Eugenia**, v.15, n. 3, p. 3, mar. 1930.

VILHENA, L. R. Os intelectuais regionais: Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos Anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 32, ano 11, 1996.

WARD, Robert De C.. National Eugenics in Relation to Immigration. **The North American Review**, Iowa, v. 192, n. 656, p. 56-67, Jul. 1910.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. A victoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 37-76, 1998.

APÊNDICE

COLABORADORES DO DIÁRIO DOS CAMPOS, 1908-1916

O *Diário dos Campos* contou com a colaboração de dezenas de autores entre os anos de 1908 e 1916. A grande maioria deles era formada por professores, advogados, médicos, escritores e políticos paranaenses. Essa lista apresenta os personagens citados na Dissertação que colaboraram diretamente com textos para o impresso ponta-grossense.

Alcides Ribeiro: Filho de fazendeiros, professor de primeiras letras em Ponta Grossa e colaborador assíduo do *Diário dos Campos*. Reis o coloca entre os membros da redação, os seus colaboradores mais próximos. Assim como diversos colaboradores do jornal, também Ribeiro se formara professor na Escola Normal do Paraná, em Curitiba (DIÁRIO DA TARDE, 26 out. 1906, p.1; REIS, 1 ago. 1914, p.1).

Conde Bennot: Pseudônimo do mesmo indivíduo que assinava como Junqueira e Guerra. Publicou apenas um texto, o que dificultou a localização da identidade e origem do autor. Possivelmente era o odontólogo Julio Xavier (JUNQUEIRO E GUERRA, 29 mar. 1916, p. 1).

Elizeu de Campos Melo: Político, advogado e membro da elite urbana ponta-grossense. Foi inclusive um dos principais investidores da *Companhia Typographica Pontagrossense* e incentivadores do *Diário dos Campos* nos primeiros anos do jornal (CHAVES, 2001, p. 37; HOLZMANN, 2004, p. 286).

Ernesto Penteado: Professor, escritor e membro do circuito jornalístico ponta-grossense e curitibano, tendo colaborado com o *Diário da Tarde* e o *Diário dos Campos* (PENTEADO, 20 abr. 1908, p. 1; PENTEADO, 21 dez. 1916, p. 1).

F.S: Iniciais assinadas de um colaborador do *Diário dos Campos*. Possivelmente do médico Flaviano Inocêncio da Silva. Está assinada em apenas um texto de 1912 sobre a falta de atenção pública para a questão sanitária em Ponta Grossa (F.S., 20 jun. 1912, p. 1; HOLZMANN, 2004, p. 211).

Flávio Carvalho Guimarães: Político, membro da elite ponta-grossense e literato. Foi o primeiro ponta-grossense eleito Senador da República. Era colaborador assíduo do *Diário dos Campos* durante seus tempos de estudante de Direito, colocando-se enquanto o primeiro opositor ao discurso de Maciel na questão do aprimoramento brasileiro. Atuou também como advogado dos grevistas de Ponta Grossa durante o movimento operário de 1917 (CPDOC, 2018; DIÁRIO DOS CAMPOS, 1916; REIS, 1 ago. 1914, p.1).

Francisco Barbosa Maciel: Médico formado pela Universidade de Medicina do Rio de Janeiro. Atuou no interior do Paraná, por volta de 1910. Em 1913 viajou para Berlim para estagiar no Império alemão. Retornou com ideias sobre a eugenia que contrastaram com o pensamento dos membros da redação do *Diário dos Campos*, dando origem à um intenso debate ((DIÁRIO DA TARDE, 17 jun. 1913, p. 5; GAZETA DE NOTÍCIAS, 30 abr. 1903, p. 3; PARANA, 5 fev. 1910, p. 1; DIÁRIO DOS CAMPOS, 1915-1916)

Francisco Búrzio: Médico, formado na Faculdade de Medicina de Turim que migrou para Ponta Grossa em 1908. Era um dos poucos médicos locais que atendiam em consultório próprio. Raramente escrevia para o *Diário dos Campos*, e quando escrevia, seus textos eram ligados à sua especialidade médica (HOLZMANN, 2004, p. 215-258).

Hugo dos Reis: Membro da classe média urbana atuante no jornalismo em Ponta Grossa. Chegou em Ponta Grossa em fins de 1908, e nos 13 anos seguintes fez parte da equipe do *Diário dos Campos* em diversas funções, mas sempre mantendo proximidade com a redação. Sofreu com ameaças e agressões durante sua atividade em Ponta Grossa. Mas também teve momentos de grande reconhecimento, como, por exemplo, na época em que, da mesma forma que Euclides da Cunha esteve como enviado especial em Canudos, ele foi enviado especial para “Canudos do Sul” (o Contestado) (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1908-1921; HOLOWATE, 2016b; HOLZMANN, 2004, p. 261-317).

Jacob Holzmann: Músico, maestro da banda Lyra dos Campos, e fundador do *Diário dos Campos*. Tal qual a maioria dos membros dessa burguesia letrada urbana, também ele era um desses investidores em empreendimentos urbanos. Raramente escrevia para o *Diário dos Campos*, o que dava uma maior liberdade para a redação definir o fechamento das edições (HOLZMANN, 2004, p. 39-137; HOLZMANN, 27 abr. 1915, p. 1).

Jaime Ballão Junior: Acadêmico de Direito e colaborador assíduo do *Diário da Tarde*. Estabelecido em Curitiba, colaborava circunstancialmente com o jornal ponta-grossense. Seus textos geralmente versavam sobre os venenos raciais e a “decadência moral” brasileira (BALLÃO JUNIOR, 6 mar. 1914, p. 1; DIÁRIO DA TARDE, 4 mar. 1915, p. 5).

João das Arábias: Pseudônimo. Assina apenas um artigo no *Diário dos Campos* voltado para os males da cidade que atrasavam o desenvolvimento de Ponta Grossa. Não há como afirmar quem era o detentor do pseudônimo, apenas que João Cadilhe – proprietário do *Diário dos Campos* após 1921 – costumava assinar seus textos com pseudônimo de João, geralmente João Daqui, João do Foro ou João da cidade (HOLZMANN, 2004; JOÃO DAS ARÁBIAS, 10 fev. 1914, p. 1).

José Martins Pinto: Professor público de Tibagi. Formou-se na Escola Normal do Paraná. Em 1914 escreveu para o *Diário dos Campos* o artigo “Seleção” onde defendeu ideais de eugenia negativa. Morreu em 1915, solteiro, vítima de sarampo, com apenas 22 anos de idade (A REPÚBLICA, 18 fev. 1912, p. 2; DIÁRIO DA TARDE, 27 fev. 1915, p. 1; HOLOWATE, 2016; PINTO, 4 jul. 1914, p. 2).

Julio Xavier: Odontologista ponta-grossense de descendência portuguesa. Por volta de 1910 atuava em Curitiba e tinha espaços de propaganda no *Diário da Tarde*. Foi citado mais de quatrocentas vezes pelo *Diário da Tarde*, principalmente pela sua atuação como odontologista e sua proximidade com o jornal curitibano. Em 1916 era um dos principais membros da redação do *Diário dos Campos*. Assumiu a redação do jornal em algumas ocasiões em que Reis esteve impossibilitado. Participou ativamente do debate com Maciel (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1916; DIÁRIO DA TARDE, 31 jan. 1903, p. 2).

Junqueira e Guerra: Pseudônimo inspirado no escritor e poeta português Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923) que foi citado como Guerra Junqueiro mais de 70 vezes no *Diário da Tarde* de Curitiba entre os anos de 1889 e 1923, especialmente pelo seu trabalho de poeta e seus textos literários. No *Diário dos Campos*, esse pseudônimo aparece assinado como Junqueiro e Guerra, Junqueira e Guerra ou mesmo Guerra Junqueiro. Seu proprietário provavelmente era o odontólogo Julio Xavier ((JUNQUEIRA E GUERRA, 6 abr. 1916, p. 1; DIÁRIO DA TARDE, 16 dez. 1904, P. 1).

M. B: Pseudônimo. Por ter assinado apenas um artigo e não ter sido citado pelo *Diário dos Campos* ou nenhum outro jornal do sul do Brasil foi impossível encontrar seu detentor. É muito improvável que seja assinatura do Médico Francisco Barbosa Maciel (M. B., 10 jan. 1919, p. 1).

Romualdo Moraes: Correspondente do *Diário dos Campos* em Fernandes Pinheiro. Normalmente, correspondentes não entravam em discussões que ocorriam em espaços fora de sua localidade. Moraes é uma exceção a essa regra, tendo participado da diatribe com Maciel

Santos Junior: Personagem citado por Reis entre os membros da redação em 1914. O único texto assinado por ele era uma homenagem ao redator do jornal ponta-grossense (MORAES, 18 fev. 1916, p.1, MORAES, 28 abr. 1916, p.1).

Sebastião Paraná: Bacharel em Direito, escritor, professor público e Deputado Estadual em 1899. Colaborou com diversos jornais paranaenses, sendo mais assíduo com os periódicos curitibanos *A Republica*, *Diário da Tarde* e *A Escola*, do qual era diretor em 1906. Escreveu circunstancialmente para o *Diário dos Campos* (A ESCOLA, 1906, p. 1; DIÁRIO DA TARDE, 14 ago. 1899, p. 2; PARANA, 5 fev. 1910, p. 1).